

I N S I G H T

INTELIGÊNCIA

ANO XXIII • Nº 92 • JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO 2021

ISSN 1517-6940



A CAPTURA DO COGNITIVO

ARTIGOS DE ANTÔNIO DOMINGUEZ
E PETER JOHANN COUTINHO

NOTÍCIAS - REDES - FAKE NEWS - FASCISMO

A gente



junto.

A gente se conecta com os gaúchos todos os dias, não importa onde eles estejam. Na TV, no rádio, no digital ou no jornal, a gente leva informação, diversão, companhia, emoção.

O Grupo RBS vive presente no dia a dia, conectando pessoas e contribuindo para uma vida melhor por meio da informação e do entretenimento. Tem sempre uma ou mais marcas do Grupo RBS lado a lado com você. E você lado a lado conosco.



GAÚCHA

GZH

ZH

DIÁRIO GAÚCHO



92



FARROUPILHA



Pioneiro

Grupo **RBS**

DIRETOR

LUIZ CESAR FARO

EDITOR

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH

EDITOR EXECUTIVO

CLAUDIO FERNANDEZ

PROJETO GRÁFICO

ANTÔNIO CALEGARI

PRODUÇÃO GRÁFICA

RUY SARAIVA

ARTE

PAULA BARRENNE DE ARTAGÃO

REVISÃO

GERALDO RODRIGUES PEREIRA

REDAÇÃO E PUBLICIDADE

INSIGHT COMUNICAÇÃO

RUA SETE DE SETEMBRO, 99 / 14º ANDAR

RIO DE JANEIRO, RJ • CEP 20050-005

TEL: (21) 2509-5399

E-MAIL: contato@insightnet.com.br

www.insightnet.com.br

Os textos da **INSIGHT INTELIGÊNCIA** poderão ser encontrados na home page da publicação:

inteligencia.insightnet.com.br**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

JAN/FEV/MAR 2021

COPYRIGHT BY INSIGHT

Todos os ensaios editados nesta publicação poderão ser livremente transcritos desde que seja citada a fonte das informações.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da revista.

Insight Inteligência se reserva o direito de alteração dos títulos dos artigos em razão da eventual necessidade de adequação ao conceito editorial.

Impressão: Grafitto

ACORDO DE COOPERAÇÃO

BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

CONSELHO EDITORIAL

ADALBERTO CARDOSO

ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR †

CORIOLANO GATTO

EDSON NUNES

EMIR SADER

JOÃO SAYAD

JOAQUIM FALCÃO

JOSÉ LUÍS FIORI

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

LUIZ CESAR TELLES FARO

LUIZ ORENSTEIN

LUIZ ROBERTO CUNHA

MARCIA NEDER

MARCO ANTONIO BOLOGNA

MÁRIO MACHADO

MÁRIO POSSAS

NÉLSON EIZIRIK

PAULO GUEDES

RENÉ GARCIA

RODRIGO DE ALMEIDA

SULAMIS DAIN

VICENTE BARRETO

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS †

CONSELHO CONSULTIVO

ALOÍSIO ARAÚJO

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO †

ANTÔNIO CARLOS PORTO GONÇALVES

ANTONIO DELFIM NETTO

ARMANDO GUERRA

ARTHUR CANDAL †

CARLOS EDUARDO BULHÕES PEDREIRA

CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL

CARLOS LESSA †

CARLOS SALLES

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES

CELSO CASTRO

CÉSAR MAIA

CEZAR MEDEIROS

DANIEL DANTAS

DÉCIO CLEMENTE

EDISON VAZ MUSA

ELIEZER BATISTA †

FRANCISCO OURIQUE

FRANK GEYER ABUBAKIR

HÉLIO PORTOCARRERO

HENRIQUE LUZ

HENRIQUE NEVES

JACQUES BERLINER

JOÃO LUIZ MASCOLO

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO †

JOEL KORN

JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA †

JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

LUÍS FERNANDO CIRNE LIMA

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

LUIZ ANTÔNIO VIANA

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA

MANUEL MATOS

MÁRCIO SCALERCIO

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

MAURÍCIO DIAS

MIGUEL ETHEL

OLAVO MONTEIRO DE CARVALHO

PAULO HADDAD

PETRONIO LERCHE VIEIRA

RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES †

RICARDO CRAVO ALBIN

ROBERTO CAMPOS †

ROBERTO CASTELLO BRANCO

ROBERTO DO VALLE

ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE

SÉRGIO QUINTELLA

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Inovação Sustentabilidade Vida

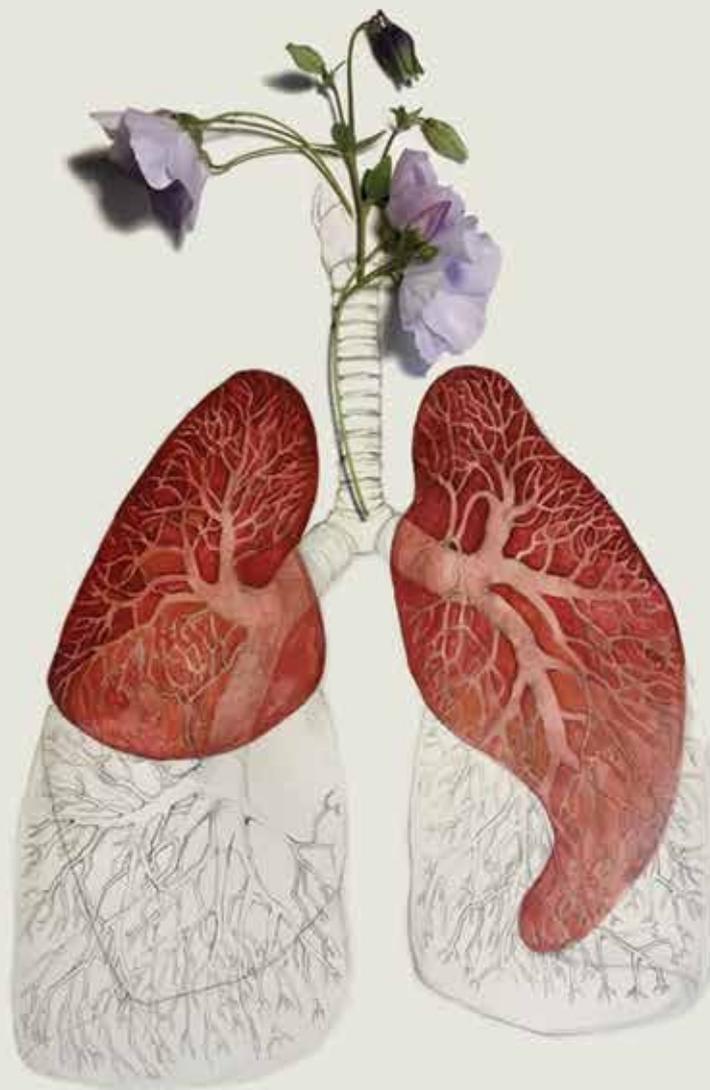



INSIGHT
BIOMA

Pensando o futuro

bioma.insightnet.com.br

ANATOMIA DE UMA ESPERANÇA, DE RITA DUFFY



INSIGHT INTELIGÊNCIA

Insight Inteligência e seus companheiros de viagem
fazem um tributo à saúde

Grupo **RBS**

SulAmérica

JHSF

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

 **交通銀行**
BANK OF COMMUNICATIONS **BM**

fator 

 **FGV**

Refit
EFICIÊNCIA E A FÓRMULA



**FGV. O 3º MAIS IMPORTANTE
THINK TANK DO MUNDO.**

O CONHECIMENTO DO BRASIL COM RECONHECIMENTO GLOBAL.



A FGV subiu do 5º para o 3º lugar no ranking do 2020 Global Go To Think Tank Index Report, elaborado pela Universidade da Pensilvânia. Além disso, foi eleita o **think tank mais bem administrado do mundo pelo 5º ano seguido** e o **1º think tank de toda a América Latina pelo 12º ano consecutivo**. Em mais um ano de evolução, a FGV aumentou seu reconhecimento mundial em produzir e compartilhar conhecimento para o desenvolvimento de todos.



NINGUÉM ESCAPA DA MÁQUINA DE DESINFORMAÇÃO DA ULTRADIREITA

Antônio Dominguez
Quem dera fosse tudo fake news

10



DECODIFICANDO BANNON – MANUAL DA COMUNICAÇÃO FASCISTA

Peter Johann Coutinho
Mas pode chamar de gabinete do ódio

22



DEMOCRACIA DOS DADOS – POR QUE DIZER NÃO ANTES QUE ALGUÉM DIGA SIM POR VOCÊ

Leidi Priscila Figueiredo Vilela
Privacidade não é uma porta entreaberta

40



PESSOÍCES

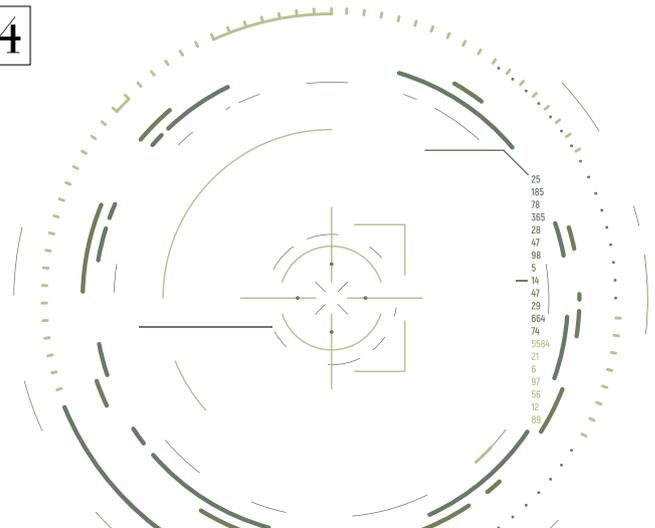
Olímpio Pinheiro
Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis assinariam embaixo

36

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DA ESG REVISITADA (1974-1985)

Rodrigo Lentz
O pensamento militar brasileiro em revista

54



SUMÁRIO

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

nº 92 janeiro/fevereiro/março 2021



CEIÇA, UMA VISÃO FEMINISTA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Hildete Pereira de Melo
À mestra, com carinho

72



LEGADO JK - O RIO SE FOI

Rodrigo Gomes da Costa
Feridas abertas de um pecado capital

78

DESAMPARO E IMPOTÊNCIA - HOMEM, A QUINTESSÊNCIA DO PÓ

Marcia Neder
Somos todos náufragos da Rua da Providência

90



NAS PROFUNDEZAS DA UTI

Nilo Sergio Bezerra
Ainda tem quem diga "e daí?"

104



SOBRE A ARTE DE FLEXIBILIZAR A INTOLERÂNCIA - D. VITAL AOS OLHOS DE GILBERTO FREYRE

Helga Gahyva
Todo o sectarismo será perdoado

106

ESTÁ FALTANDO OXIGÊNIO NO AMAZONAS. E DEPOIS?

Cesar Caldeira
O Brasil é um Estado de calamidade

114





Recado

Nos anos 70, havia um acordo tácito para que os veículos de comunicação não divulgassem casos como as aparições de OVNI nos céus ou exorcismos, entre outros. O propósito era evitar que o assunto produzisse histeria ou convicções imediatas e profundas, a despeito da veracidade dos eventos.

Por ocasião do regime militar, a restrição a tratar das mortes em ambiente público foi adotada de maneira mais rígida depois de um boom de matérias sobre tentativas e óbitos por suicídio no vão central da Ponte Rio-Niterói ou nos trilhos do metrô, áreas que parecem convidar ao ato fúnebre.

Nos dias da pandemia, são a internação e o confinamento que trazem medo e pensamentos mórbidos. Eventualmente há o risco de que essas ideias deixem de ser fugidias e induzam a práticas desesperadas. É quando se dá a ameaça de suicídios.

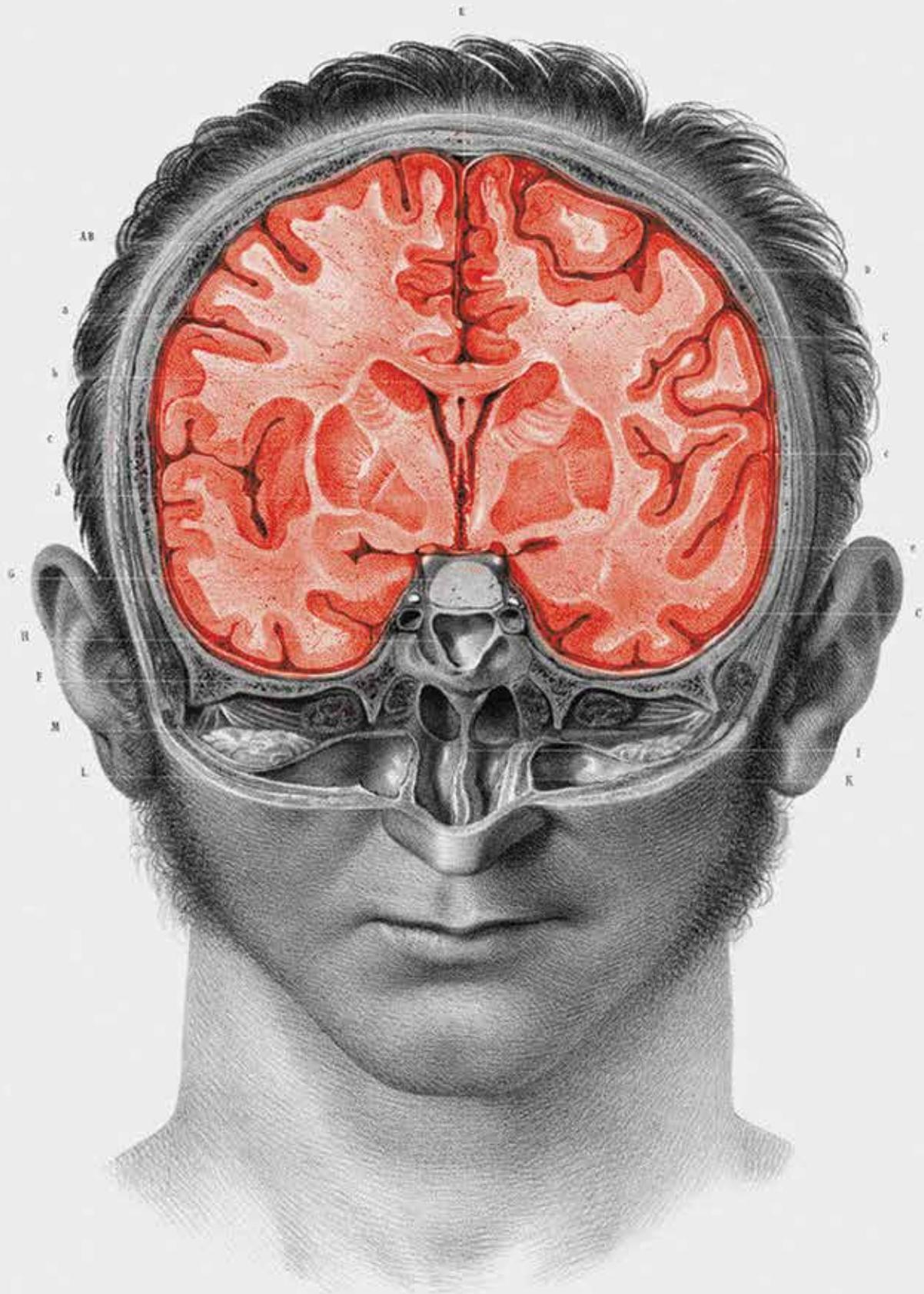
O Well Boeing Trust, fundação norte-americana de promoção à saúde mental, afirma que o isolamento e as incertezas provocadas pela crise

sanitária podem aumentar as mortes por desconolação, nos Estados Unidos, de 27 mil para 150 mil casos nos próximos 10 anos.

Em 2020, ano da pandemia do coronavírus, o Brasil terá triplicado os 13.467 óbitos por turbulências na alma ocorridas em 2019. No mundo, morre uma pessoa por suicídio a cada 40 segundos. No Brasil, a cada 12 minutos. Teme-se que essa contagem aumente pelos efeitos psicológicos do ambiente de pandemia.

Com a tragédia do coronavírus e o isolamento, a solidão, a falta de empatia e o déficit de afetividade, as mortes voluntárias rondam os lares. Há quem cumpra a dupla função de verdugo e sacerdote dos óbitos. Sim, é ele mesmo.

Por ora, gira a corrente de transmissão dos que estão contagiados e dos que preferem morrer por suicídio, ameaçando reduzir o intervalo das mortes sem e por escolha. Sabemos quem é o pai de todas as mortes. Há somente uma agenda: a da vida. Precisamos voltar à tona.



NINGUÉM ESCAPA DA MÁQUINA DE DESINFORMAÇÃO DA ULTRA DIREITA

Antônio Dominguez

Administrador de empresas

As surpreendentes vitórias de líderes autoritários de extrema direita e de iniciativas defendidas por estes, como o Brexit¹ provocaram corrida frenética por explicações para esses fenômenos. No caso de Donald J. Trump, os responsáveis por sua eleição teriam sido hackers russos, a infame Cambridge Analytica e as redes sociais virtuais (doravante, redes sociais), sobretudo Facebook, que teria fornecido ferramentas de manipulação a nível individual para quem pagasse mais. O segredo da eleição de Bolsonaro, por sua vez, teria sido o uso maciço de grupos de WhatsApp para a distribuição de notícias e informações falsas ou enganosas, como a “mamadeira de piroca”, o “kit gay”, entre outros.

Resultado da busca impaciente pelas causas de eventos até então considerados inconcebíveis, inúmeros diagnósticos, correntes tanto na imprensa quanto na academia, basearam-se em premissas destituídas de evidências empíricas robustas, como a de que as redes sociais se teriam tornado a principal fonte de informação política da população e a de que técnicas de microsegmentação desenvolvidas pelas empresas de redes sociais seriam meios eficazes de manipulação em massa.

Mais preocupante no curto prazo, entretanto, tem sido a capacidade dos líderes da ultradireita em atrair e manter a atenção midiática a qualquer momento e com pouco empenho. Dessa forma, têm sido capazes de sequestrar a pauta da grande imprensa, com o intuito de permanecer em exposição, distrair a atenção pública, desorientar a população, entre outros. Sem a amplificação da mídia, as mensagens propagandísticas permaneceriam circunscritas a uma pequena bolha fanatizada e extremista.² Com efeito, evidências sugerem que as redes sociais não são máquinas de persuasão e lavagem cerebral de um eleitorado ingênuo, midiaticamente iletrado, presa fácil de políticos inescrupulosos, mas, sim, ferramenta de instrumentalização da grande imprensa, seu principal alvo das operações de desinformação e propaganda modernas.

O fato de as ferramentas de microsegmentação com base em perfil psicológico ainda não serem capazes de definir resultados eleitorais não significa, contudo, que essas empresas oligopolistas e seus incentivos econômicos não representem potencial ameaça ou cerceamento ao uso democrático da Internet no futuro. Tampouco se deve ignorar o fato de que são usadas por grupos terroristas para arregimentar e radicalizar indivíduos predispostos, bem como incitar e organizar ataques dessa natureza. Muito menos se deve ignorar a concentração de mercado das empresas de tecnologia, sobretudo Google e Facebook, e seu impacto na crise financeira do jornalismo profissional.

Da mesma forma, não pressupomos neste ensaio que as redes sociais não tenham função relevante na estratégia propagandística da ultradireita, ao contrário. Como discutido detalhadamente mais adiante neste ensaio, o equívoco está na excessiva importância conferida às mídias sociais, mais especificamente à publicidade personalizada no nível individual e às “bolhas-filtro” e suas “câmaras de eco”, na ascensão política da direita fascistoide na última década, graças à manipulação de corações e mentes de suas dezenas de milhões de usuários brasileiros.

Para tanto, iniciamos este ensaio por discutir a mitologia das redes sociais, desmistificando seus alegados superpoderes de persuasão, conforme a narrativa presente em documentários como “Privacidade Hackeada” (2019) e “Dilema Social” (2020). Depois, discutiremos sobre como e por quê a mídia tradicional tornou-se o principal alvo das

campanhas de propaganda da direita ultrarreacionária. Para subsidiar a argumentação, definimos o que é jornalismo profissional e descrevemos seus princípios norteadores.

Discutimos, na sequência, sobre como seu modelo de negócio obsoleto e o anacronismo de alguns de seus procedimentos ensejaram fraquezas amplamente exploradas pela moderna máquina de propaganda da ultradireita. Por fim, apresentamos nossa conclusão de que, para conter a ameaça da ultradireita, é condição necessária, mesmo que insuficiente, fortalecer o Quarto Poder, na medida em que, assim, muitas de suas atuais vulnerabilidades seriam mitigadas.

A MITOLOGIA DAS REDES SOCIAIS³

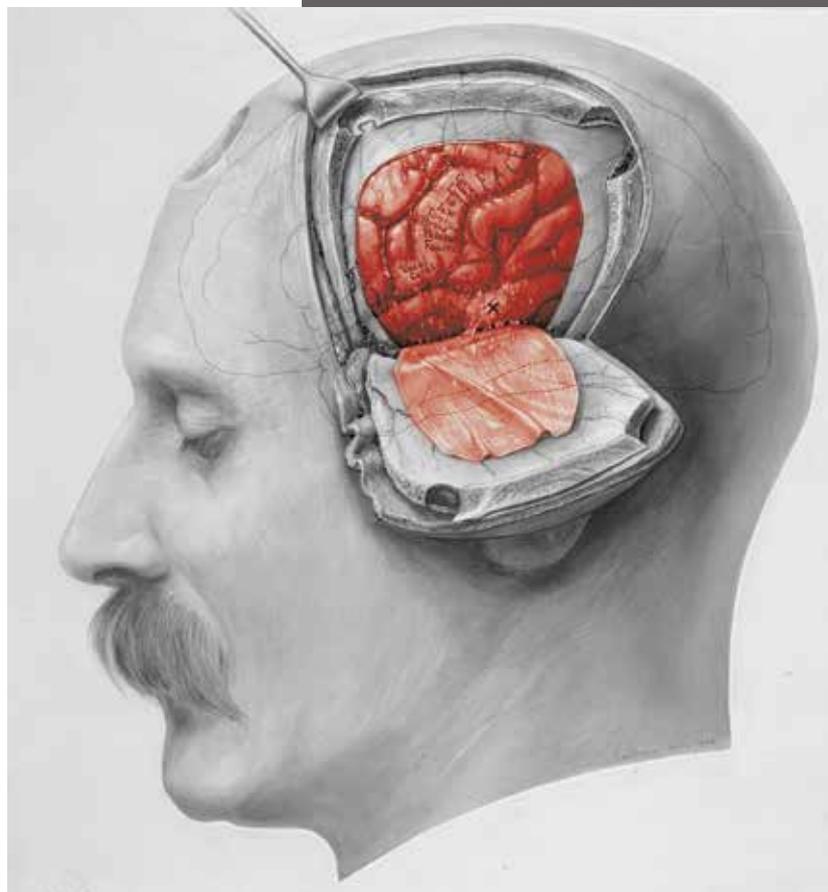
As redes sociais tornaram-se instrumentos centrais da propaganda moderna, empregada, principalmente, pela ultradireita. No entanto, essas empresas não adquiriram todo o poder de persuasão amplamente alardeado pela mídia e alguns setores acadêmicos. Afirma-se que Facebook, WhatsApp, Twitter e afins teriam-se tornado ameaças existenciais à privacidade e à democracia, tendo contribuído decisivamente para a ascensão da ultradireita. Entre as razões para esse cenário alarmante, estariam i) as “bolhas-filtro” (*filter bubbles*); ii) produto desta, a formação de “câmaras de eco” (*echo chambers*); iii) o ambiente propício à difusão de desinformação, especialmente *fake news*; e iv) a capacidade dessas empresas em manipular a opinião pública a quem pagar mais.

Esses extraordinários poderes de sugestão adviriam da coleta em larga escala de uma miríade de dados e informações individualizadas e íntimas, o que permitiria a essas empresas identificar traços de personalidades, perfil psicológico, ideologia, sexualidade, entre muitos outros. Com base nessas inferências, seriam capazes de criar curadoria personalizada do conteúdo exposto ao usuário, assim como microsegmentar propaganda política para persuadir certo eleitorado conforme as instruções do candidato-cliente. Essa interpretação tornou-se ainda mais popular com o lançamento de dois documentários produzidos pela Netflix, como notamos na introdução.

A priori, essa leitura dos acontecimentos da última década é coerente (“faz sentido”) e conta com a narrativa sedutora e bem produzida desses documentários, veiculados no mais popular serviço de *streaming* de filmes e séries. No entanto, como sugere o efeito Halo, a coerência e a popularidade de uma narrativa, embora nos deem, via de regra, impressão de veracidade, não significam que sejam verdadeiras. Na síntese de A. Schopenhauer, examinando a falácia do apelo à popularidade, *ad populum*: “(...) a ubiquidade de uma ideia, para falar a verdade, não prova nada, nem mesmo é motivo de probabilidade de sua validade”.⁴

Os críticos das bolhas-filtro alegam que o uso frequente das redes sociais disseminaria câmaras ideológicas de eco, ambientes em que nossas crenças, preconceitos e opiniões são reforçados, nunca questionados, mantendo nosso conforto cognitivo. Esse cenário seria resultado da nossa tendência à exposição seletiva, que, intensificada pela curadoria algorítmica, estimularia a proliferação de extremismos e a balcanização da sociedade. Isso teria, a seu turno, produzido condições propícias à ascensão da ultradireita. Contudo, as evidências empíricas não corroboram esse diagnóstico, hegemônico no debate público.

A literatura acadêmica identificou, sim, a tendência a nos expor seletivamente a conteúdos que reforçam nossas concepções quando temos essa escolha, mas isso em si não basta para explicar o fenômeno. Na prática, nossa predileção por informação confirmatória é mais preponderante que a tendência a evitar informação contestatória, mas não tanto em razão de nossa aversão a desilusões cognitivas, senão pela credibilidade percebida. Esta é, a seu turno, função não somente do viés de confirmação, como também da percepção de equilíbrio na cobertura jornalística.⁵



Em relação aos filtros-bolha, para que esse fenômeno fosse relevante, a maioria das pessoas deveria ser politicamente engajada e consumir regularmente o noticiário político via redes sociais; esses compartimentos deveriam ser herméticos e homogêneos; e a quantidade de indivíduos dentro deles deveria ser muito mais significativa. Contudo, nenhuma dessas premissas foi corroborada empiricamente.⁶ A exposição seletiva é, não raro, sobrepujada por outros fatores, como condicionantes sociais (*social cues*) – localização geográfica, profissão, classe social e outros – que levam os consumidores de notícia a interagir com fontes de informação contestatória,⁷ uma vez que, por exemplo, os potenciais custos financeiros e profissionais de não se estar devidamente informado incentivam essa parcela da população a ter uma dieta mais diversificada de notícias.

A GRANDE MAIORIA DOS USUÁRIOS DE REDES SOCIAIS NÃO ESTÁ MUITO INTERESSADA NO NOTICIÁRIO POLÍTICO DE FORMA RELEVANTE

Evidência disso se identifica em pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência em 2018 a serviço do governo federal: usuários dos aplicativos de mensagem compartilham mais “Notícias da minha cidade ou região” (36%) e “Mensagens religiosas ou de autoajuda” (31%). “Informações sobre política” aparece com 20% das menções.⁸

Em relação à prevalência das câmaras de eco, como diferentes pesquisas de opinião revelam, a maioria dos usuários de redes sociais não acompanha os acontecimentos políticos de forma significativa em geral, muito menos nas redes sociais. A mesma pesquisa supracitada,⁹ por exemplo, mostrou que a TV permanecia o principal meio de informação do brasileiro (87% entre os três principais), seguida pela internet (71%) e, em terceiro, rádio (43%). Entre as principais fontes de informação na Internet, estavam “Sites e portais de notícias” (66% entre as três principais), “Jornais na versão online” (48%), “Blogs especializados” (31%) e “Revistas online” (31%). Redes sociais? Foram mencionadas apenas 3% das vezes entre as três principais fontes. Convém notar que “Nenhum[a]” teve 19% das menções.

No mesmo mês, também realizada pelo Ibope a serviço da União, pesquisa com escopo no comportamento em redes sociais e serviços de mensagem¹⁰ mostrou que

os usuários do WhatsApp e do Facebook – os aplicativos mais usados – têm como principais interesses “Entretenimento” (43% e 47%, respectivamente), “Saúde” (26% e 38%) e “Educação” (20% e 28%). No caso do Facebook, devemos notar que “Política” ficou tecnicamente empatada com “Educação”. Instagram e YouTube, a seus turnos, são as mais usadas para “Entretenimento” (62% e 61%, respectivamente).

Portanto, esses dados sugerem que a grande maioria dos usuários de redes sociais não está muito interessada no noticiário político de forma relevante. Por fim, outras evidências que enfraquecem a tese das câmaras de eco revelam que apenas um terço dos usuários do Facebook, Instagram e WhatsApp sempre acessa suas linhas do tempo.¹¹

Em relação ao Twitter, rede social de predileção de Donald J. Trump e da família Bolsonaro, poder-se-ia argumentar, a princípio, que é a mais politizada das dez maiores, porém, em termos relativos. Entre seus usuários, por exemplo, o terceiro conteúdo de maior interesse é “Política” (28%), empatada com “Cultura”, mas distante de “Esportes” (42%) e “Entretenimento” (43%). Outro dado notável seria o comportamento de seus internautas quando se deparam com tuítes relacionados à “Política”, porquanto são os que mais costumam ler (67%) e comentar (29%). Entretanto, como o uso do futuro do pretérito sugestiona, na mesma pesquisa o Twitter obteve apenas dois por cento (2%) das respostas à pergunta sobre quais redes sociais costumavam usar mais.

Portanto, mesmo que os adeptos dos 240 caracteres fossem todos politicamente engajados e assíduos leitores do noticiário político, sua baixa relevância para os usuários de redes sociais em geral limitaria muito seu impacto sobre o eleitorado. Não obstante, como discutimos mais adiante, o Twitter está entre as mais importantes ferramentas do modelo de propaganda dos ultrarreacionários, mas não para manipular seus usuários em larga escala, senão para instrumentalizar a imprensa.

Além do mais, as evidências empíricas disponíveis sugerem que as câmaras de eco de nossas redes sociais *offline* têm efeitos mais fortes que a exposição direta ao noticiário, na medida em que os grupos de discussão presenciais não somente são mais homogêneos, como também contam com a pressão social dos pares. Em termos de discussões sobre política, estas acontecem frequentemente entre pessoas em contato próximo diário. Gentzkow e Shapiro,¹² no estudo mais recente sobre o tema, reuniram evidências de que a audiência do noticiário *online* seria menos ideologicamente insulada do que aquela das conversas presenciais – com família, amigos, colegas etc.

Adicionalmente, a pesquisa supracitada sobre o comportamento nas redes sociais revelou que, quando usuários do WhatsApp, Telegram e Messenger compartilham conteúdo, cerca de metade deles o fazem com “Famíliares”, e um quarto com “Pessoas ou amigos do trabalho”. Aliás, os familiares aparecem como o grupo mais importante ou influente para se informar nas redes sociais.

Facebook, o outro vilão dessa história, tem como principal produto um conjunto de ferramentas de microsegmentação publicitária baseadas em modelos de inferência de uma multitude de características pessoais e informações íntimas. Através da coleta em massa de ampla gama de informações privadas, a empresa seria capaz de criar e direcionar campanhas publicitárias personalizadas no nível individual, tanto para despertar desejos por certo produto quanto para conferir credibilidade a uma alegação ou mesmo para motivar ações *offline*. Na esfera política, a rede social desenvolveu ferramentas específicas para campanhas políticas, com interfaces para seus clientes direcionarem peças publicitárias a eleitores segundo a região, demografia e até segmentos hiperespecíficos da população.

O uso de perfilação psicológica para fins político-eleitorais e os superpoderes que lhe são conferidos no debate público ganharam as manchetes dos principais jornais do mundo em 2018, quando um ex-funcionário da Cambridge Analytica (CA) acusou a empresa de ter obtido de forma fraudulenta dados pessoais de mais de 80 milhões de usuários do Facebook. A empresa prestou seus serviços a clientes mundo afora – entre os mais notórios, as campanhas de Trump à Casa Branca e do Brexit –, frequentemente ostentando sua “arma secreta”, um algoritmo de compilação de perfis psicológicos alegadamente capaz de identificar tendências políticas inconscientes até mesmo para as pessoas.

Munida de todos esses recursos, a consultoria conseguiria elaborar mensagens mais persuasivas e concebidas para provocar certas reações emocionais no eleitorado-alvo. Após a surpreendente vitória de Trump, a CA assumiu efusivamente o crédito pelo inesperado feito. Em maio de 2018, contudo, a empresa encerrou suas operações sem demonstrar a eficácia do uso de perfis psicológicos para fins eleitorais. Segundo os pesquisadores Y. Benkler, R. Faris e Hal Roberts, em “Network Propaganda”,¹³ apoiadores do então candidato Donald J. Trump tinham como principal meio de informação à época da campanha eleitoral o canal de TV a cabo Fox News, a televisão aberta (*broadcast television*) e programas de rádio.

A campanha de Trump à Casa Branca beneficiou-se principalmente do volume extraordinário de cobertura da grande mídia (*mainstream media*), e não da intervenção russa via redes sociais, nem da manipulação em massa de usuários de redes sociais. Ao fim e ao cabo, a despeito de todo o dinheiro gasto em publicidade *online* e do valor de mercado atribuído ao potencial da microsegmentação baseada no uso da mídia social, a questão mais importante permaneceu pendente de resposta: o quão persuasivas seriam essas ferramentas.

Cabe aqui frisar que não se está argumentando que a publicidade microsegmentada não possa vir a funcionar futuramente. No entanto, como apontam os pesquisadores acima citados, é improvável que em espaço de poucos anos – entre a publicação do estudo e as eleições presidenciais de 2018 no Brasil –, os provedores de microsegmentação publicitária tenham conseguido melhorar muito as técnicas.

No que concerne à ameaça à democracia, portanto, devemos ser cautelosos em atribuir poderes sobrenaturais de persuasão em massa ao Facebook e às mídias sociais em geral. Embora seja plausível que essas técnicas melhorem à medida que os algoritmos aprendam, alimentados com mais e mais dados, não há ainda evidências de que isso se confirmará. Com efeito, o uso de anúncios personalizados para mudar o comportamento do eleitor permanece como fé ou como resultado de um deslumbramento com as novas tecnologias, ainda mais quando fomentado por documentários muito bem produzidos e pela grande imprensa.

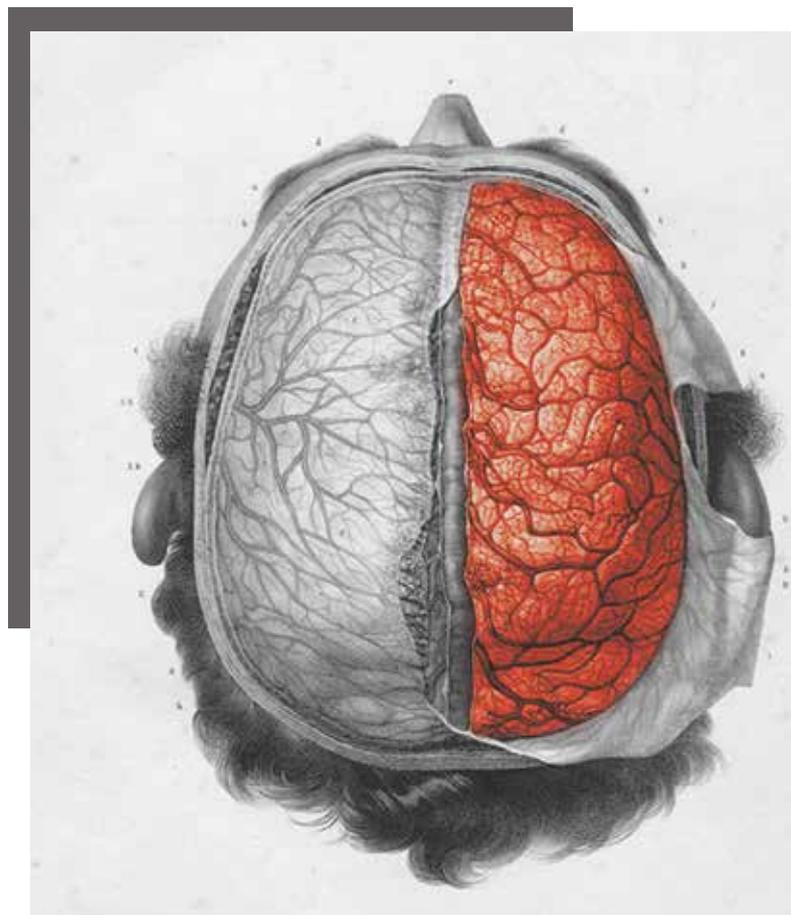
Em síntese, a maioria dos usuários de redes sociais, WhatsApp e Messenger inclusive, não acompanha regularmente o noticiário político em geral e muito menos quando online, assim como nossas bolhas sociais reais e suas resultantes câmaras de eco são mais homogêneas e herméticas do que aquelas criadas por algoritmos. Por fim, a despeito da popularidade das alegações e da narrativa corrente na imprensa e alguns setores da academia, a eficácia e a ameaça das técnicas de microsegmentação em publicidade e propaganda, com base em nossos dados produzidos em redes sociais, permanecem promessas. Como discutimos a seguir, a grande ameaça às democracias ocidentais encontra-se nos anacronismos dos modelos de negócios e dos princípios do jornalismo profissional.

POR QUE E COMO A GRANDE MÍDIA TORNOU-SE O PRINCIPAL ALVO DA MODERNA MÁQUINA DE PROPAGANDA E DESINFORMAÇÃO DA ULTRADIREITA

“(...) conseguir que a grande mídia amplifique rumor e desinformação é o objetivo último daqueles que querem manipular.”¹⁴

A fim de que o leitor acompanhe melhor a argumentação e compreenda como certos anacronismos do jornalismo tradicional produziram as vulnerabilidades atualmente exploradas pelos agentes desinformadores,¹⁵ iniciamos por definir algumas características gerais da imprensa. A grande mídia baliza-se, idealmente, pelos princípios do jornalismo profissional, a saber: veracidade, precisa apuração, correta publicação, isenção e interesse público.

As editorias, por sua vez, devem seguir normas e procedimentos na produção de notícias, entre os quais, pluralidade, imparcialidade e equidade. Adicionalmente, esses órgãos de imprensa impõem clara separação entre



reportagem e opinião, assim como entre conteúdo jornalístico e comercial.¹⁶ Por fim, esses veículos de imprensa contam com mecanismos de autocorreção, como conselhos editoriais, ombudsman (ouvidoria), carta dos leitores, a fim de evitar custos de reputação.

Munidos dessas definições, tratamos dos anacronismos e, em seguida, das resultantes vulnerabilidades, ambos prontamente explorados pelos agentes propagandistas da ultradireita. No que concerne ao modelo de negócios, os principais veículos de imprensa dependeram tradicionalmente das receitas de publicidade e de assinaturas, sendo a primeira muito mais importante que a segunda. No entanto, a ascensão e consolidação da economia da atenção significou que o conteúdo mais valioso se tornou aquele com maior potencial de atrair a atenção dos internautas.

Nesse ínterim, grandes conglomerados de tecnologia, cujos modelos se baseiam na atenção de seus usuários, portanto, na publicidade e não em assinaturas, tornaram-se hegemônicos na Internet, configurando verdadeiros oligo-

pólios, como Google e Facebook. Sob essas condições, esses gigantes da tecnologia acabaram por capturar a maioria do tráfego cibernético e, conseqüentemente, das receitas publicitárias, ao mesmo tempo em que a circulação de jornais impressos minguava aceleradamente em razão da migração do consumo de notícias para dispositivos móveis (celulares e tabletes). Essa situação redundou na queda vertiginosa das receitas publicitárias dos grandes veículos da mídia impressa, cujos espaços em suas páginas sempre foram cobiçados pelos anunciantes.

Nesse cenário, restaria a esses jornais compensar essas perdas com o aumento da receita de assinaturas. Entretanto, essa renda potencial foi também comprometida pelas novas possibilidades criadas pela Internet, como o acesso instantâneo a jornais do país e do mundo todo e as baixas barreiras de entrada. Na medida em que os principais consumidores de notícias tendem a se informar por diferentes jornais – nacionais, internacionais e, agora, de nicho, como o Valor Econômico e o site Jota –, esse leitorado teve cada vez menos incentivos para assinar apenas um ou outro jornal, preferindo ler só certos artigos de diferentes jornais. Adicionalmente, mesmo que houvesse vontade geral de apoiar financeiramente os veículos de imprensa, o público leitor financeiramente capaz de assinar todos os jornais que gostaria seria exíguo.

Nesse contexto, a mídia tradicional entrou em crise financeira crônica e múltiplos jornais tradicionais e locais fecharam, ao passo que os sobreviventes tiveram de diminuir drasticamente suas redações. Com menos recursos financeiros e humanos, o poder de fiscalização se foi restringindo, os controles internos enfraquecendo e os jornalistas sobrecarregando-se. Essas restrições se traduziram em maior susceptibilidade a erros, maior atração por polêmicas e sensacionalismos em prol do tráfego, mas em detrimento do jornalismo investigativo, da apuração exaustiva dos fatos e da reputação da grande imprensa.

Ademais, na era da economia da atenção, os veículos de imprensa começaram a valorizar as *pageviews* (visualizações), a quantidade de compartilhamentos e os *trending topics* (assuntos do momento em redes sociais), além de sobrevalorizar o furo, como formas de maximizar o tráfego

e compensar o declínio das receitas. Ao fim e ao cabo, criaram-se incentivos em favor do desempenho de uma notícia (visualizações), mas em prejuízo do jornalismo de alta qualidade.

Em tais circunstâncias, as redes sociais se tornaram atraentes fontes de pautas e reportagens para profissionais pressionados pelo frenético ciclo de notícias atual, sobrecarregados de trabalho e cobrados por tráfego. Assim, *hashtags* e vídeos virais acabam por receber atenção e cobertura da mídia tradicional. Sob essas condições, surgem muitas oportunidades para a manipulação dos veículos de imprensa em prol dos interesses da ultradireita.

Seus propagandistas, plenamente cientes dessas vulnerabilidades, transformaram as contas de seus agentes – celebridades, influenciadores e autoridades políticas – em fontes regulares de escândalos, polêmicas e ultrajes, produtos muito atraentes para a grande mídia, ainda mais na atualidade. Portanto, quando um candidato a cargo público, figura pública ou, especialmente, o mandatário da Nação, compartilham em suas redes sociais declarações evidentemente falsas, ofensivas, injuriosas ou ultrajantes, fazem-no deliberadamente, cientes do quão o jornalismo profissional valoriza esse tipo de material. Como verificamos quase diariamente, essas atitudes são prontamente noticiadas pelos grandes jornais, amplificando a exposição a essas mensagens, mesmo que de forma desintencional.

A supervalorização do furo, a seu turno, somada à sobrecarga dos jornalistas, aumenta as chances de erros e ensejam campanhas de descrédito da mídia por parte dos propagandistas. Esses atores têm-se aproveitado desses fatores para, por exemplo, vaziar informações “quentes” e, em seguida, desmenti-las publicamente. Senão, fazem declarações com evidentes falsidades, erros de ortografia, injúrias, entre outras iscas, apenas à espera de que algum peixe grande – como Folha de S.Paulo, Estadão, O Globo – fogue o anzol.

Da perspectiva do propagandista, quer a imprensa noticie para desmentir, quer para refutar ou ridicularizar dada declaração, ele atinge, invariavelmente, seu objetivo último: amplificar a parcela da população exposta à informação e desviar a atenção do público e da própria mídia. Ato contínuo, aumenta-se também sua disponibilidade nas memórias, deixando, pelo menos, sensação de familiaridade: “não me é estranho”, “já ouvi falar”. Dessa forma, a correção nos jornais bem como a checagem das agências especializadas – como Aos fatos, Agência Lupa – podem ser contraproducentes, na medida em que contribuem para o aumento da disponibilidade da declaração e do declarante.¹⁷

Em relação aos princípios do jornalismo tradicional, o anacronismo e a obsessiva observância da imparcialidade e equilíbrio – “ouvir os dois lados” – na cobertura jornalística têm sido habilmente explorados pelos agentes desinformadores para instrumentalizar a grande mídia a seu favor. O excesso de zelo por essas normas se relaciona estreitamente com os interesses comerciais dos jornais, que receiam perder ainda mais receitas por alijar leitores e anunciantes. Tudo o mais constante, confrontar diferentes interpretações e teorias acerca de dado tema e fiscalizar entes políticos de forma equânime são atitudes recomendáveis e essenciais para subsidiar o debate público. Porém, a obsessão pela aparência de neutralidade cria oportunidades para que os propagandistas da ultradireita operacionalizem suas campanhas de desinformação e ampliem seus alcances com o auxílio involuntário, e gratuito, da mídia tradicional.

Nem todo fato enseja duas interpretações, nem todo acontecimento tem apenas duas versões, assim como nem todas as interpretações ou teorias acerca de um mesmo tema se equivalem. Quando jornais, sejam escritos, sejam televisivos, conferem o mesmo espaço ou exposição midiática para duas perspectivas opostas relativas à eficácia de certo medicamento – uma cobertura pretensamente “equilibrada”, “imparcial” –, o leitorado ou a audiência julga equivocadamente que ambos os lados têm posições equivalentes, dignas de nota. Com efeito, conforme pesquisa de Derek Koehler,¹⁸ mesmo que se avise ao público que um dos debatedores expressa o consenso entre especialistas,

ao passo que a contraparte defende perspectiva mantida por diminuta minoria, essa atitude pouco impacto tem sobre a interpretação do público.

Portanto, ao se dar espaço a duas posições contrárias acerca de tema cientificamente pacificado, não há equilíbrio de cobertura jornalística, mas desequilíbrio, na medida em que se tratam de forma equivalente perspectivas incomparáveis. Dessa maneira, acaba-se por favorecer os desinformadores e prejudicar o interesse público, pois semeia-se desorientação e desconfiança na população, quando, de fato, deveria haver certo consenso e união nacional para lidar com crises, sobretudo as de grandes proporções, como a pandemia do novo coronavírus.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A narrativa de que as eleições de demagogos chauvinistas, com históricos de declarações xenófobas, sexistas e injuriosas, foram resultado da ganância e instrumentalização das redes sociais por agentes inescrupulosos é coerente, intuitiva e facilmente inteligível, o que, da perspectiva do efeito Halo, pode explicar sua popularidade. Adicionalmente, essa versão dos acontecimentos também contou com a adesão da imprensa, que, de quando em quando, noticiava um e outro artigo científico, o qual, alegadamente, demonstrava o poder de manipulação dos algoritmos dessas empresas, sobretudo Facebook e, no caso brasileiro, também o WhatsApp.

Além disso, os lançamentos de dois documentários forneceram ainda mais legitimidade a essa interpretação. As redes sociais, por sua vez, quando questionadas acerca desses temas, sempre deram respostas genéricas e formulaicas, sem nunca negarem possuir os alegados poderes de persuasão. Da perspectiva comercial, tal atitude é compreensível, na medida em que, em tal cenário, o mercado publicitário sobrevaloriza esses serviços, permitindo que estas e outras empresas, como a extinta Cambridge Analytica, obtenham margens de lucro ainda maiores.

Como analisamos neste ensaio, para que essa versão fosse plausível, algumas premissas subjacentes teriam de ser verdadeiras, o que, com base nas evidências disponíveis, não pode ser afirmado. A esmagadora maioria da população não se informa dos acontecimentos políticos

regularmente, fazendo uso das redes sociais em geral para entretenimento. Quando precisam se informar, como sobre a pandemia do coronavírus, brasileiros – estadunidenses também – o fazem ainda por meios de comunicação tradicionais, como jornais de TV, sites e portais de notícias e jornais na versão online. Redes sociais e serviços de mensagem, a seu turno, têm ainda diminuta participação no consumo do noticiário da população em geral.

Parte significativa dos usuários de redes sociais teriam de estar dentro de bolhas-filtro e câmaras de eco, bem como estas teriam de ser herméticas e homogêneas, quando, efetivamente, nossas tradicionais bolhas de socialização tendem ainda a ser mais herméticas e homogêneas do que aquelas dos algoritmos.

Por fim, com base numa seleção de revisões da literatura acadêmica, analisamos como a microsegmentação publicitária baseada em perfis psicológicos deduzidos de nossos rastros digitais permanece uma promessa, cujo efeito, na melhor e mais improvável das hipóteses, seria negligenciável.

Nesse contexto, defendemos neste ensaio que a tese mais provável é a de que a grande contribuição para a escalada ao poder da ultradireita adveio da grande imprensa, e não de *fake news* difundidas pelo Facebook

ou WhatsApp. Em crise financeira crônica e guiado por princípios anacrônicos, o jornalismo profissional tornou-se ainda mais vulnerável às táticas praticadas pela máquina de propaganda moderna da direita reacionária e autoritária. No caso da viabilidade financeira da mídia tradicional, sim, o papel das gigantes do Vale do Silício é incontroverso. Essas empresas acabaram por se transformar em genuínos oligopólios, cujo poder de mercado se traduziu na captura da maior parte das receitas publicitárias, o que, a seu turno, agudizou ainda mais a agonia do modelo de negócios do jornalismo tradicional.

Nessas circunstâncias, os jornais sobreviventes tiveram de fazer demissões frequentes, fragilizando controles internos e sobrecarregando seus profissionais. Ao tentar se adaptar à economia da atenção, em que a capacidade de gerar cliques é a variável mais valorizada, a atração da mídia por sensacionalismos, polêmicas e furos se intensificou, e os veículos de notícias ficaram ainda mais suscetíveis a manipulações por parte de agentes de propaganda e desinformação. Vazam-se informações seletivamente para prejudicar opositores, em prol do interesse próprio, e não público; ou para, em seguida, desmenti-las e, assim, semear a desconfiança contra o Quarto Poder.

Não por acaso, o governo Bolsonaro produz crises e polêmicas em ritmo incessante e sem precedentes; na expressão de Steve Bannon, *flood the zone with sh*t* ("inunde a área com m*rda")¹⁹ pois, dessa forma, enquanto

O JORNALISMO PROFISSIONAL TORNOU-SE AINDA MAIS VULNERÁVEL ÀS TÁTICAS PRATICADAS PELA MÁQUINA DE PROPAGANDA MODERNA DA DIREITA REACIONÁRIA E AUTORITÁRIA

parte da audiência se percebe desorientada, o governante obtém mais exposição, portanto, familiaridade e, ao fim e ao cabo, garante maior disponibilidade nas mentes do eleitorado mais politicamente alienado, o qual, como sugerem as pesquisas de opinião, constitui o maior contingente.

No que concerne ao anacronismo de alguns princípios do jornalismo profissional, ainda seguidos cegamente pela mídia brasileira, deve-se reavaliar o conceito de “interesse público”. Seriam todas as declarações dos altos escalões do Estado, especialmente as do presidente da República, de alto interesse público e, portanto, dignas de serem noticiadas em destaque? Como discutimos neste ensaio, até mesmo o argumento de que devem ser cobertas pela mídia para desmenti-las é um tiro que frequentemente sai pela

culatra. De nossa perspectiva, Bolsonaro, sua equipe e acólitos em geral, ao proferirem de forma incessante evidentes mentiras e as mais estapafúrdias teorias da conspiração, servem a um propósito: sequestrar a pauta da imprensa e permanecer em evidência. Portanto, deve-se reavaliar a premissa de que Donald Trump, Bolsonaro e afins usam suas redes sociais para comunicar-se diretamente com seus seguidores, quando, com efeito, eles o fazem para atrair e manter a atenção da grande mídia, amplificando suas campanhas de propaganda e desinformação.

Diante desse diagnóstico, não defendemos conter o avanço da desinformação com mais informação e munidos da “verdade”, perspectiva que levou a iniciativas como a dos checadores de fatos, cuja eficácia é bastante ques-

NOTAS DE RODAPÉ

1. Trata-se do plebiscito realizado em junho de 2016, em que a maioria dos nacionais do Reino Unido votou pela saída de seu país da União Europeia, a despeito dos prejuízos que tal decisão deva acarretar.
2. No original, “[...] *Without amplification, disinformation goes nowhere.*”, WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein, *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, [s.l.]: The Council of Europe, 2017.
3. BENKLER, Yochai; FARIS, Rob; ROBERTS, Hal, *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*, New York, NY: Oxford University Press, 2018.; SUMPTER, David, *Outnumbered: from Facebook and Google to fake news and filter-bubbles—the algorithms that control our lives*, [s.l.]: Bloomsbury Publishing, 2018.; MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca, *Media Manipulation and Disinformation Online*, p. 106, 2017.
4. SCHOPENHAUER, Arthur *et al*, *A arte de ter razão: exposta em 38 estratégias*, [s.l.]: Martin Fontes, 2001.
5. Por exemplo, ver METZGER, Miriam J.; HARTSELL, Ethan H.; FLANAGIN, Andrew J., *Cognitive dissonance or credibility? A comparison of two theoretical explanations for selective exposure to partisan news*, *Communication Research*, v. 47, n. 1, p. 3–28, 2020.
6. GUESS, Andrew *et al*, *Avoiding the Echo Chamber about Echo Chambers: Why selective exposure to like-minded political news is less prevalent than you think*, v. 1, 2018.; Dutton, B. (May 2017) *Fake news, echo chambers and filter bubbles are an exaggerated threat. Here’s why*. *World Economic Forum Blog*.; BROTHERTON, Rob, *Bad News: Why We Fall for Fake News and Alternative Facts.*, 1st. ed. [s.l.]: Bloomsbury Publishing USA, 2020.
7. GUESS, Andrew *et al*, *Avoiding the Echo Chamber about Echo Chambers: Why selective exposure to like-minded political news is less prevalent than you think*, v. 1, p. 25, 2018.
8. IBOPE INTELIGÊNCIA, *Pesquisa Telefônica - Redes Sociais* (fev. 18), Brasília - DF: Presidência da República, SECOM, DPOP, 2018.
9. IBOPE INTELIGÊNCIA, *Pesquisa Telefônica - Uso de Internet* (fev. 18), Brasília - DF: Presidência da República, SECOM, DPOP, 2018.
10. IBOPE INTELIGÊNCIA, *Pesquisa Telefônica – Redes Sociais* (fev. 18), Brasília-DF: Presidência da República, SECOM, DPOP, 2018.
11. Cabe aqui observar uma inconsistência nesse item da pesquisa, a saber, o WhatsApp não conta com uma “Linha do Tempo” nos moldes das redes sociais em geral.
12. GENTZKOW, Matthew; SHAPIRO, Jesse M., *Ideological Segregation Online and Offline*, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 126, n. 4, p. 1799–1839, 2011.
13. BENKLER, Yochai; FARIS, Rob; ROBERTS, Hal. *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*, New York, NY: Oxford University Press, 2018.
14. *Tradução nossa*. pág. 13, WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein, *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, [s.l.]: The Council of Europe, 2017.
15. Não somente políticos, mas, antes, publicitários e empresas, como narrado em HOLIDAY, R. *Trust me, I’m lying: confessions of a media manipulator*. [s.l.] Penguin, 2013.
16. FENAJ, *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, 2007; *Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo* | ABI, disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>>, acesso em: 26 fev. 2021.
17. PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam, *The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It*, [s.l.]: RAND Corporation, 2016.
18. KOEHLER, Derek J., *Can journalistic “false balance” distort public perception of consensus in expert opinion?* *Journal of Experimental Psychology: Applied*, v. 22, n. 1, p. 24, 2016.
19. ILLING, Sean, *“Flood the zone with shit”: How misinformation overwhelmed our democracy*, *Vox*, disponível em: <<https://www.vox.com/policy-and-politics/2020/1/16/20991816/impeachment-trial-trump-bannon-misinformation>>, acesso em: 5 mar. 2021.

tionável. Advogamos, em contraste, solução análoga ao caso dos grandes bancos à ocasião da crise financeira de 2008. No nosso caso, a despeito de críticas que possam ser feitas, consideramos a imprensa profissional e independente *too important to fail* (“importantes demais para falirem”), o que requereria o resgate financeiro de muitos veículos, enquanto o setor se submete a uma espécie de *aggiornamento* e implementa inovações em busca da viabilidade econômica, como o pagamento por reportagem no lugar de assinaturas, medida, a princípio, factível com a popularização das carteiras digitais.

Além disso, de forma similar com o que se faz com os aeroportos regionais, é preciso incentivar e subsidiar a oferta de jornalismo local independente, bem como o apoio

a jornais sem fins lucrativos. Concomitantemente, urge lidar com o oligopólio estabelecido na Internet, seja mediante o desmembramento desses conglomerados, seja mediante nova regulamentação para reequacionar a partição das receitas publicitárias entre as gigantes do setor e os produtores de conteúdo. Reerguendo-se e fortalecendo-se, muitos dos atuais desvios da mídia, como a fraqueza por sensacionalismos e polêmicas e dependência para com as redes sociais de pautas, poderão ser sanadas sem maiores esforços. ●

O autor é professor e tradutor
acdomain2015@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

BARTLETT, Bruce. *The truth matters: A citizen's guide to separating facts from lies and stopping fake news in its tracks*, [s.l.]: Ten Speed Press, 2017.

BROTHERTON, Rob. *Bad News: Why We Fall for Fake News and Alternative Facts*, 1st. ed. [s.l.]: Bloomsbury Publishing USA, 2020.
BRUNS, Axel. *Are filter bubbles real?*, Medford, MA: Polity Press, 2019.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro, *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 1, p. e0005, 2021.

GENTZKOW, Matthew; SHAPIRO, Jesse M. Ideological Segregation Online and Offline, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 126, n. 4, p. 1799–1839, 2011.

GILROY-WARE, Marcus. *After the Fact?*, [s.l.]: Watkins Media Limited, 2020.

GROSHEK, Jacob; KOC-MICHALSKA, Karolina. Helping populism win? Social media use, filter bubbles, and support for populist presidential candidates in the 2016 US election campaign, *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 9, p. 1389–1407, 2017.

GUESS, Andrew et al. Avoiding the Echo Chamber about Echo Chambers: Why selective exposure to like-minded political news is less prevalent than you think, v. 1, p. 25, 2018.

JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. *Propaganda & Persuasion*, [s.l.]: Sage Publications, 2018.

KALLA, Joshua L.; BROOCKMAN, David E. The Minimal Persuasive Effects of Campaign Contact in General Elections: Evidence from 49 Field Experiments, *American Political Science Review*, v. 112, n. 1, p. 148–166, 2018.

KEERSMAECKER, Jonas De et al. Investigating the Robustness of the Illusory Truth Effect Across Individual Differences in Cognitive Ability, Need for Cognitive Closure, and Cognitive Style, *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 46, n. 2, p. 204–215, 2020.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. *Media Manipulation and Disinformation Online*, p. 106, 2017.

METZGER, Miriam J.; HARTSELL, Ethan H.; FLANAGIN, Andrew J. Cognitive dissonance or credibility? A comparison of two theoretical explanations for selective exposure to partisan news, *Communication Research*, v. 47, n. 1, p. 3–28, 2020.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NYHAN, Brendan. Fake News and Bots May Be Worrisome, but Their Political Power Is Overblown, *The New York Times*, 2018.

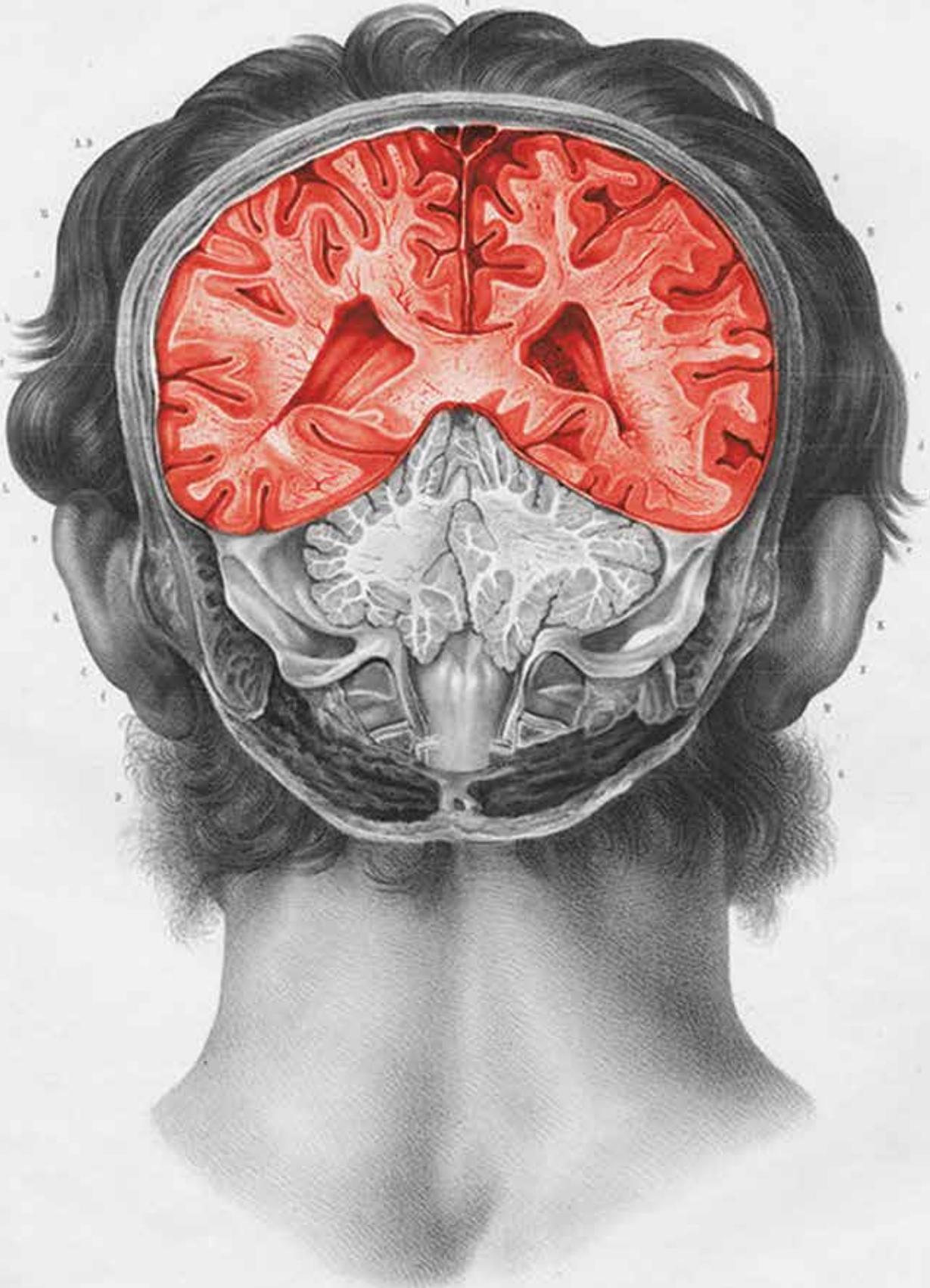
PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It, [s.l.]: RAND Corporation, 2016.

SCHOPENHAUER, Arthur et al. *A arte de ter razão: exposta em 38 estratégias*, [s.l.]: Martin Fontes, 2001.

SUMPTER, David. *Outnumbered: from Facebook and Google to fake news and filter-bubbles—the algorithms that control our lives*, [s.l.]: Bloomsbury Publishing, 2018.

UNITED STATES SENATE. *Russian Active Measures Campaigns and Interference in the 2016 U.S. Election - Vol. 1: Russian Efforts Against Election Infrastructure with Additional Views*, [s.l.]: s.n., s.d.].

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, [s.l.]: The Council of Europe, 2017.



DECODIFICANDO BANNON

MANUAL DA COMUNICAÇÃO FASCISTA

Peter Johann Coutinho

Físico

Muitos analistas democráticos brasileiros discutem a ameaça fascista no governo Bolsonaro, assim como fizeram no governo Trump. Em muitos casos, há surpresa, apreensão (às vezes exagerada), menosprezo (quando não devia ocorrer), esnobismo (especialmente diante da postura anti-intelectual, como na pandemia de Covid-19) e outras atitudes que mais ajudam do que atrapalham os jogadores do fascismo. Para eles, a distração alheia é vista como uma dádiva. Como ilustração, durante a pandemia de Covid-19, Brasil e Estados Unidos foram lançados em verdadeiras tragédias sociais incentivados pelo alto grau de caos utilizado pelos setores extremos de sua base.

No governo Trump, o que ocorreu no Capitólio em 6 de janeiro de 2021 também foi tratado como “um golpe iminente”, mas se mostrou como um grande fracasso: quatro trumpistas desarmados morreram, embora tenham causado a morte de um policial. Dias depois, o FBI observou que as redes sociais prometiam ações armadas em todos os 50 estados dos EUA. Mas nenhum estado foi alvo de ações armadas. Novamente, essas eram as mesmas atitudes de surpresa diante do “imprevisível” no surgimento do fascismo clássico, nas implementações de Mussolini e Hitler.

O drama se vê em alguns exemplos. Na América, cerca de 150 artigos entre 1925 e 1932 sobre Mussolini foram, na maioria, neutros, confusos ou de tom positivo: para o *The New York Times*, o fascismo, como um “novo experimento”, tiraria a Itália da turbulência e a levaria para a “normalidade”; em 1928, o *Daily Mail* chamou Mussolini de “Napoleão dos tempos modernos”.

No fim dos anos 20, a *Newsweek* disse que Hitler era uma figura “sem sentido”, de “dialeto selvagem” e parecia Charlie Chaplin. A *Cosmopolitan* afirmava que ele era “tão volúvel quanto inseguro”. Em 1930, o *NY Times* disse que a exposição ao público alemão deixaria visível sua própria futilidade. Seria apenas para “levantar a moral de seu público radical”.

Quando chegou ao cargo, em janeiro de 1933, o *The Washington Post* disse que Hitler teria de se tornar mais moderado ou “cairia por ele próprio”. O *NY Times* seguia na mesma linha, afirmando que Hitler seria “forçado” a operar dentro de um governo, pois os políticos “sóbrios” iriam “submergir” o movimento nazista. Após sua nomeação, o *NY Times* disse que a exposição “ao público alemão sua própria futilidade”, sendo obrigado a se tornar moderado. Em síntese, não conseguiam prever o risco e avaliar esses líderes de forma realista.

Hoje em dia, apenas culpar o caos informacional não adianta, embora seja um ponto indispensável na avaliação. Nos tempos de Goebbels não havia internet e a desinformação chegou a patamares difíceis de serem superados até mesmo nos dias atuais.

O fascismo original dos tempos de Mussolini até pode ser utilizado como explicação para os eventos atuais que ameaçaram a democracia dos Estados Unidos, mas é insuficiente. Como disse Umberto Eco em seus 14 critérios para o que definiu como “fascismo eterno”,¹ o fascismo é um jogo que pode ser jogado de várias formas. As brechas encontradas nas redes sociais permitiram novas formas macabras.

Em tempos de milícias paramilitares substituídas por perfis falsos, o culto ao heroísmo do fascismo clássico nem pode ocorrer, pois perfis falsos não ganham medalha. Na readaptação que podemos definir como bannonismo,

presente no Brasil e nos Estados Unidos, o jogo permanece enganoso aos observadores externos, mas as regras não podem mudar. Consequentemente, podem ser decifradas.

A DINÂMICA DO FASCISMO

Três metodologias – além do suporte do material de autores sobre o fascismo, como Umberto Eco, Robert Paxton, Michael Mann e outros – ajudam a compreender melhor essas regras e como elas se readaptaram após o que podemos chamar de “fascismo AG/DG”, ou seja, antes ou depois do evento online Gamergate, de agosto de 2014. Desde então, o movimento alt-right (direita alternativa), criado em 2010 por Richard Spencer, incorporou a estratégia do Gamergate e, mais do que isso, se tornou parte da estratégia de Steve Bannon na campanha de Trump e durante todo seu governo. Em um de seus pontos centrais, a estratégia se baseia em alto volume de perfis falsos praticando assédio online de forma organizada. No Brasil, ocorreu algo similar.

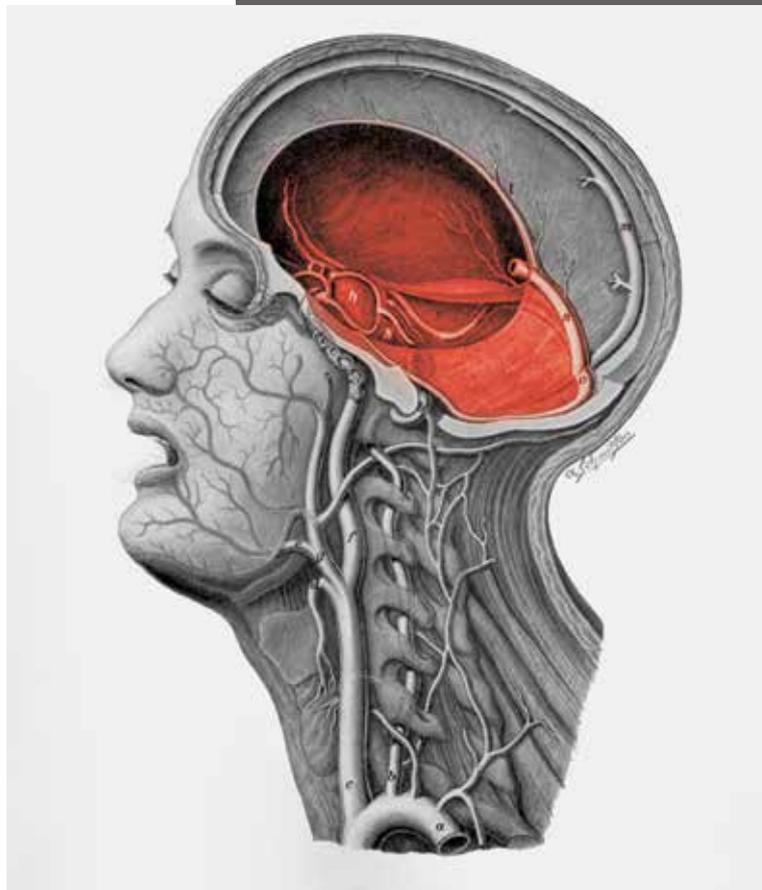
A dinâmica social, desenhada pelo psicólogo social Kurt Lewin nos anos 30 e 40, vinha para trazer mais previsibilidade aos comportamentos de grupo. Junto, Lewin criou as dinâmicas de grupo,² colocando o comportamento humano em ambientes testáveis e de forma realista.³ Grupos de crianças passaram meses em teste sob diferentes tipos de líderes. O líder democrático deixava os meninos participarem das decisões, havia um ambiente de colaboração. Com isso, a motivação era mais duradoura, eles se sentiam parte dos resultados e era preciso de pouca monitoração. Já com o líder autocrático, não havia participação das crianças nas decisões. A motivação era alta no início, mas se perdia com o tempo. Quando o líder não estava por perto, chegavam a conspirar contra ele. Logo, era preciso de mais rigidez nas punições e uma monitoração mais constante. Observa-se que existia uma empolgação inicial nos sistemas mais autoritários, mas como ela se perdia, haveria como consequência uma maior repressão. Melhor dica do que essa para confirmar o que traria o fascismo não há.

Em sua fórmula da teoria de campo, ou $C=f(P,A)$, que opera em função de sua personalidade e do ambiente que possui em torno de si,⁴ um líder de orientação autocrática ou democrática tende a atrair determinados perfis de liderados e busca um ambiente onde sua pulsão possa ser exercida. O que os diferencia, na prática? Pela teoria do seletorado, com base na teoria dos jogos, é basicamente pelo comportamento da coalizão.

Em 2003, os autores da teoria do seletorado, Bruce Bueno de Mesquita, Alastair Smith, Randolph M. Siverson, James D. Morrow, se basearam na teoria dos jogos, mas agora adaptada para a política entre autocráticos e democráticos. É focada especificamente no autointeresse não apenas do líder, mas também da coalizão.⁵ Se uma democracia é fundamentada em uma coalizão ampla em torno do líder, uma autocracia é baseada em uma coalizão reduzida.

Como nas autocracias, a negociação é baseada em bens privados – usufruídos apenas pelo líder e seus aliados –, a produtividade não é tão relevante. Aumenta-se a repressão e censura. Nas democracias, a popularidade real do líder conta muito mais na negociação, pois não é possível usar bens privados (pelo alto número de membros) e bens públicos já estão disponíveis para a população. Por isso, é preciso ampliar a produtividade. Isso depende de garantir mais liberdade, autonomia e independência para os cidadãos.

Quer em democracias, quer em autocracias, todos os processos de queda do governante podem ser estudados por esse equilíbrio de forças. O ponto central de observação está nas movimentações da coalizão. Autocráticos tendem a buscar mais riscos pela ruptura. Democráticos querem evitar esses riscos, buscando maior estabilidade. Esses métodos bastam para monitorar democráticos e autocráticos lineares, mas não englobam o fascismo, que nada mais é que o primeiro sistema político feito para organizações caóticas.



Uma das dicas para entender que o fascismo era basicamente um método de autocracia para organizações caóticas veio de Eco, ao usar o termo “desconjuntamento ordenado”, ou uma “confusão estruturada”. Por isso, observar os cinco estágios do fascismo, de Paxton, e a teoria do caos nos ajuda.

Nos cinco estágios propostos por Paxton para estratégia fascista temos: E1, criação dos movimentos – o surgimento a partir de movimentos focados em submissão ao líder e à violência; E2, enraizamento no sistema político – aliança com setores da elite e democráticos de direita, que tendem a ser descartados depois; E3, tomada de poder – ocupação do espaço suficiente para executar o poder definido pelos fascistas; E4, exercício de poder – aplicação efetiva do poder pelo grupo; e E5, radicalização ou entropia – isso pode incluir um longo tempo de contínuas radicalizações, ou o colapso do próprio sistema.

GERALMENTE A LIDERANÇA POSSUI PERSONALIDADE NARCISISTA DESTRUTIVA, E SEUS LIDERADOS MAIS PRÓXIMOS SE DIVIDEM ENTRE PESSOAS COM GRAUS DE SADISMO, PSICOPATIA E OUTROS TRANSTORNOS SIMILARES

Por que é assim? Isso porque o fascismo prevê, em E2 (enraizamento no poder), uma aliança entre fascistas e membros da elite e do conservadorismo moderado após ter passado pela criação de movimentos paramilitares. A coalizão moderada costuma se surpreender com os extremistas. Entretanto, a redução da coalizão chega a tal ponto que o sistema pode alcançar o estágio E5 (radicalização ou entropia). Na Itália, Mussolini ainda pôde ser interrompido pelo Conselho Fascista e depois demitido e preso pelo Rei Emanuel III. Portanto, transitou pelo estágio E5, voltou ao estágio E4, sendo retirado do poder. Com Hitler, não havia ninguém que pudesse pará-lo, ficando o país por vários anos no estágio E5, sendo interrompido apenas a partir de fora. Isso significa que o caos progressivo só podia ser interrompido pela entropia.

A teoria do caos foi descoberta por Edward Lorenz em 1963 ao estudar fenômenos meteorológicos.⁶ Ao visualizar uma cadeia de eventos aparentemente caóticos, Lorenz mostrou que há um padrão no caos, ou seja, em eventos aparentemente aleatórios, como se fosse uma “desordem organizada”. Em cadeias de eventos muito complexas, há grande quantidade de iterações. A busca é pelos “atratores” que levam a eventos aparentemente caóticos. Na

ciência, receberam o nome de “atrator de Lorenz”. O que se busca na teoria do caos é o entendimento da dependência sensível das condições iniciais.

Qualquer organização humana é um sistema, podendo ser linear ou caótico. Elas são feitas quase sempre para operar de maneira linear e, às vezes, são atingidas pelo caos. Assim, precisam reagir a esses eventos quando ocorrem. Por outro lado, uma organização caótica irá atrair os eventos caóticos.

Segundo Thiétard e Forgues, são seis os aspectos de uma organização caótica:⁷ (1) Acoplamento de forças contrárias, (2) Caminhada da estabilidade ao caos sob processo discreto de mudança, (3) Pequenas mudanças que não podem ser previstas a longo prazo, (4) Novas estabilidades emergem (os atratores estranhos, assimilados às organizações anteriores), (5) Padrões semelhantes devem ser encontrados em diferentes escalas, (6) Durante uma única vida organizacional ou entre duas organizações diferentes, ações semelhantes nunca devem levar ao mesmo resultado.

Na primeira característica, acoplamento de forças contrárias, está o segredo. Uma organização em que não há questionamento sequer no círculo interno já mostra acoplamento de duas forças contrárias (o líder e seu círculo

interno) em relação ao entendimento das regras do jogo. A partir daí, o nível de relação com as demais forças tende a seguir o padrão de submissão, vinda a partir de cima. Quanto maior for esse acoplamento de forças contrárias, mais caótica será a organização.

Analistas tradicionais se confundem ao buscar ordem onde há apenas caos planejado. Mas ao descobrirmos isso notamos que estamos diante de algo tão (ou até mais) previsível que uma organização linear, bastando prestar atenção nos padrões, nos vícios, nas manias, nos recursos etc. Isso vale tanto para os jogos fascistas clássicos como seu uso a partir das estratégias desenvolvidas por Steve Bannon depois de 2014.

AS REGRAS DO JOGO

Ao assumirmos que tratamos de uma organização caótica, que normalmente se junta a organizações lineares, devemos considerar uma série de fatores para análise. Em primeiro, os Grupos: na perspectiva de uma organização caótica, quais são esses grupos? Podemos tratá-los como cinco: G1 (coalizão interna), G2 (coalizão útil), G3 (coalizão dispensável), G4 (dissidentes) e G5 (oposição declarada). Já que a dinâmica social é um norte, temos o fator Ambiente, que, na atualidade, são três: AV (ambiente virtual), AS (ambiente social) e AP (ambiente político).

Não se deve esquecer o fator Personalidade, considerando o líder e seus principais auxiliares: geralmente a liderança possui personalidade narcisista destrutiva, e seus liderados mais próximos se dividem entre pessoas com graus de sadismo, psicopatia e outros transtornos similares, ou pessoas normais cujo ressentimento é instrumentalizado ideologicamente.

O quarto fator mostra o “momentum” da estratégia. É o Estágio, em número de cinco, como já vimos. Por último, é preciso ver o quão longe a estratégia pode ser capaz de chegar. No quinto fator, temos a Capacidade, conforme as regras para o jogo: são 18 regras, sendo que seis, em específico, permitem a evolução em termos de capacidade em relação ao contingente.

Especificamente em relação a essas 18 regras, uma abordagem mais detalhada é necessária. Se observamos o Ambiente (virtual ou social) de origem da estratégia, os Grupos (e como eles estão avançando mais ou menos

sobre eles), a Personalidade (do líder e de seus liderados), o Estágio (que mostra até onde a estratégia avançou), podemos visualizar as regras a seguir.

A regra mais fundamental, 1 “normalização de abusos”, diz o grau em que um líder pratica abusos diante do mundo exterior e também dentro de seu grupo, além de como isso é normalizado. É o fundamento de tudo. O recrutamento é tratado na regra 2 “exploração da frustração”, e seu reforço, na regra 3 “elitismo de massa”. Duas regras em específico, 4 “doutrina de cativo” e 5 “submissão à autoridade”, servem para justificar o aceite desse esquema de submissão pleno. As três regras seguintes, 6 “manipulação multinível”, 7 “proselitismo enganoso” e 8 “controle da pureza”, servem para controlar a manutenção interna do grupo, além de reforçar o senso de pertencimento.

Como o controle da pureza é brutal, tudo se reforça com a exploração emocional, nas regras 9 “chantagem emocional” e 10 “gaslighting”. A regra 11 “sistemas de significação” vai mais do que apenas dar a doutrina para justificar a submissão, mas sistemas baseados em itens como teorias da conspiração, retórica apocalíptica e outros recursos para manter a (falsa) coerência dentro de um ambiente de contínuo isolamento. Todas essas regras são visíveis, mas não tão simples de mensurar em relação ao contingente, seu nível de organização etc.

Mas seis regras em específico são facilmente mensuráveis quanto ao aumento ou diminuição de contingente de correligionários e a intensidade com que se manifestam. Então são tratadas como capacidades. C1 (irracionalidade sistemática) se compõe das regras 12 “anti-intelectualismo” e 13 “realidade paralela”. Já C2 (desconexão da moralidade), regras 14 “identificação pelo inimigo” e 15 “disposição eliminacionista”, depende do avanço de C1. Em C3 (comportamento antisocial), temos as regras 16 “glorificação da violência” e 17 “ruptura social”. Espera-se que quase 100% estejam aderentes a C1, 85% a 95% a C2 e, no máximo, 30% aderentes a C3.

Assim, medir o avanço de contingente em C1, C2 e C3 (o que pode ser visto, por exemplo, em monitoração de redes) é algo factível, tornando-os previsíveis, mas sem esquecer as demais regras. E temos ainda a última e fundamental regra: 18 “abuso da dissonância cognitiva”, que define o grau em que a liderança consegue explorar a dissonância cognitiva (em todos os níveis de cognição, não apenas quanto a realidade, mas emoção, identidade etc.).

A junção de C1, C2 e C3, além da observação especial nas regras 1 “normalização de abusos” e 18 “abuso da dissonância cognitiva”, permite o centro do cálculo. Isso porque são observáveis mais facilmente. Algumas regras ficam restritas aos membros internos, mas outras podem ser vistas a partir de agora, como a regra 11 “sistemas de significação”.

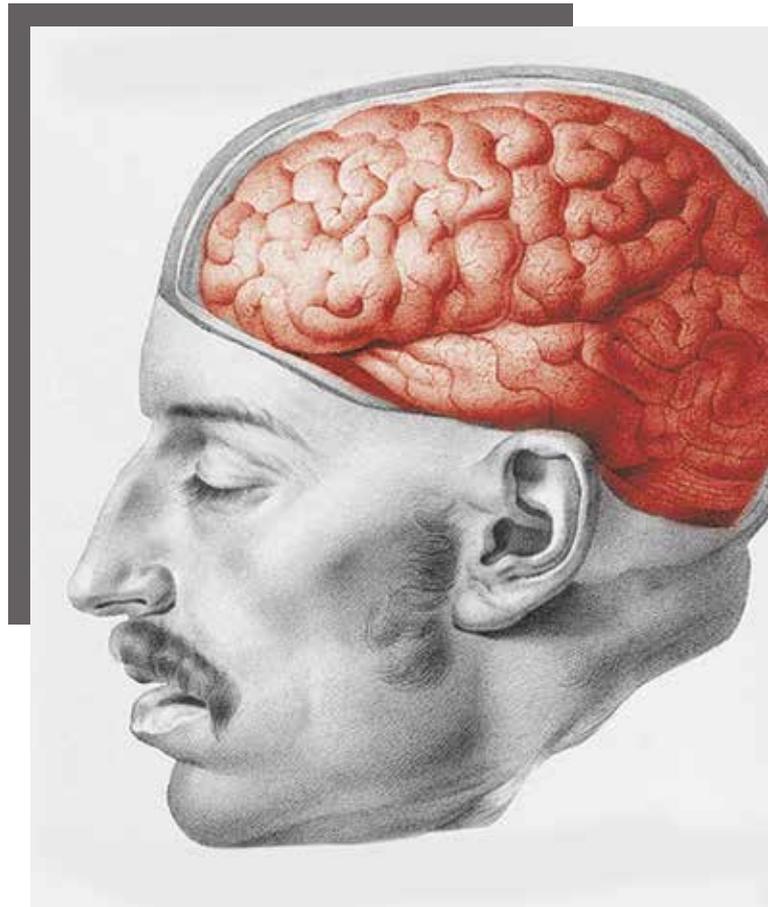
Seja no modelo clássico, de Mussolini e Hitler, ou na versão profascista, vista no bannonismo, o jogo é o mesmo, mas há vias diferentes. No fascismo clássico, priorizava-se o AS – Ambiente Social (onde as forças paramilitares atuavam e faziam uso de movimento de massas). No bannonismo, a prioridade é pelo AV – Ambiente Virtual (onde milícias virtuais ditam o tom das ações). Isso já é uma grande modificação em termos de aceite de risco, pois, como a chance deles se traduzirem em dano físico é menor, perfis falsos tendem a assumir mais riscos.

No fascismo clássico, Mussolini e Hitler passaram por todos os estágios. Por mais tempo, ficaram em E4 e E5. No E4 (exercício de poder), havia o disciplinamento contínuo às regras do jogo fascista, às quais as elites e os conservadores se adaptavam. Em E5 (radicalização ou entropia), o sistema se mantém em contínuas radicalizações ou então entra em entropia, ou seja, perde seu “ponto de parada”.

Quanto às 18 regras, nota-se que a regra 1 “normalização de abusos”, foi aplicada muito mais fortemente por Hitler do que por Mussolini. Por isso, Hitler converteu a Alemanha em uma autocracia em um mês, enquanto Mussolini demorou três anos para fazê-lo. Em termos de C1 “irracionalidade sistematizada”, Hitler também alcançou um estágio superior, pois, mesmo censurando a mídia (como fez Mussolini), não aniquilou a cultura vigente. Quanto à

C2 “desconexão da moralidade”, ambos alcançaram altos estágios diante de seus correligionários, mas Hitler precisou ir muito mais longe para bloquear a empatia até perante o Holocausto. Em termos de C3 “comportamento antissocial”, a SS estava muito mais disposta ao barbarismo em larga escala do que na Itália. Quanto à regra 18 “abuso da dissonância cognitiva”, a submissão a todo tipo de contradição foi mais ampla. Caso contrário, seria inaceitável, para a população comum, permitir a normalização do Holocausto.

Observe que no estágio E1 (criação de movimentos), Mussolini não perderia para Hitler em termos de C3 “comportamento antissocial”. Quando chegaram ao poder, isso mudou: Hitler o superou em várias voltas nessa capacidade. Isso tem a ver também com o grau em que ocorreu o estágio E3 (tomada de poder). Mussolini poderia ser interrompido pelo Conselho Fascista e pelo rei, como foi. Então, mesmo transitando às vezes pelo estágio E5 (radicalização ou entropia), foi trazido de volta para o estágio E4 (exercício do poder), de onde foi retirado pelo sistema.



Já Hitler chegou ao estágio E5 (radicalização ou entropia) e não saiu mais de lá até ocorrer a entropia.

Isso se definiu no estágio E3 (tomada de poder). Lembre-se que a primeira regra das organizações caóticas é o acoplamento de forças contrárias. Se até dentro do grupo G1 (coalizão interna), não há permissão para questionamento, troca de informações e controle de poder, o acoplamento de forças contrárias será maior. Logo, Hitler criou a organização caótica perfeita. Mas, com Mussolini, dentro do grupo G1 (coalizão interna), ele não podia ser interrompido em suas intenções de conclamar guerras, por exemplo, mas podia ser aconselhado; além de que, em situações extremas, o próprio conselho, junto com o rei, tinha poder para destituí-lo. Dessa forma, o acoplamento de forças contrárias era alto, mas não o suficiente para torná-lo incontrolável e imprevisível dentro do sistema.

O fascismo, enfim, é basicamente um jogo baseado na plena submissão, em estrutura piramidal, que depende de uma metodologia para implementar padrões para uma organização caótica buscar o poder de forma autocrática, principalmente quando se alinha a organizações lineares. Agora podemos ver como o jogo feito pelo bannonismo é o mesmo, mas em diferentes níveis.

A ESTRATÉGIA BANNONISTA

Há uma linha do tempo que explica a estratégia usada por Steve Bannon, que influenciou a extrema direita em democracias como a dos Estados Unidos, Itália e Brasil e pode ser observada a partir de uma evolução das oportunidades dadas pelas redes sociais (e suas vulnerabilidades).

Ambos se aproveitam, conforme os estágios de Paxton, de E1 (criação de movimentos). Porém, agora o ambiente era outro: AV – Ambiente Virtual. Nos Estados Unidos, a alt-right acontecia desde 2010, mas sua atuação não saía dos submundos das redes. Mas em agosto de 2014, surgiu o evento Gamergate, em que cerca de seis mil perfis falsos realizaram uma série de ataques a membros da mídia progressista ligada a videogames e desenvolvedoras feministas. Esses ataques incluíram assédio, ameaças de estupro e morte,⁸ doxxing (vazamento de informações privadas), ataques a apoiadores e até ameaças de atentado a bomba (contra Anita Sarkeesian, em outubro de 2014, que cancelou sua palestra em Utah por esse motivo).⁹

Depois do Gamergate, Steve Bannon se aliou ao polemista Milo Yiannopoulos para integrar as milícias virtuais a todos os grupos extremistas da alt-right. O surgimento desses grupos foi espontâneo. Aqueles que entram no grupo extremo vão aos poucos se aprofundando na câmara de eco, mas também agindo diante do mundo exterior com uso de enganos e armadilhas, o que aumenta o senso de “pertencimento”.

Desde o início, James Lawrence, editor-colaborador de um dos blogs mais populares da alt-right, diz que o movimento deveria “aproveitar ao máximo o formidável poder da internet para aterrorizar a esquerda e a falsa direita”. Definem como “trolling transgressivo”, com forte efeito de “choque e pavor” para desequilibrar oponentes. Collin Liddel menciona a “simplicidade, repetitividade, espirais de pureza, puerilidade, anonimato” e “viralidade (valor de choque) do trolling” como uma “droga de passagem” para as ideias mais sérias do alt-right.¹⁰

Em Charlottesville, o uso de suásticas, palavras de ordem antissemitas, emblemas como a runa pré-romana Othala (símbolo favorito do NSDAP por um período) e o Sol Negro (Sonnenrad, escolhido pelo líder nazista e comandante da tropa paramilitar SS Heinrich Himmler) são escolhas nada acidentais. São feitos para gerar a ambiguidade necessária. O principal estrategista dessas táticas é Andrew Anglin,¹¹ com base em seu site The Daily Stormer, inspirado em seu nome no jornal de propaganda nazista Der Stürmer, fundado por Julius Streicher em 1923, que postulava a exterminação dos judeus. Anglin era especialista em “troll storming” e fugiu do país após receber condenações judiciais na casa dos US\$ 14 milhões.

Mesmo que os grupos surjam espontaneamente, poderiam ser incentivados e direcionados a partir do uso de táticas de apoio ambíguo. A associação direta de líderes democráticos com membros de perfil racista e antissemita, por exemplo, seria inaceitável. Estrategicamente, o ecossistema funciona de forma descentralizada e não hierárquica. A passagem pelo estágio E2 (enraizamento no poder), é vista basicamente no nível de apoio a um líder forte, que retribui radicalizando seu discurso e tornando-se mais abusivo que o normal para uma democracia, conforme a regra 1 “normalização de abusos”.

Em uma democracia, esses grupos não podem estar em uma hierarquia formal, ao contrário das “troll farms” de Orban (Hungria), Erdogan (Turquia), Maduro (Venezuela) e Rússia (Putin). Ali a trolagem maligna é integralmente financiada pelo Estado. Não é preciso de motivação excessiva pela fé, mas garantir o recebimento de verba estatal. No fascismo, o elemento de fé é fundamental, gerando mais impulso por ação espontânea violenta, mas bem menos controle. Como exemplo, víamos ameaças ao vice Mike Pence por alt-righters na invasão do capitólio, algo impensável em “troll farms” hierarquizadas (e geralmente submissas ao exército).

“GRUPOS DE PERTENCIMENTO”

No bannonismo, é claro que alguns líderes estão interessados em monetização. Mas isso é para poucos líderes. A grande maioria atua espontaneamente, passando a integrar “grupos de pertencimento”. Se não for assim, a estrutura seria logo descoberta e a atuação espontânea se diluiria. Essa inovação traz um problema: grupos de ação antissocial surgidos nas redes (sob perfis falsos) pertencem a um universo diferente daqueles surgidos para praticar a violência física nos centros urbanos e rurais, como os Camisas Negras. Logo, são “universos” que não necessariamente se conectam.

Entretanto, isso cria um cenário em que haverá disputa no mercado da “economia de atenção”. A consequência muitas vezes não é vista de forma tão direta como nos modelos clássicos do fascismo. Mas o caos informacional produzido por esses grupos chegou a motivar um líder como Donald Trump a tratar a pandemia pelo discurso do anti-intelectualismo, ampliando o número de mortes além do aceitável. Atualmente, mais de 80% dos atentados terroristas dos EUA são praticados pela extrema direita pela via do padrão dos “lobos solitários”. O modelo bannonista se aproveita das brechas da democracia, podendo até causar danos a ela, mas pelo fato de que as milícias virtuais não empregam a barbárie das forças paramilitares clássicas,

muitas ameaças feitas não se convertem em danos reais. Mas causam instabilidade e danos indiretos.

Esse novo modelo de profascismo, aliado a grupos neoliberais, age prioritariamente nas redes sociais. Seu caos informacional gera vítimas, como no caso da pandemia, e é até capaz de envolver uma nação em realidade paralela, mas possui suas limitações. Por exemplo, há uma vulnerabilidade que não pode ser superada, chegando a amplificar um dos problemas do fascismo original. O próprio ambiente virtual, menos violento, mas incentivado pelo anonimato, amplia o uso do sadismo, como se viu em testes feitos pelo psicólogo social e um grupo de estudo composto por Erin E. Buckels, Paul D. Trapnell e Delroy L. Paulhus, em que afirmam “pode-se dizer que trolls online são sádicos cotidianos prototípicos.”¹² Para Paulhus, se o anonimato fosse eliminado, esse tipo de trolagem talvez caísse “90 por cento”. Esse é o tipo de perfil que compõe o padrão da trolagem online.

Com maior nível de riscos aceitos junto com a percepção de menor consequência (pelo uso de perfis falsos), o grau de riscos aceitos traz ainda mais rapidamente a impossibilidade de se reconhecer o “ponto de parada” mesmo em uma democracia. Isso talvez explique que a estratégia de Bannon, adotada por Trump, tenha causado prejuízos a sua candidatura a ponto de não ser reeleito, algo inesperado na história dos últimos presidentes dos Estados Unidos, à direita ou a esquerda.

No modelo de Paxton, isso seria o estágio E5 (radicalização ou entropia)? Possivelmente, mas em um âmbito menor, pois tratava-se de uma democracia. Notadamente, pode até ter ocorrido alguma passagem rápida pelos estágios E5 e E4, mas o líder permaneceu no estágio E3 (tomada do poder). Isso significaria que o discurso extremista chegou ao centro do poder (mas não os grupos), mas não o suficiente para disciplinar o sistema (que seria o estágio E4). E, pela via eleições, Trump perdeu e ainda deu vexame no final. Eram os riscos de se jogar o jogo.

O CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o modelo bannonista também foi aplicado, mas agora com diferenciais significativos. Ao considerarmos os estágios de Paxton, grupos de seguidores de Olavo de Carvalho, os olavistas, viram alguns de seus adeptos chegarem até a ministérios, como Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Vélez Rodriguez (Educação). Do mesmo modo que se via nos Estados Unidos, havia um ecossistema com: (1) perfis falsos organizados, (2) linchamentos virtuais, (3) mídia amadora, (4) manipulação artificial do debate. Porém, um quinto item fez a diferença: (5) comportamento sectário.

Lembre-se que a relação desses grupos se referencia por 5 deles. Para o olavismo, além do grupo G1 (coalizão interna), é possível visualizar os demais. Em G2 (coalizão útil), existem os olavistas úteis, mas não ao ponto de merecerem maior confiança; e os neoliberais, que dão aval ao discurso extremo. Em G3 (coalizão dispensável), estão os demais membros da coalizão, que podem ser expurgados conforme a conveniência. Em G4 (dissidentes), podemos visualizar um grupo como o MBL, que mesmo votando

no líder (ou apoiando pautas do líder, como reforma da Previdência), passou a discordar dele publicamente. Já em G5 (oposição declarada), se encontra a esquerda em geral, a mídia, as instituições etc. Caso o líder considere o grupo mais extremo como sua linha de orientação, terá a mesma percepção sobre os demais grupos.

Diante desses novos jogos, o Brasil se surpreendeu ao ver, desde janeiro de 2019, a maioria dos linchamentos públicos ocorrer dentro da coalizão no poder e não contra adversários declarados, como nos casos do vice, general Hamilton Mourão; o ministro Gustavo Bebianno, Ricardo Vélez Rodrigues e o general Santos Cruz, foram linchados entre outros. Depois dos linchamentos, Bebianno e Santos Cruz foram demitidos. Na alt-right isso também ocorre, mas em nível menor.

Na alt-right, há um ecossistema de diferentes grupos e doutrinas que devem convergir em diversos pontos básicos, mas não todos. No olavismo, não existe essa variação, tornando-se mais fácil uma unificação em torno de ideias, mesmo que os grupos estejam descentralizados. Conforme a teoria do seletorado, o que se via, especialmente nos primeiros seis meses de governo, era a substituição

**O BRASIL SE SURPREENDEU
AO VER, DESDE JANEIRO
DE 2019, A MAIORIA DOS
LINCHAMENTOS PÚBLICOS
OCORRER DENTRO DA
COALIZÃO NO PODER E NÃO
CONTRA ADVERSÁRIOS
DECLARADOS**

de membros moderados da coalizão por extremistas. Em novembro de 2019, o olavista Ricardo Alvim foi nomeado como secretário da Cultura. Era nítida a ampliação da taxa de extremismo na coalizão. Isso ainda não significava redução de base, mas ampliação de perfis dispostos a essa ruptura e diminuição dos perfis democráticos.

Não se sabe se há alguma conexão hierárquica entre Olavo de Carvalho e esses grupos, mas há claramente grupos olavistas dominando o debate extremo. Como fator adicional, Olavo e outros influenciadores extremos permanecem fora do Brasil, isentos de riscos. Se há grupos no Brasil, alguns deles usando milícias com perfis falsos, temos uma ampliação de riscos a serem aceitos sem expectativa de consequência. Não é surpresa que o nível de abuso tende a ser muito maior.

Isso se viu no comportamento até de ministros olavistas. Em 16 de janeiro de 2020, Roberto Alvim publicou um vídeo cujo discurso era um decalque de um feito pelo ministro da propaganda do nazismo, Joseph Goebbels. Não havia só discurso. Na estética, o vídeo adotava semelhanças com o nazismo, incluindo sua vestimenta. Considerada por Hitler como decisiva em sua vida, a ópera “Logengrin”, de Richard Wagner, tocava ao fundo. Da madrugada até o amanhecer do dia 17, o repúdio foi generalizado. Alvim disse que não havia “nada de errado com a frase”, mas a pressão veio de todos, e ele foi demitido no mesmo dia.

Meses depois, ocorreu a queda do mais estratégico ministro olavista no governo até então, Abraham Weintraub, do Ministério da Educação. Quando foi divulgado o conteúdo de uma reunião ministerial em 22 de abril de 2020, havia ali uma solicitação acima de qualquer justificativa. Alegando que “a gente tá perdendo a luta pela liberdade”, sugeriu: “por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”. Dias depois, a Polícia Federal ouviu o ministro em seu escritório e o resultado foi o esperado: ele ficou em silêncio. Depois de sua queda, acabou adquirindo um cargo no Banco Mundial.

No olavismo, posições estratégicas conquistadas na cultura e educação foram perdidas por dificuldade em se calcular os limites de “parada”. Isso não significa que novos extremistas não possam ser adicionados, mas há mais riscos para a própria liderança em relação ao seu

nível de controle. Em consequência, a ausência de hierarquia entre os grupos é útil quando existem avanços, por exemplo, como as ameaças ao STF, que geram danos aos membros, mas não à liderança. Mas essa utilidade (que facilita a dispensa de indesejáveis) vem junto com menor nível de controle.

Nunca se deve esquecer que a ausência de uma hierarquia formal dilui os riscos. Muito provavelmente não há um “gabinete do ódio” formal, sendo mais provável a existência de um núcleo de seleção/apoio/divulgação de grupos descentralizados, especialmente para evitar riscos. É claro que ações organizadas podem ocorrer, mas, em democracias, isso sempre amplia riscos. Caso alguns membros “saíam do tom”, podem ser descartados mais facilmente quando não estão em uma hierarquia formal.

No caso de Alvim e Weintraub tudo soava como “trollagem”. Os mais extremos nesse jogo de “trollagem” são aqueles definidos como “edgelords”, termo cunhado por Sarah Nyberg nas salas de IRC no início de 2000.¹³ O objetivo era tentar superar uns aos outros com discurso chocante. Se “saírem do tom”, podem ser descartados, como também se viu recentemente com o deputado Daniel Silveira, que lançou uma ameaça ao STF, sendo preso e ainda pediu desculpas diante do Congresso diante da requisição por ser mais específico.

Assim como todo grupo extremista, há estratégias de isolamento, participação espontânea e facilidade de descartar aqueles que tenham se tornado um empecilho. Enquanto isso, líderes podem testar limites de seu discurso abusivo. Porém, como a ação online gera menos risco de vida (embora riscos pessoais, em outros aspectos) do que as antigas ações paramilitares, pode ser ainda mais difícil saber o limite aceitável para o avanço.

Olhando para as 18 regras do jogo, a número 1 “normalização de abusos” é levada a graus absurdos, como requisição pela deposição do STF, xingamentos a repórteres, comportamento vulgar especialmente diante de mulheres etc. Na regra 2 “exploração de frustração”, é notório como

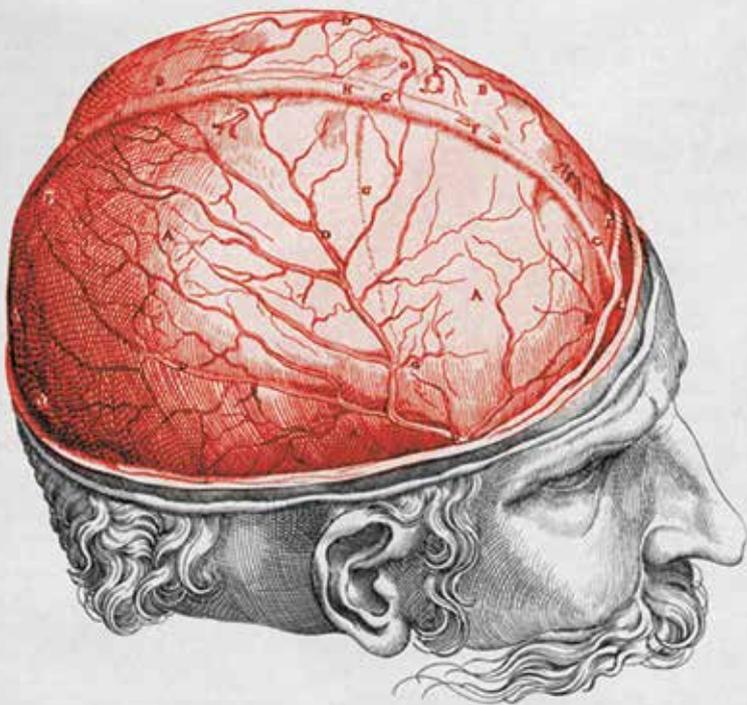
exploram de forma distorcida a frustração e o medo das pessoas contra minorias que conseguiram emancipações, por exemplo. Pela regra 3 “elitismo de massa”, é fácil vê-los apregoar serem parte de uma “alta cultura”, enquanto promovem conhecimento vulgar.

Na regra 4 “doutrina de cativo”, nota-se como rejeitam padrões iluministas, priorizam hierarquias no padrão medieval. Com a regra 5 “submissão à autoridade”, vemos como o culto à personalidade chegou a estágios muitas vezes até ridículos. Mas é com a regra 6 “controle da pureza” que se nota como os expurgos ocorreram dentro da base sob camadas de linchamento público, com métodos de submissão humilhante e culto à confissão. Ou seja, ministros como Bebianno e Santos Cruz não foram chamados a uma reunião a portas fechadas para serem demitidos. Foram humilhados publicamente e, somente depois, demitidos. Esse é o cenário clássico de sistemas de plena submissão.

Na regra 7 “manipulação multinível”, campanhas artificiais de hashtag são levantadas enquanto os jogadores fingem ser tudo espontâneo e, mesmo quando se descobre a manipulação, não a reconhecem como não. É porque não podem. Na regra 8 “proselitismo enganoso”, é normal ver grupos de extremistas se unirem para enganar membros que não estão preparados para os jogos. Em termos de exploração emocional, a regra 9 “chantagem emocional” se vê na contínua tentativa de explorar indevidamente a emoção de incautos, geralmente com regras de duplo padrão. Na regra 10 “gaslighting”, inicialmente buscam fazer os adeptos se sentirem incapazes (se estiverem fora do grupo), mas, aos poucos eles aplicam os mesmos grupos naqueles que estão fora. Conforme a regra 11 “sistemas de significação”, eles dão base para a manutenção da doutrina do grupo. Mas isso inclui teorias da conspiração diversas, entre elas a tese da conspiração de que há um “marxismo cultural”.

Especificamente na capacidade C1 (irracionalidade sistemática), o uso da regra 12 “anti-intelectualismo” saiu do controle. Inclusive a perda do ministro Weintraub foi um ponto de grande derrota para o olavismo. Eles perderam alguém capaz de avançar o anti-intelectualismo como poucos. Na regra 13 – “realidade paralela”, a confecção de pós-verdade aumenta dia a dia, seguindo os mesmos padrões do que se via nos Estados Unidos. Em plena pandemia a junção dessas duas regras impulsionou a tragédia.

Na capacidade C2 (desconexão da moralidade), notava-se a regra 14 “identificação pelo inimigo”, usada especialmente na fase em que governadores e prefeitos foram nomeados como alvo, e, mesmo sem justificativa alguma, adeptos aceitavam qualquer explicação conveniente para a manutenção do ódio e da fobia, amparados pelas teorias da conspiração. Na regra 15 “disposição eliminacionista”, vários recursos foram usados para desumanizar oponentes e até adotar postura e desprezo às vítimas da pandemia. Um recurso aqui é o endosso a violências passadas, como



elogiar ditadores do passado. É mais sutil do que elogiar ditadores atual, mas passa a mensagem aos extremistas.

Na capacidade C3 (comportamento antissocial), pela regra 16 “glorificação da violência”, se via o aumento de discurso requisitando, de forma explícita, a violência, inclusive contra o STF. Na regra 17 “ruptura social”, víamos até a ação de “edgelords” em ministérios. Mas em termos de evolução para atentados terroristas isso não chegou a níveis significativos.

De mais deprimente foi o avanço da regra 18 “abuso da dissonância cognitiva”, em que se usam recursos como comunicação ambígua, mensagens contraditórias, duplo vínculo e interrupção de padrões. Pode-se dizer que, em vez de planejamento contra a pandemia, se via o abuso da dissonância cognitiva. Como não havia plano nacional, a comunicação ambígua já era explorada. Afirmações eram lançadas de forma contraditória. Dado que não havia um plano e os jogos de dissonância eram feitos a todo momento, o duplo vínculo significava criar situações em que alguém poderia ser “culpado por ter feito o plano” como “culpado por não liberar as pessoas para o comércio”. Na interrupção de padrões, os abusos escalavam progressivamente. No Brasil, bem como nos Estados Unidos, isso fez com que lideranças tomassem a decisão pelo caos em plena pandemia.

Isso não é dizer que Jair Bolsonaro (bem como Donald Trump) seja fascista, mas sim que a ação de grupos extremistas nas redes incentivou o discurso cada vez mais anticivilizacional. Especialmente na questão da pandemia, como o comportamento antissocial foi muito maior (dado que até perfis fora do Brasil usavam discurso extremo), era natural que o caos informacional fosse impulsionado tanto quanto possível. Isso leva a uma situação em que o sistema, em si, provavelmente não tem mais como parar. Provavelmente, há muitas posições olavistas conquistadas. Sem a geração contínua de caos, não se sustentarão.

A história, então, se repete. Mas depois do bannonismo, não há mais o mesmo fascismo como nos formatos clássicos, mas grupos extremos nas redes jogando pelo profascismo e, ainda por cima, auxiliados por grupos neoliberais que os ajudam nisso. Não conseguem con-

verter sua produção de caos para o formato de milícias paramilitares, o que provavelmente já é tarde demais para fazer. Mas novamente o jogo é jogado da mesma forma, em novos contextos, agora com menos coragem (de novo: perfis falsos não ganham medalhas), mas não há nada de imprevisível nisso.

QUAL O FINAL DO JOGO?

Muitos questionam: como termina esse jogo? Infelizmente, as organizações caóticas são previsíveis, menos em um aspecto: seu término, pois o princípio diz que durante uma única vida organizacional ou entre duas organizações diferentes, ações semelhantes nunca devem levar ao mesmo resultado.

Aquilo que ocorreu com Trump é uma coisa, mas a forma de término do jogo no Brasil pode ser outra. Mais importante é saber prever se avançam ou não, e nisso são previsíveis. Há vulnerabilidades no novo jogo. O cálculo de riscos é ainda mais difícil para a liderança, pois a diluição de riscos em estruturas descentralizadas sob perfis falsos dificulta cálculos de “ponto de parada”. Isso explica a perda de duas posições estratégicas pela extrema direita (Alvim e Weintraub), além de outras figuras que tiveram que ser dispensadas. Para opositores é oportunidade de “ajudá-los” a encontrar a entropia mais rapidamente. Conhecer seus métodos e não se espantar com eles também já ajuda bastante.

Considerando os 5 grupos em torno desses jogadores, o de maior poder de reação é G5 (oposição declarada), que pode incluir centristas, esquerdistas, a mídia e representantes das instituições. O grupo G5 é o único que não tem compromisso qualquer, pois não votou no governo. Já os grupos G3 (coalizão dispensável) e G4 (dissidentes) possuem alguma forma de compromisso por terem pelo menos eleito o governo.

Isso se nota no fato de que foi do grupo G5 que vieram as principais reações, como aquelas da jornalista Patrícia Campos Mello, de Felipe Neto e o grupo Sleeping Giants. Já nos grupos G3 e G4 há bastante tolerância aos abusos, além da confiança exagerada na “economia de atenção”. Por exemplo, se há um ataque ao indivíduo ou a alguém

de seu grupo, mas há ampliação de atenção, isso não é visto como um problema. Essa confusão é útil para os grupos mais extremos. Por isso, a quebra da “economia de atenção” é essencial para o grupo G5, mas é o oposto para os grupos G3 e G4. Quais as consequências se isso for normalizado?

Grupos dissidentes, que seriam uma “alternativa à esquerda”, mas não alinhados, podem acabar se tornando mais extremistas e contraditórios, dificultando o posicionamento da oposição de fato ao governo. Assim, esses grupos podem buscar falsas equivalências para justificar abusos aceitos na “economia de atenção”, o que deve ser visto com cuidado pela oposição, que acabaria renunciando a alguns de seus valores. Logo, é preciso tomar cuidado com as supostas posições de “centro”.

Por que isso acontece? Porque na história do fascismo um grupo que exige tal nível de submissão não está em par de comparação com grupos que discutem publicamente seus critérios, ideias e aceitam autocrítica. A tendência é que o “centrismo” se torne contraditório e busque se adaptar ao grupo mais extremo. Para os grupos em G5 (oposição declarada), isso abre um leque de possibilidades para posicionamento político, mas isso requer ações em grupo, não de conciliação forçada de ideias, mas de convergência na oposição às tentativas de normalização de abusos

da extrema direita. Se for preciso quebrar a “economia de atenção” – com estratégias de bloqueio em massa –, que assim seja. Isso geraria uma consequência adversa à liderança: aumento da autofagia interna, especialmente pelo sectarismo.

É onde começariam a ser definidas as estratégias de reação organizada para levar a extrema direita ao processo de entropia (mesmo que seja em menor escala), semelhante ao que passou Trump, que perdeu apoio entre republicanos importantes e motivou uma unificação surpreendente dos setores progressistas, perdendo não apenas a reeleição, como causou danos à estratégia da extrema direita nos EUA. Isso talvez ocorra porque esse fascismo distribuído é um “modelo sob teste”, que dificulta ainda mais o cálculo do nível de ruptura aceitável. O ponto certo de entropia? Estamos por descobrir. Mas formas de combater o jogo já podem ser plenamente estudadas e combatidas. Conhecer como pensam e suas estratégias é o começo do planejamento de reações efetivas. Esse foi o objetivo de ter decifrado o bannonismo, aplicado nos EUA e no Brasil, nestas páginas. ●

peterjohanncouthinho09@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. Livro: Fascismo Eterno, de Umberto Eco.
2. Livro: The Conceptual Representation and measurement of Psychological forces, de Kurt Lewin.
3. Livro: A Dynamic Theory of Personality, de Kurt Lewin.
4. Livro: Field Theory in Social Science, de Kurt Lewin.
5. Livro: The Logic of Political Survival, de Bruce Bueno de Mesquita, Alistair Smith, Randolph Siverson e James B. Morrow.
6. Artigo: “Deterministic non-periodic flow”, de Edward Lorenz (1963). Journal of the Atmospheric Sciences. 20 (2): 130–141.
7. Artigo: “Chaos Theory and Organization”, por R.A. Thétart e B. Forgues, em Organization Science, Vol. 5, No.1, Focused issue: European Perspective on Organization Theory (Jan-Feb 1995), pp. 19-31.
8. Texto: “Gamergate and the new horde of digital saboteurs”, por Fruzsina Eordogh. The Christian Science Monitor.
- 9.. Texto: “Feminist media critic calls for boycott of Utah Campuses”, pr Eric Alberty para o The Salt Lake Tribune
10. Texto: “1488 is the Gateway Drug to Alt-Right not the Other Way Around”, por Colin Liddell em Counter-Currents.
11. Texto: “The Making of an American Nazi”, de Luke O’Brien. The Atlantic.
12. Artigo: “Behavioral Confirmation of Everyday Sadism”, de Erin E. Buckels, Daniel N. Jones e Delroy L Paulhus. University of British Columbia e University of Texas at El Paso. Link: https://www2.psych.ubc.ca/~dpaulhus/research/DARK_TRIAD/ARTICLES/PS.2013.Buckels-Jones-Paulhus.pdf
13. Texto: “I’m Sarah Nyberg, and I Was a Teenage Edgelord”, por Sarah Nyberg. Link: <https://medium.com/@srhbutts/i-m-sarah-nyberg-and-i-was-a-teenage-edgelord-b8a460b27e10>

Pessoíces

Olímpio Pinheiro

Artista plástico

Autopsicológica

O sinistro é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a convencer ter dor
Dor que deveras não sente

O que fala não se escreve
Conhecimento não tem
Que para as duas não serve
Inútil para os males que vêm

Assim na pandemia que roda
Gira a enganar a razão
A logística que não acorda
E que não tem coração.

De: Fernando (Pessoa)

Para: Ho Lihn Puih



Bossalnero, o mito anti-herói

O mito é o nada que é tudo
Buraco negro blasfemo
– Mentecapto sobretudo –
O corpo vivo do Demo
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi um não ser existindo
Como atroz nos torturou

E por não ser vivo foi vindo
E nos matou.
Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a destruí-la decorre.
Embaixo, a vida, metade
De todos, morre.

De: Fernando (Pessoa)
Para: Ho Lihn Piu

O autor é professor efetivo da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP), na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC)
oj.pinheiro@unesp.br



NO PARANÁ, INTELIGÊNCIA TAMBÉM SE VÊ NOS NÚMEROS.

O GOVERNO FAZ
INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS PARA
O ESTADO CRESCER.

FONTES: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, IBGE (FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM 2020, EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR); JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (JAN A. DEZ/2020); VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE 2019, DIVULGADO EM 2020 PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

R\$4 BI EM OBRAS
PARA
INFRAESTRUTURA



CRESCIMENTO
NA INDÚSTRIA
ALIMENTÍCIA DE

9,3%

159 MIL EMPRESAS
ABERTAS
EM 2020



FATURAMENTO
RECORDE DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA COM

R\$98 BI



DEMOCRACIA DOS CADAOS

POR QUE DIZER **NÃO** ANTES QUE ALGUÉM DIGA SIM POR VOCÊ

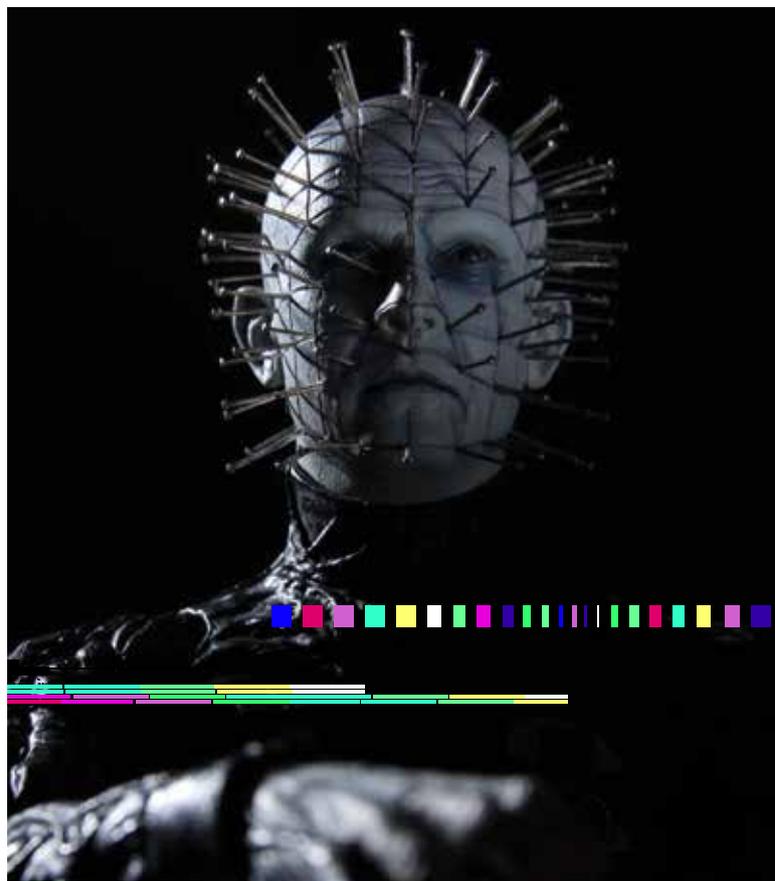
Leidi Priscila Figueiredo Vilela

Advogada

Há mais de duas décadas o Brasil tem passado por um gradativo processo de modernização por todos os seus Poderes e esferas político-administrativas rumo à inserção do Estado na Era da Informação. Nesta nova Era, o Estado pode ganhar maior eficiência e se aproximar do cidadão, seja oferecendo novas formas de prestação de serviços públicos, seja atribuindo maior transparência e ferramentas de participação popular na gestão da *res publica*.

No entanto, a imersão do Estado na Era da Sociedade da Informação também traz desafios relacionados aos limites da prestação de serviços públicos em meio eletrônico, bem como aos limites do interesse público sobre a vida privada. Sob este último aspecto, pondera-se que o uso de tecnologias da informação viabiliza uma alta concentração de informações privadas pelo Estado, além da possibilidade de compartilhamento e cruzamento de informações atualmente amparadas pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – e por outras leis e atos infralegais que vêm estruturando uma grande “Transformação Digital” baseada na concentração de informações.

A alta concentração de dados pessoais no âmbito do Poder Público, assim chamada Govtech, ainda que não seja exatamente o foco do presente artigo, é um ponto que merece absoluta atenção em razão do risco de vigilantismo sobre a vida privada, em violação ao direito da privacidade e da intimidade, além do risco de violação ao direito do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Não obstante, a concentração de informações pessoais



em bases centralizadas oferece risco aos titulares dessas informações, uma vez que passam a ser alvos de ciber-criminosos com o objetivo de explorar suas fragilidades e obter benefícios através de seus ataques em prejuízo aos direitos dos cidadãos.

No âmbito privado, a alta concentração de informações pessoais, especialmente pelas Bigtechs, além dos riscos de ataques de ciber-criminosos e vazamentos de dados, também potencializa a manipulação de massas, direcionamento político e possibilidade de que estas grandes corporações colaborem com o Estado no fornecimento de ainda mais dados e informações pessoais quando solicitados.¹

Todo esse pano de fundo somado nos traz questionamentos quanto à segurança e à neutralidade de muitos dos serviços públicos prestados eletronicamente, uma vez que são passíveis de manipulação e de excessos, servindo aos seus administradores eleitos ou não eleitos, e não propriamente ao cidadão. Além disso, questiona-se o alcance do Poder Público na vida privada – seja das informações que já possui ou que compartilha com outros entes públicos – ou aquelas que são requeridas para entes privados sob fundamento do interesse público para persecução criminal, segurança do Estado ou para combate à fraude.

Dentro desse complexo cenário, questiona-se a legalidade do alcance do Poder Público na vida privada que recai sobre informações que, muito embora estejam protegidas sob sigilo constitucional, possam ser fragilizadas em sede de compartilhamento de informações e/ou no bojo de processos imaturos de modernização que possam vir a

violiar o direito ao sigilo. Nessa esteira, chegando ao foco da discussão deste artigo, considerado como uma cláusula pétrea da Constituição Federal, o voto é um dos sigilos que o Estado tem obrigação de manter incólume, sem que exista qualquer previsão de relativização desse sigilo.

Ainda que diante de uma cláusula pétrea, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem analisando alternativas desenvolvidas por entes privados para que as urnas eletrônicas possam ser substituídas e para permitir o exercício do voto remotamente por meio de dispositivos móveis, ou seja, sem a necessidade de que o cidadão compareça presencialmente à sua seção eleitoral.

Não obstante os estudos sejam importantes para pavimentar debates e eventuais aprimoramentos ao sistema eleitoral brasileiro, é preciso entender quais são as bases que pretendem ser utilizadas para fomentar uma inovação tecnológica para o exercício da soberania popular em que o sigilo pode ser objeto de frontal violação. Isso porque a potencial utilização dos dispositivos móveis para registro dos votos e para identificação dos cidadãos traz à tona cenários que poderão fragilizar a democracia brasileira e a soberania nacional, haja vista que toda a interação eleitoral desse modelo tenderá a ser realizada pela internet de forma desassistida por colaboradores da Justiça Eleitoral, onde o eleitor e as urnas eletrônicas seriam substituídos por dados pessoais e dispositivos móveis.

A concepção do sufrágio exercido por meio da validação de dados pessoais e dados biométricos gera enormes inseguranças em meio a inúmeras notícias de vazamentos

de dados pessoais em massa. Em janeiro de 2021, foi identificado que mais de 220 milhões de pessoas tiveram seus dados pessoais e biométricos expostos e colocados à venda,² sem que seja possível rastrear os imediatos efeitos desse e de outros vazamentos e de ataques cibernéticos recorrentes e seus impactos a um projeto de democracia baseada em dados. Além disso, os riscos de transposição do processo eleitoral para a internet também esbarram sobre potenciais manipulações, induções, adulterações e ataques oriundos de qualquer parte do globo, inclusive mediante o uso de ferramentas e serviços prestados por Bigtechs, potencialmente removendo o cidadão do centro da democracia e inserindo a tecnologia em seu lugar.

Vale registrar que todas as reflexões trazidas neste artigo são em tese, ou seja, levando em consideração cenários ainda hipotéticos apesar de altamente prováveis.

QUANDO OS DADOS PESSOAIS SE TORNARAM CIDADÃOS?

A Lei nº 13.709/2018 (denominada Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) veio estabelecer importantes princípios, diretrizes e regras para proteção dos dados pessoais dos cidadãos, sua intimidade e privacidade. O conceito de dados pessoais³ previsto na Lei é amplo, e mesmo aqueles dados que não pareçam relevantes ou que não façam referência direta a alguém, quando cruzados ou organizados, podem resultar em dados bastante específicos sobre determinada pessoa, inclusive com aspectos sensíveis,⁴ motivo pelo qual merecem proteção.

A Justiça Eleitoral, para o alistamento dos eleitores, coleta informações pessoais, dentre elas, o nome, filiação e endereço, mediante apresentação de documentos de identificação elencados na Resolução TSE nº 21.538/2013. O alistamento eleitoral nada mais é do que o cadastro do eleitor para que possa desempenhar os seus direitos políticos. Com a implementação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral (Lei nº 7.444/1985) evidenciou-se que o alistamento e a atualização de dados de inscritos consistem em cadastros mantidos em computador, cuja competência de regulamentar o seu fiel cumprimento é do TSE. Nesse sentido, o Tribunal editou a Resolução nº 22.688/2007, que implementou em caráter experimental a atualização de dados constantes no cadastro eleitoral com dados biométricos em meios informatizados. A partir desse momento, a Justiça Eleitoral passou a coletar informações pessoais sensíveis, aos olhos da LGPD – dados biométricos –, com o objetivo específico de identificação dos eleitores.⁵

Em 2019, o TSE editou a Resolução nº 23.595, alterando a Resolução nº 23.440/2015, para permitir a coleta de dados

de georreferenciamento e a identificação dos eleitores por intermédio do aproveitamento de dados mantidos por outros órgãos, mediante validação da identificação biométrica por ocasião do comparecimento para votação ou por meio de outras soluções tecnológicas.

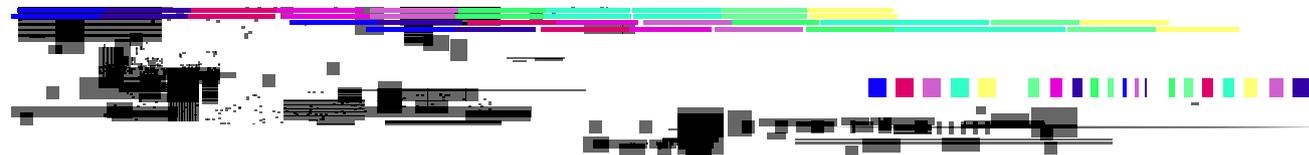
Adicionalmente, no interregno entre as Resoluções de 2015 e de 2019, foi editada a Lei nº 13.444/2017, que dispõe sobre o a Identificação Civil Nacional (ICN), com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados, sob gestão do TSE. Trata-se de lei que veio a convalidar a base biométrica do TSE, inicialmente instituída por atos infralegais, como uma das fontes para expedição do Documento Nacional de Identificação – DNI.

Nota-se que as normas eleitorais que visavam a manutenção de cadastros de eleitores foi se expandindo com o passar dos anos, de modo a exigir a coleta de dados biométricos, dados de georreferenciamento e aproveitamento de cadastros de terceiros, inclusive sem necessidade de comparecimento presencial para fins de identificação de eleitores. Ainda que a identificação do eleitor perante a Justiça Eleitoral não tenha validade apenas para fins do exercício do voto, mas também para requerimentos diversos e para fins de candidaturas de cidadãos para cargos eletivos, é certo que as normas não tiveram o condão de suprir a necessidade de que o cidadão manifeste sua vontade perante as seções eleitorais, a partir do registro de seu voto em uma urna eletrônica.

A partir do contexto narrado, temos que o TSE é um órgão que efetua tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis nos termos da LGPD.

Pois bem. A concepção de um modelo de votação eletrônica remota no Brasil seria integralmente baseada no tráfego de dados pessoais e dados pessoais sensíveis onde, resumidamente, em uma ponta, o cidadão coletaria dados biométricos e registraria o seu voto e, de outro lado, a Justiça Eleitoral conferiria a identidade do indivíduo e contabilizaria o voto encaminhado. Em que pese possam existir mecanismos seguros para a comunicação entre essas duas partes, não é possível afirmar que o registro do voto não assistido por colaborador da Justiça Eleitoral possa garantir (i) a inviolabilidade do sigilo do voto; (ii) a privacidade no momento do sufrágio; (iii) a livre manifestação de vontade do eleitor, e, diante de recentes relatos de vazamentos de dados pessoais em massa; (iv) assegurar a identidade do eleitor, quando utilizadas tecnologias que não garantam critérios robustos de identificação do cidadão.

É PREOCUPANTE QUE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA TENHA POR PRINCIPAL OBJETIVO A REDUÇÃO DE CUSTOS E NÃO O AUMENTO DA SEGURANÇA



Os dados pessoais sempre foram objeto de tratamento da Justiça Eleitoral, posto indispensável para a consecução de suas atividades e para identificação dos eleitores para fins de alistamento e para o exercício da cidadania. No entanto, com o passar dos anos e com a modernização do cadastro eleitoral, inclusive mediante coleta de dados biométricos, a Justiça Eleitoral passou a acessar e incorporar outras informações que não aquelas originalmente coletadas quando do alistamento, seja em razão do aproveitamento de informações advindos de outras bases públicas, seja na construção da base de dados do DNI. A questão a se refletir no caso recai sobre a finalidade da coleta e do tratamento de dados pessoais que pode ir além dos interesses e das prerrogativas legais da Justiça Eleitoral.

Em coletiva de imprensa realizada em 15/11/2020, o presidente do TSE, Ministro Luis Roberto Barroso, afirmou que os estudos em fomento à utilização de dados pessoais e de tecnologias no processo democrático ainda são “puramente especulativos” e uma eventual substituição das urnas eletrônicas somente aconteceria de forma progressiva.⁶ Mesmo que em sede de estudos especulativos, o tema abre espaço para reflexões e exige posicionamento técnico e jurídico, principalmente diante de fragilidades e violações de direitos que poderão ser concretizados gradualmente e de forma desapercebida.

ELEIÇÕES DO FUTURO?

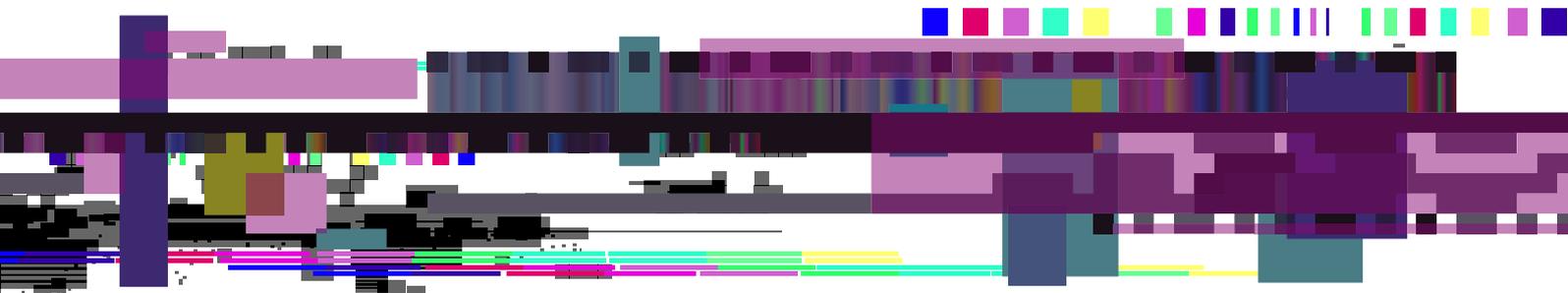
Na esteira de medidas de modernização que vêm sendo implementadas em serviços públicos diversos, a Justiça Eleitoral brasileira instituiu um programa denominado “Eleições do Futuro”, que prevê a possibilidade da utilização de novas tecnologias para o exercício da cidadania em substituição às urnas eletrônicas.

Por meio da Portaria TSE nº 527, de 14 de julho de 2020, o Tribunal instituiu grupo de trabalho incumbido de pesquisar e implementar inovações no Sistema Eletrônico de Votação, em especial quanto à redução dos custos de aquisição e manutenção dos equipamentos de votação. Em desdobramento, foi publicado edital de chamamento público (Edital de Chamamento Público nº 01/2020) que estabeleceu as regras para participação de entidades interessadas em apresentarem soluções tecnológicas e que definiu os requisitos técnicos mínimos para a solução tecnológica.⁷

Ao justificar o projeto e a realização de testes com empresas privadas para apresentação de soluções, o presidente do TSE, ministro Luis Roberto Barroso, em coletiva de imprensa realizada em 15/11/2020, ponderou que

[...] a proposta “eleições do futuro” é para que empresas de tecnologia apresentem modelos de votação que possam no futuro substituir as urnas – que funcionam muito bem e são confiáveis – porém elas têm um custo elevado, têm uma necessidade de reposição constante a cada 2 anos e nós precisamos repor cerca de 20% das urnas [...] e, portanto, para minimizar esse custo, nós estamos tentando um modelo alternativo, de preferência de voto pelo dispositivo pessoal. [...] evidentemente, se tiver alguma proposta relevante e factível, nós vamos começar a pensar a forma de implantação de um novo modelo.⁸

É desejável que o TSE busque informações que possam aprimorar o sistema eleitoral. No entanto, é preocupante que a inovação tecnológica tenha por principal objetivo a redução de custos e não o aumento da segurança



do cidadão e da democracia, principalmente a partir de incidentes graves de megavazamentos de dados de 220 milhões de brasileiros e de ataques à sistemas públicos como do STJ.⁹ Sobre este último ponto, ao analisarem as extensões do ataque ao STJ ocorrido em 2020, os pesquisadores da FGV Direito-SP concluem que as medidas de prevenção não podem ser dispensadas pelo seu custo, porque “em um mundo digitalizado, segurança cibernética e segurança em sentido amplo se confundem, de forma que a primeira deve ser tratada com a mesma seriedade que a segunda. Do contrário, a marcha pela digitalização, desburocratização e eficiência dos serviços públicos só pode resultar em um abismo de vulnerabilidade”.

Dada a natureza das soluções almejadas, a votação digital se daria mediante a utilização de dispositivos móveis privados para o registro de votos pela internet, delineando uma fragilidade insuperável para o sistema eleitoral, que é a garantia do sigilo do voto.

AS MÚLTIPLAS FACETAS DO SIGILO DO VOTO

As urnas eletrônicas brasileiras são grandes referências mundiais de sucesso, eficiência e celeridade na apuração de votos.¹⁰ Uma das principais características das urnas é o seu funcionamento desconectado das redes, o que garante a impossibilidade de que os equipamentos possam ser manipulados por ataques realizados pela internet.¹¹ Ao considerarmos a possibilidade de que os cidadãos brasileiros possam votar remotamente por intermédio dos seus dispositivos pessoais, o uso da internet torna-se obrigatório, mesmo que mediante redes teoricamente seguras. Contudo, é certo que a Justiça Eleitoral brasileira não possui absolutamente qualquer controle sobre esse meio, exponenciando os riscos relacionados ao seu uso e que atualmente são mitigados pelas urnas eletrônicas offline.

Aliás, uma das peculiaridades da internet é a ausência de fronteiras e de controlador central, restando aos Estados a pretensão de regularem os efeitos e as regras das rela-

ções que são decorrentes de seu uso, se possível e viável, correndo-se o risco de esbarrar em direitos fundamentais, como o da liberdade.

Essa liberdade é a mesma que permite que a internet também seja o meio para a prática de ilícitos de todas as naturezas, por brasileiros e estrangeiros (inclusive Estados estrangeiros), da qual a ausência de regulação efetiva favorece o anonimato e manipulação de informações que inviabilizem a localização, a identificação e a punição de seus agentes.

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) prevê que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, garantida a inviolabilidade e o sigilo do fluxo de suas comunicações e das comunicações privadas armazenadas pela internet, salvo por ordem judicial (art. I, II e III). Nota-se que, a inviolabilidade do sigilo das comunicações pela internet é relativa, haja vista a possibilidade de quebra por determinação judicial. Contudo, no caso hipotético em análise, os votos remotos, por trafegarem pela internet estariam no rol de comunicações que poderiam ser interceptadas por determinação judicial. Eis que, a Constituição Federal não prevê nenhuma exceção ao sigilo do voto dos cidadãos, considerado como cláusula pétrea, evidenciando a incompatibilidade do meio para o fim pretendido.

O segundo aspecto ponderado recai sobre o controle do dispositivo utilizado para a votação, que, no caso de uma votação por meios remotos, seriam os telefones celulares (smartphones) dos cidadãos. Não é preciso aprofundar ponderações sobre a impossibilidade jurídica de que a Justiça Eleitoral controle dispositivos privados dos cidadãos. Logo, não é possível garantir a segurança do dispositivo utilizado e evitar que a comunicação seja interceptada, monitorada ou qualquer outra ação que viole o seu sigilo. Inclusive, diferentemente das urnas eletrônicas que permanecem lacradas e armazenadas para auditorias após a realização



das eleições, os dispositivos móveis privados não estariam submetidos a esse nível de auditabilidade. Ainda, é necessário considerar que, em sendo um instrumento de utilidades particulares diversas, os dispositivos móveis podem ser importantes provas digitais e sujeitos a perícias, apreensão e outras medidas judiciais e legalmente previstas para investigações e repressões de ilícitos penais.¹² Nesse aspecto, em havendo a possibilidade de que os votos realizados por meio dos smartphones fossem registrados em logs no aparelho, por exemplo, novamente estaríamos diante de fragilização do sigilo.

Ademais, diferentemente do voto presencial, em que o cidadão registra seu voto em uma cabine indevassável, o registro do voto por meio de dispositivo móvel também não permite que seja assegurada a livre manifestação do eleitor, afastada qualquer hipótese de coação, além de ser impossível garantir que a manifestação tenha ocorrido em preservação de sua privacidade (sem que terceiros possam estar acompanhando o registro do dever cívico, mesmo que com autorização do eleitor).¹³

Em entrevista televisionada no “Fantástico” em 15/11/2020, Joseph Carson, especialista em segurança na Estônia, país que utiliza mecanismos de votação pela internet, afirmou que o desenvolvimento dos sistemas eleitorais em meios remotos depende de tornar “tão difícil quanto puder. Basicamente, você minimiza os riscos até que se torne tão seguro quanto às urnas eletrônicas tradicionais. É importante que você proteja esses sistemas, permita visibilidade e auditoria”.¹⁴ Logo, mesmo em um país que utiliza dessa metodologia de votação, não há como se eliminar integralmente os riscos de fraudes, de ataques e incidentes de quaisquer naturezas no processo eleitoral eletrônico, apenas de mitigação.

Sob esta ótica, ao comparar o Brasil e a Estônia, o cientista computacional, professor e especialista em segurança da informação e infraestrutura, Edilson Osório Jr., vê que a utilização das eleições por dispositivos pessoais no Brasil poderá ter “problemas de tentativa de hacking e indisponibilidade de sistemas. A criptografia os sistemas abertos podem ter toda a segurança do mundo, mas a infraestrutura precisa aguentar uma carga de tentativas de acessos e ataques – a Estônia tem 1,3 milhão de habitantes, o Brasil mais de 200 milhões”.¹⁵

Apesar das considerações dos especialistas, nota-se em diversas iniciativas de modernização do Estado

brasileiro, especialmente dos últimos anos sob condução do governo federal, que há um especial interesse em aproximação de práticas de governo eletrônico às práticas implementadas na Estônia.

A Estônia é um país referenciado em termos de modernização de serviços públicos e permite que o cidadão possa registrar o voto em eleições por meio da internet, com uso de seus dispositivos pessoais e mecanismos de identificação eletrônica. Contudo, sem prejuízo aos elogios que devem ser traçados ao país a partir de seus êxitos, há de se convir que as realidades da Estônia e do Brasil são diferentes. Além da história, da cultura, dos aspectos econômicos, a exemplo do que foi mencionado pelo pesquisador ao citar os riscos da implementação de votações online no Brasil, a população da Estônia é de pouco mais de 1,3 milhão de pessoas em 45.227 km² de área.¹⁶ Isolado, o estado de São Paulo possui mais de 44 milhões de pessoas em sua base populacional e 248.209 km² de área, o que exponencia, apenas nesse corte de comparação, os desafios de um país com mais de 200 milhões de habitantes e 8.516.000 km² de área.¹⁷ Ainda assim, não faltam iniciativas para implementar as mesmas soluções da Estônia em um país de extensão e de complexidades continentais.

Outra vertente do sigilo do voto recai sobre a privacidade do momento do exercício do dever cívico. O voto é a externalização de uma manifestação de vontade que deve permanecer secreto justamente para que possa ser livre. A liberdade de votar sem que o voto possa ser identificado empodera a população para que possa fazê-lo

e, para tal, depende da garantia de privacidade necessária para o ato. Nessa linha, ainda antes da implantação das urnas eletrônicas (1996), a legislação eleitoral já dispunha sobre a necessidade de que o eleitor proferisse seu voto em cabine indevassável, para que pudesse fazer a sua escolha em isolamento (art. 103, II e 138 do Código Eleitoral). No mesmo sentido, com o uso das urnas eletrônicas, o registro do voto também deve ser realizado em cabine indevassável, onde fica situado o equipamento de registro dos votos dos eleitores.

O texto constitucional e a Lei Eleitoral atualmente exigem forma específica para formalização do voto: secretamente, em cabine de votação indevassável, mediante comparecimento pessoal. Em analogia à validade dos negócios jurídicos prevista no Código Civil brasileiro (art. 104), em que a inobservância de uma solenidade determinada por lei pode tornar o ato nulo (art. 166, IV e V), o exercício do voto em inobservância às suas formalidades legais também poderá anular o exercício cívico. Assim, ainda que se cogite a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas no processo eleitoral, qualquer modificação que altere as bases do sigilo do voto depende de alteração da Constituição Federal e da Lei, inobstante sejam valiosos os estudos que venham a pavimentar reflexões no âmbito legislativo.

Contudo, o voto é um direito político altamente sensível e não pode ser tratado, principalmente em sede de debates voltados à simplificação de procedimentos e redução de despesas, como um serviço público que necessite de mo-



O VOTO É UM DIREITO POLÍTICO ALTAMENTE
SENSÍVEL E NÃO PODE SER TRATADO COMO
UM SERVIÇO PÚBLICO QUE NECESSITE
DE MODERNIZAÇÃO A QUALQUER CUSTO

dernização a qualquer custo. Isso porque, primeiramente, os direitos políticos são direitos e não serviços públicos.

A República Federativa do Brasil tem como fundamento a soberania popular em que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (Art. 1º, I e parágrafo único da CF/88). Se a soberania popular é exercida por meio do voto obrigatório e secreto, qualquer aspecto relacionado à segurança e à inviolabilidade do exercício da soberania popular merece os necessários e adequados investimentos. Ademais, em tendo regras próprias e claras, não pode um direito político ser levado à “Sandbox”,¹⁸ a exemplo de segmentos econômicos regulados que permitem o desenvolvimento e o oferecimento à população de produtos e serviços com a flexibilização de normas para que sejam experimentadas inovações sem observância à carga regulatória ordinária.

O voto é a base da democracia, e é inquietante que uma das principais motivações externadas pelo TSE para a experimentação de inovações tecnológicas que possam fragilizar o sigilo do sufrágio tenha sido puramente para a redução de custos. O sigilo está intrinsecamente relacionado à livre manifestação de vontade do eleitor, que não pode ser assegurada mediante votação remota e não assistida por colaboradores da Justiça Eleitoral ou por mecanismos eletrônicos frágeis, manipuláveis e que ainda possam possibilitar e fomentar o uso indevido de credenciais baseadas em dados que foram colocados à venda.

DADOS PESSOAIS INSEGUROS

O contexto narrado merece reflexão especialmente porque mais de 220 milhões de brasileiros tiveram seus dados pessoais vazados e comercializados na internet¹⁹ este ano. Nome, CPF, telefone, e-mail, foto de rosto, título de eleitor, renda mensal, classificação de crédito e participação no programa Bolsa Família, incluindo dados de pessoas falecidas, são algumas das informações que foram colocadas à venda e que, uma vez vazadas, não podem ser necessariamente apagadas da internet ou da darkweb.

Diariamente temos convivido com notícias relacionadas à grandes vazamentos de dados pessoais, ataques a bases e sistemas públicos e privados e uma série de outras situações que colocam o cidadão em situação de extrema fragilidade em meio eletrônico. Isso tudo sem considerar os riscos de ataques transnacionais direcionados à desestabilização da soberania popular brasileira. Ronaldo Lemos, advogado especialista em direito e tecnologia, pondera que os dados pessoais seriam como o novo petróleo e que, assim como o petróleo, quando os dados são vazados, também provocam danos de enorme escala, às vezes irreversíveis.²⁰

Até o momento não foi possível mensurar os danos sofridos pela população que teve seus dados pessoais vazados e é possível que seus efeitos ainda possam perdurar por muitos anos. Isso porque muitos dos dados que foram objeto de divulgação e comercialização são estáticos (como o nome, título de eleitor e o CPF) e não se alteram durante a vida de uma pessoa. Contudo, são dados muito utilizados para abertura de cadastros, criação de contas, solicitação e contratação de serviços e uma infinidade de outras possibilidades. A utilização desses dados estáticos, inclusive aliada às informações biométricas que também foram alvo de vazamento, como as fotografias da face dos cidadãos, também dão a prerrogativa de que as pessoas formalizem manifestações de vontade e obtenham acesso às informações sigilosas em meio eletrônico, com o uso de assinaturas eletrônicas fornecidas pelo governo federal, denominadas assinaturas simples e avançadas.²¹

Ciente do risco de utilização para fins fraudulentos, Ghassan Dreibi, diretor de cibersegurança da Cisco, afirma que “se não podemos mudar nossos CPFs precisamos repensar a autenticação das pessoas”.²² A colocação do diretor de cibersegurança é absolutamente verdadeira, haja vista que além do CPF, título de eleitor, nome e outras informações pessoais, também não podemos alterar as nossas características biométricas e, todas essas informações foram vazadas, podendo ser manipuladas tecnologicamente para permitir um inestimável número de fraudes e ilícitos ao longo dos próximos anos.

Sob este aspecto, as medidas de cibersegurança devem ser prioridade de todas as pautas públicas e privadas, especialmente porque, nas palavras dos advogados pesquisadores da FGV Direito SP, João Pedro Favaretto Salvador e Tatiane Guimarães, “os custos de prevenção, por maiores que possam parecer, são ínfimos frente aos danos que podem decorrer da paralisação desses sistemas”.²³ E não apenas da paralisação dos sistemas, mas também dos custos relacionados ao ressarcimento de danos sofridos pelos titulares de dados vazados, bloqueados e indisponibilizados por ataques ou por fragilidades sistêmicas.

No contexto das fragilidades relatadas, grande parte dos cidadãos desconhece a amplitude e a densidade dos riscos relacionados ao uso da internet e sequer tem condições técnicas suficientes para agir preventivamente. Aliás, as camadas de segurança a determinados atos usualmente são confundidas com burocracias desnecessárias. Muitas vezes, o próprio poder público dá a conotação de que existem formalidades excessivas e que uma série de mo-

dernizações estariam sendo implementadas com o objetivo de “desburocratizar” a vida do cidadão. Ocorre que há uma linha tênue entre desburocratizar e desproteger a vida, os bens, os dados pessoais, a privacidade, a propriedade e os direitos do cidadão. E, geralmente, o cidadão não tem o entendimento e o alcance de todos os riscos relacionados ao processo de “desburocratização”, sendo facilmente convencido pelos benefícios da inovação e da comodidade, renunciando à segurança e à privacidade.

AUTODETERMINAÇÃO DEMOCRÁTICA E DEMOCRACIA NO CIBERESPAÇO

A legislação brasileira ressalta o direito à autodeterminação informacional, ou seja, à capacidade do cidadão em ter conhecimento e controle de seus dados e informações pessoais. Contudo, quando os dados são coletados e tratados por entes públicos, a consecução da finalidade pública definida em lei ou em regulamento permite um sem-número de possibilidades de tratamento de dados sem consentimento e, quiçá, sem conhecimento do titular. Afora as discussões sobre o alto grau de subjetividade da LGPD para tratamento de dados pessoais por entes públicos, que pode dar a impressão de uma possibilidade de tratamento ilimitado e até mesmo fora das finalidades que tenham sido originalmente coletadas, no bojo da prestação de serviços eleitorais da Justiça Eleitoral brasileira, o voto é um dado pessoal sensível por determinação da LGPD, e sigiloso, por determinação constitucional.

Todos os dados pessoais são passíveis de proteção, contudo, nem todos eles são sigilosos no aspecto de seu conhecimento estar limitado ao seu próprio titular, existindo pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que fazem o seu respectivo tratamento. Nesse caso, ao tratarem de dados pessoais, esses agentes devem dispor de todos os mecanismos necessários para assegurar o sigilo e a proteção desses dados, com informações claras e precisas sobre eventual compartilhamento. Contudo, a LGPD elenca como sensível a opinião política, a filiação a sindicato e a participação em organizações de cunho político como dados pessoais sensíveis, uma vez que são dados capazes de gerar discriminação e exclusão social.

O voto é uma opinião política, uma escolha, uma manifestação de vontade, um dado sensível e um direito político. Na era da “sociedade da classificação”,²⁴ a fragilização do sigilo do voto, seja qual for o meio utilizado, poderá gerar efeitos catastróficos para a liberdade e para a democracia. Se para as opiniões políticas a Lei atribui uma proteção mais forte ao considerá-la informação sensível, é justamente para evitar discriminações e exclusões.²⁵

No caso hipotético da legislação brasileira vir a permitir que as eleições possam ocorrer por meios remotos, ainda que se evidenciem os mais robustos sistemas de votação eletrônica, não existem garantias de que os votos não poderão ser objeto de interceptação, manipulação ou mesmo que não serão utilizados para definição de perfis de eleitores a partir dos cadastros mantidos pela Justiça Eleitoral e por outros entes públicos mediante compartilhamento. A partir de cruzamentos de informações coletadas pelo Poder Público juntamente com a possibilidade de quebra do sigilo dos votos, quais poderiam ser os impactos e os danos à democracia brasileira? Sem prejuízo, como proteger os cidadãos de representantes autoritários que possam vir a utilizar as informações extraídas desse processo vulnerável de votações?

Muito além das informações eleitorais, o Poder Público (no qual se inclui a Justiça Eleitoral) estará de posse de um conjunto de informações privadas, que favorecerão o medo de retaliação, repressão ou de aplicação de penalidades em razão de escolhas pessoais (desde opiniões até o exercício do voto), além da alta rastreabilidade de atividades eletrônicas que poderia vir a anular ou reduzir a participação popular por meio das tecnologias, oferecendo grande risco ao processo democrático brasileiro.²⁶

Amplitude do conhecimento do Poder Público sobre o cidadão foi objeto de reflexões de Miriam Wimmer, apontando que, ao mesmo tempo em que o Estado necessita conhecer seus cidadãos como pré-requisito para o exercício da cidadania, a expansão e a quantidade da variedade de dados custodiados pelo Estado trazem à tona riscos de violações de direitos, aumentam a capacidade de intervenção do Estado, tanto com o objetivo de atingir finalidades sociais justas – como, por exemplo, a distribuição de benefícios sociais – como para finalidades nefastas”.²⁷ Com vistas a coibir os efeitos nefastos do conhecimento de informações altamente sensíveis por parte do Poder Público, seja quem for o seu representante, é importante que o legislador mantenha os votos sob o mais alto grau de sigilo, ainda que sob custos muito elevados, pois o custo do autoritarismo e da fragilização da democracia brasileira serão impagáveis e poderão nos conduzir para um caminho sem volta.

As preocupações sobre novos rumos da democracia na Era da Sociedade da Informação foram muito bem delineadas por Rodotá, ao afirmar que a amplitude de dados pessoais coletados pelo Estado é impulsionada sob a argumentação de que tudo pode se revelar útil para a tutela da saúde, da segurança etc. Contudo, em suas palavras

[...] A democracia é também sobriedade, até mesmo renúncia, quando pode existir um risco para a liberdade dos cidadãos. [...] A democracia é antes de tudo discussão, confronto, pesquisa. As tecnologias da informação devem exaltar esse aspecto, e não oferecer atalhos enganosos [...]"²⁸

Diante de todo o panorama traçado, na atual maturidade tecnológica do país e da realidade socioeconômica brasileira, é preciso dizer não à democracia dos dados antes que alguém diga sim por você; antes que as identidades eletrônicas sejam roubadas para manipulações de eleições; antes que os dados pessoais dos cidadãos sejam colocados à serviço do Estado e seus representantes eleitos e não eleitos; antes que a legislação seja alterada sem o devido debate e preparo; antes da população perder seu direito à opinião e ao voto; antes de sepultarmos uma democracia funcional e sistemicamente exemplar para darmos espaço à empolgação de metodologias não adequadas à realidade jurídica e fática do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui registradas apontam as fragilidades da democracia baseada em dados pessoais e a importância de que o cidadão proteja a sua única ferramenta de poder: o seu voto exercido pessoalmente e a integridade e a autenticidade de sua declaração de vontade ainda que realizada em meio eletrônico. Não se rechaçam inovações que possam vir a aprimorar a segurança e a agilidade do processo eleitoral, mas é fundamental que a democracia

continue sendo feita pelas pessoas e para as pessoas e não sendo feita pela tecnologia e para a tecnologia (e para aqueles que a controla).

A inovação é importante e desejada à medida que se deve aumentar o rigor e a segurança do processo eleitoral, não sendo possível concordar com a implementação de novas tecnologias apenas para fins de redução de custos quando o poder do povo está correndo o risco de ser fragilizado. Ademais, não é cabível nenhuma forma de relativização do sigilo do voto – considerado um dado pessoal sensível –, capaz de gerar discriminações e exclusões, caso se torne público por qualquer tipo de incidente de segurança.

A LGPD é aplicável tanto para entes públicos quanto para entes privados e, em razão de sua natureza, a responsabilidade decorrente do tratamento dos dados pessoais tratados pelos entes públicos – dos quais estão incluídos os votos – deve ser distinta dos entes privados, por possuir aspectos muito mais abrangentes do que os dados tratados em âmbito privado.²⁹ Por esse motivo, o sigilo que recai sobre o voto não permite ao Poder Público que inovações imaturas venham a expor os cidadãos brasileiros e a soberania nacional.

Muito mais do que um dever, o voto é um direito poderoso de mudar o futuro. ●

A autora é pós-graduanda em Compliance na FGV e Mestre em Direito da Sociedade da Informação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Dedica-se ao estudo da democracia e dos direitos civis no ciberespaço
figueiredo.priscila@uol.com.br

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Urna eletrônica: 20 anos a favor da democracia. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/rybena_pdf?file=. Acesso em 3 de mar/2021.

FOLHA DE S. PAULO. LEMOS, Ronaldo. O vazamento de dados do fim do mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/ronaldolemos/2021/01/o-vazamento-de-dados-do-fim-do-mundo.shtml?origin=uol>. Acesso em 4 de mar/2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. SALVADOR, João Paulo Favaretto; GUILMARÃES, Tatiane. O ataque ao STJ é mais um grito de socorro da segurança cibernética no Brasil. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/ataque-ao-stj-e-mais-grito-socorro-seguranca-cibernetica-brasil>. Acesso em 4 de mar/2021.

LOPES, Alan Moreira; TEIXEIRA, Tarcísio. O direito das tecnologias móveis. In:

LOPES, Alan Moreira; TEIXEIRA, Tarcísio (coord.). Direito das novas tecnologias: legislação eletrônica comentada, mobile law e segurança digital. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

RODOTÁ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância – a privacidade hoje. Organização, seleção e apresentação de Mara Celina Bodin de Moraes. Tradução de Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Tratamento de dados pessoais na LGPD sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: DONEDA, Danilo (coord.) et al. Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 117-118.

WIMMER, Miriam. O regime jurídico do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. In: Tratamento de dados pessoais na LGPD sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: DONEDA, Danilo (coord.) et al. Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

NOTAS DE RODAPÉ

1. Cite-se, como exemplo, o caso da empresa Cambridge Analytica, que juntamente com o Facebook, fez propaganda e direcionamento político a mais de 50 milhões de pessoas, a partir do conhecimento de seus perfis e interesses extraídos pela mídia social. BBC NEWS. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em 6 de mar/2021.
2. CISO ADVISOR. Vazamento expõe dados pessoais de milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.cisoadvisor.com.br/vazamento-expoe-dados-pessoais-de-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em 6 de mar/2021.
3. A Lei considera como dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e como dado pessoal sensível o “dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural” (art. 5, incisos I e II).
4. VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Tratamento de dados pessoais na LGPD sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: DONEDA, Danilo (coord.) et al. Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 117-118.
5. Tal como se verifica no artigo 1º da Resolução nº 23.440/2015, senão vejamos: “Art. 1º A atualização dos dados constantes do cadastro eleitoral, visando à implantação da identificação com inclusão de impressões digitais dos dez dedos, ressalvada impossibilidade física, fotografia e assinatura digitalizada do eleitor, será realizada por meio do serviço ordinário de alistamento eleitoral e de revisões de eleitorado”.
6. “Entrevista do presidente do TSE: eleições 2020”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/11/15/eleicoes-2020-acompanhe-entrevista-do-presidente-do-tse-ao-vivo.htm>. Acesso aos 02 de mar/2021.
7. BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Edital de Chamamento Público nº 01/2020. Disponível em: https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/audiencia-publica/arquivos/edital-de-chamamento-publico-n1-2020-servico-de-votacao-on-line/rybena_pdf?file= Acesso em 3 de mar/2021.
8. UOL. “Entrevista do presidente do TSE: eleições 2020”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/11/15/eleicoes-2020-acompanhe-entrevista-do-presidente-do-tse-ao-vivo.htm>. Acesso em 2 de mar/2021.
9. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ Notícias destaca reforço na segurança de informações digitais do tribunal após o ataque hacker. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/04122020-STJ-Noticias-destaca-reforco-na-seguranca-de-informacoes-digitais-do-tribunal-apos-o-ataque%E2%80%AFhacker.aspx>. Acesso em 4 de mar/2021.
10. BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Apresentação – Urna Eletrônica. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica>. Acesso em 3 de mar/2021.
11. “A grande vantagem da urna eletrônica, demais disso, são seus vários mecanismos de segurança, que impedem adulterações e garantem o sigilo do voto. A impossibilidade de identificação do eleitor, aliada à inexistência de ligação da urna com a Internet ou com qualquer dispositivo de rede, entre outras medidas, tornam-na um mecanismo confiável para evitar violações nas várias fases do processo de votação”. BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Urna eletrônica: 20 anos a favor da democracia. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. p. 19. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/rybena_pdf?file. Acesso em 3 de mar/2021.
12. LOPES, Alan Moreira; TEIXEIRA, Tarcísio. O direito das tecnologias móveis. In: LOPES, Alan Moreira; TEIXEIRA, Tarcísio (coord.). Direito das novas tecnologias: legislação eletrônica comentada, mobile law e segurança digital. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 278.
13. Além disto, a legislação eleitoral veda que o eleitor porte aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas e filmadoras, dentro da cabine de votação (parágrafo único do art. 91 da Lei nº 9.504/1997).
14. GLOBO. Fantástico. TSE estuda viabilidade de realizar eleições pela internet e faz testes em três cidades. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9025989/?s=0s>. Acesso em 4 de mar/2021.
15. Idem.
16. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%B3nia>. Acesso em 4 de mar/2021.
17. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>. Acesso em 4 de mar/2021.
18. Um exemplo de Sandbox regulatório é o que ocorre no âmbito do Banco Central do Brasil, para que instituições já autorizadas ou não possam testar projetos inovadores – produtos ou serviços inovadores – com clientes reais, sujeitos a requisitos regulatórios específicos. BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sandbox regulatório BACEN. Disponível em: <https://www.gov.br/startuppoint/pt-br/programas/sandbox-regulatorio>. Acesso em 4 de mar/2021.
19. G1. Megavazamento de dados de 223 milhões de brasileiros: o que se sabe e o que falta saber. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/28/vazamento-de-dados-de-223-milhoes-de-brasileiros-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso em 3 de mar/2021.
20. FOLHA DE SÃO PAULO. LEMOS, Ronaldo. O vazamento de dados do fim do mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2021/01/o-vazamento-de-dados-do-fim-do-mundo.shtml?origin=uol>. Acesso em 4 de mar/2021.
21. BRASIL. Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm. Acesso em 4 de mar/2021.
22. VALOR ECONÔMICO. Vazamento requer ação do governo, diz especialista. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/01/vazamento-requer-acao-do-governo-diz-especialista.ghtml>. Acesso em 4 de mar/2021.
23. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. SALVADOR, João Paulo Favaretto; GUI-MARÃES, Tatiane. O ataque ao STJ é mais um grito de socorro da segurança cibernética no Brasil. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/ataque-ao-stj-e-mais-grito-socorro-seguranca-cibernetica-brasil>. Acesso em 4 de mar/2021.
24. RODOTÁ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância – a privacidade hoje. Organização, seleção e apresentação de Mara Celina Bodin de Moraes. Tradução de Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 234.
25. Idem. p. 145.
26. Idem. p. 126.
27. WIMMER, Miriam. O regime jurídico do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. In: Tratamento de dados pessoais na LGPD sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: DONEDA, Danilo (coord.) et al. Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 273
28. Ibidem. p. 162.
29. WIMMER, Miriam. O regime jurídico do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. In: Tratamento de dados pessoais na LGPD sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: DONEDA, Danilo (coord.) et al. Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 274.

Refit. Combustível de hoje pra enfrentar o amanhã



Somos a Refit, a primeira refinaria privada do Rio de Janeiro. Há 66 anos construímos uma trajetória de sucesso no mercado de combustíveis. Nos reinventamos com eficiência e força de vontade. Somos hoje uma nova

refinaria, moderna, com visão de futuro e que gera mais de 1.200 empregos diretos e indiretos. Uma empresa que produz combustíveis de forma eficiente para quem precisa.





“O Exército tem de fazer política. Óbvio que a política em torno dos interesses nacionais e, em particular, dele, do Exército.”

General Hamilton Mourão (2021)¹

RODRIGO LENTZ
ADVOGADO

A DOCTRINA DE
**SEGURANÇA
NACIONAL
DA ESG**

REVISITADA

1974-1985

DEPOIS

da “retirada aos quartéis” em 1985, as crenças na “consolidação democrática” e na profissionalização militar deixaram a grande parte da elite política surpresa com o presente regresso dos militares “ao jogo” do poder. Porém, a politização dos militares brasileiros se confunde com a própria história da formação política do país. Desde 1821, quando a força militar da época derrubou o ministro da Marinha e Ultramar, Marcos de Noronha e Brito, o português Conde dos Arcos – ao final, deposto e “deportado” à Portugal por exigência da tropa (Ferreira, 2019[2000]) – a intervenção militar na política é uma variável indispensável para interpretar nossa história e, mais do que nos últimos 30 anos, nosso presente e futuro.

É claro que a participação dos militares na política, ao longo do Brasil Império e do Brasil Republicano, passou por diversas configurações. Ora coadjuvantes, ora protagonistas, o “fato histórico” é que os militares brasileiros “sempre” fizeram política. Essa história é complexa, recheada de disputas internas, clivagens organizacionais, vexames e vitórias militares, de violência extrema contra os próprios nacionais e os próprios militares, de conflitos e cooperações com as elites políticas e classes sociais. Por isso, muitos intelectuais – embora ainda poucos, devido ao tamanho da importância do tema – se dedicaram ao estudo desse fenômeno sob diferentes perspectivas (Coelho, 1976;² Brigagão e Jr. Proença, 2007).

De um lado, as abordagens instrumentais destacavam as razões de classe, interpretando as Forças Armadas como forças pretorianas ou milicianas das oligarquias regionais,

dirigidas pela alta oficialidade “sequestrada” pelas classes dominantes (Ianni, 1965 e 1968; Cohn, 1965). Também como instrumentos das elites militares (alta oficialidade) clientelisticamente mancomunadas com as classes dominantes contra o baixo oficialato e os praças, estes engajados nas transformações populares (Sodré, 2010[1965]). Ou ainda como representantes das classes médias da qual sobrevinham seus oficiais (Jaguaribe, 1961 e 1969) e poderosos instrumentos de hegemonia com motivações “intramilitares” (Oliveira, 1976 e 1986).

De outro prisma, as abordagens organizacionais enfatizavam níveis de autonomia da instituição militar para explicar sua politização. Sem ignorar suas interações com elites políticas e classes sociais, as razões organizacionais interpretaram as Forças Armadas como uma organização burocrático-corporativa, preocupada com sua profissionalização, sobrevivência e expansão (Coelho, 1976); como um Partido Militar (Rouquié, 1980), um Partido Fardado (Ferreira, 2019[2000]) ou uma elite política com instrumentos militares, de desestabilizante à estabilizante do regime político (Carvalho, 2005), ou ainda “moderadora” do sistema político (Stepan, 1975 [1971]).

Em verdade, especialmente após 1930, tanto as razões de classe quanto as razões organizacionais são indispensáveis para interpretar os militares na política. A grande questão é compreender que neste longo e acidentado trajeto histórico, as Forças Armadas desenvolveram interesses e objetivos próprios, organizacionais, que incorporaram interesses de classe e poderes de elites políticas.

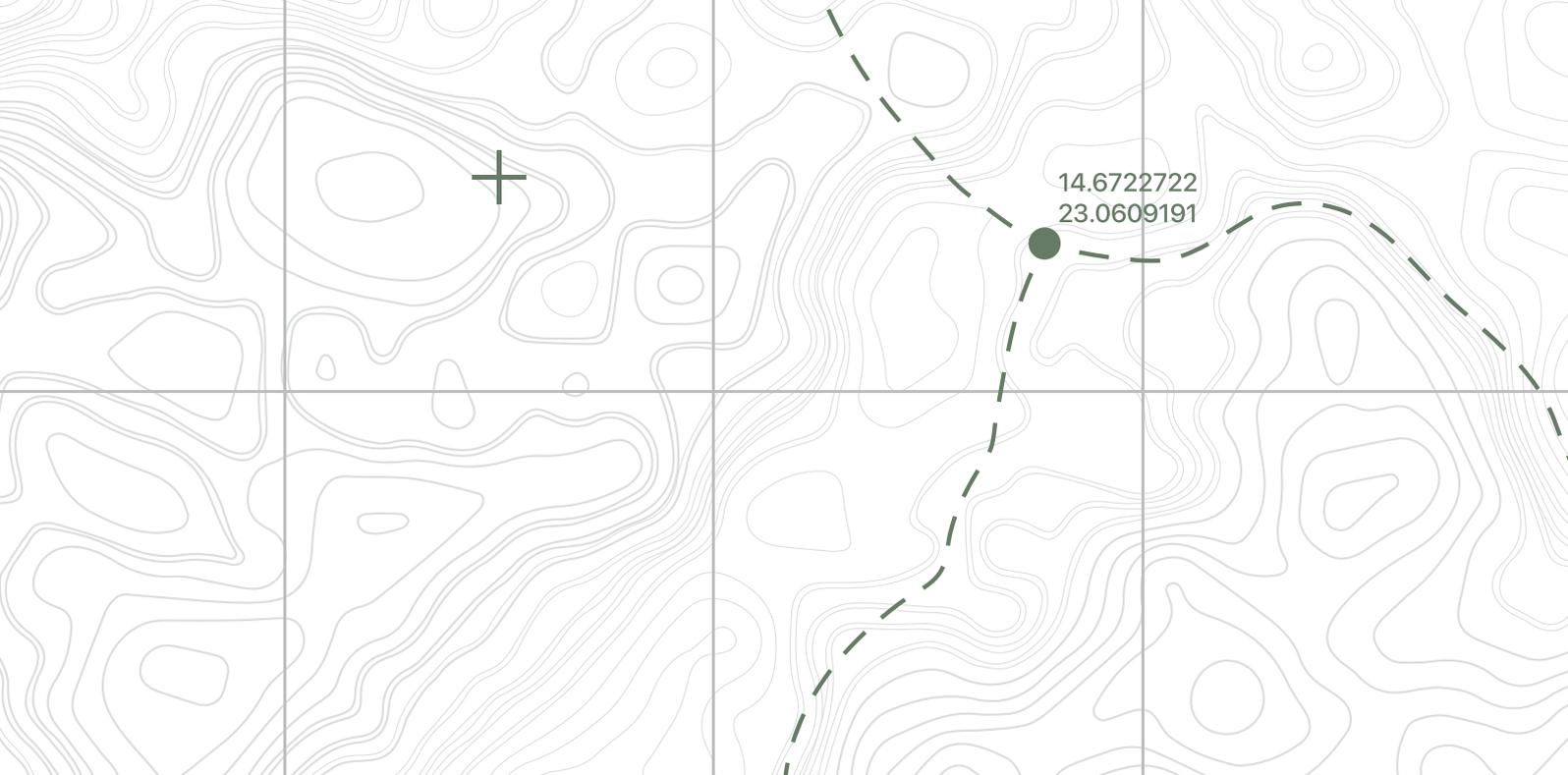
Nesse sentido, tanto a solução da crise de identidade apontada por Coelho (1976) quanto a resolução da crise de hegemonia indicada por Oliveira (1976) atingem o “nervo central” para compreender os militares na política: a doutrina de segurança nacional produzida pela Escola Superior de Guerra (ESG). É nela que podemos encontrar uma grande síntese do pensamento político dos militares brasileiros após a república velha. Ao menos até o fim desta década, por ter originalmente formado o alto oficialato contemporâneo, pode nos oferecer – sejamos civis ou militares – parâmetros gerais sobre as tendências de comportamento político das Forças Armadas. Em suma: tratamos de médio, não de curto prazo.

Anote-se que a doutrina de segurança nacional segue vigente, periodicamente atualizada pela ESG, formando o alto oficialato das três Forças e elites civis, todos selecionadas por critérios subjetivos e restritos. As mudanças e permanências dessa doutrina são tema de outro estudo.³ Aqui (ver quadro 1) a proposta foi revisitar a doutrina produzida da fundação política dos militares (1821-1887) às três

MILITARES NA POLÍTICA



	N	CATEGORIAS
Núcleo ontológico	1	Sociedade política: a evolução da natureza humana - humanismo cristão, racionalidade, sociedade funcional, evolucionismo, instituições permanentes (estado e sociedade), objetivos nacionais, segurança e desenvolvimento.
	2	Poder nacional e poder político: expressões de poder, poder político, elites, doutrina política, ideologia dominante, cultura política, ordem vigente.
Núcleo político	3	Objetivos nacionais brasileiros: identidade nacional, interesses e aspirações nacionais, elite brasileira, objetivos nacionais permanentes e atuais, política nacional, estratégia nacional, segurança e desenvolvimento.
	4	Ordem política: a democracia liberal anticomunista - regime político, democracia e autoritarismo, anticomunismo, democracia liberal, democracia social, opinião pública, instituições sociais.
	5	Ordem econômica: o neocapitalismo anticomunista - sistema econômico, capitalismo liberal, socialismo marxista, neocapitalismo, mercado livre, estado regulador.
	6	Segurança nacional: insegurança, óbices, fatores adversos, guerra contemporânea, guerra e ações psicológicas, ordem pública, ordem interna.
Núcleo instrumental	7	Método de ação política: estratégia, planejamento, informação, mobilização e logística nacional.



gerações de segurança nacional (1906-1985) e institucionalizada desde, ao menos, 1975 através de um “Manual Básico” (Arruda, 1983; Stepan, 1986).⁴

Nesse propósito, analiso descritivamente as edições de 1975 e 1983 do Manual Básico – a partir de agora chamada apenas de “doutrina” – correspondentes às ditaduras de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Essa releitura da doutrina aplica uma metodologia específica de categorização do sistema de crenças de elites políticas, conforme análise de conteúdos documentais, a respeito dos grandes temas da política (Poder, Estado e Sociedade) estruturados em três níveis distintos: a) núcleo normativo (deep core): as bases de valores fundamentais, conforme crenças ontológicas; b) núcleo político (policy core): estratégias básicas e posições políticas para efetivar as crenças fundamentais em determinada área específica; e c) núcleo instrumental (secondary aspects): informações e ferramentas para efetivar o núcleo político por meio da ação política (Jenkins-Smith e Sabatier, 1993; Bardin, 2009). É o que passo a analiticamente descrever.

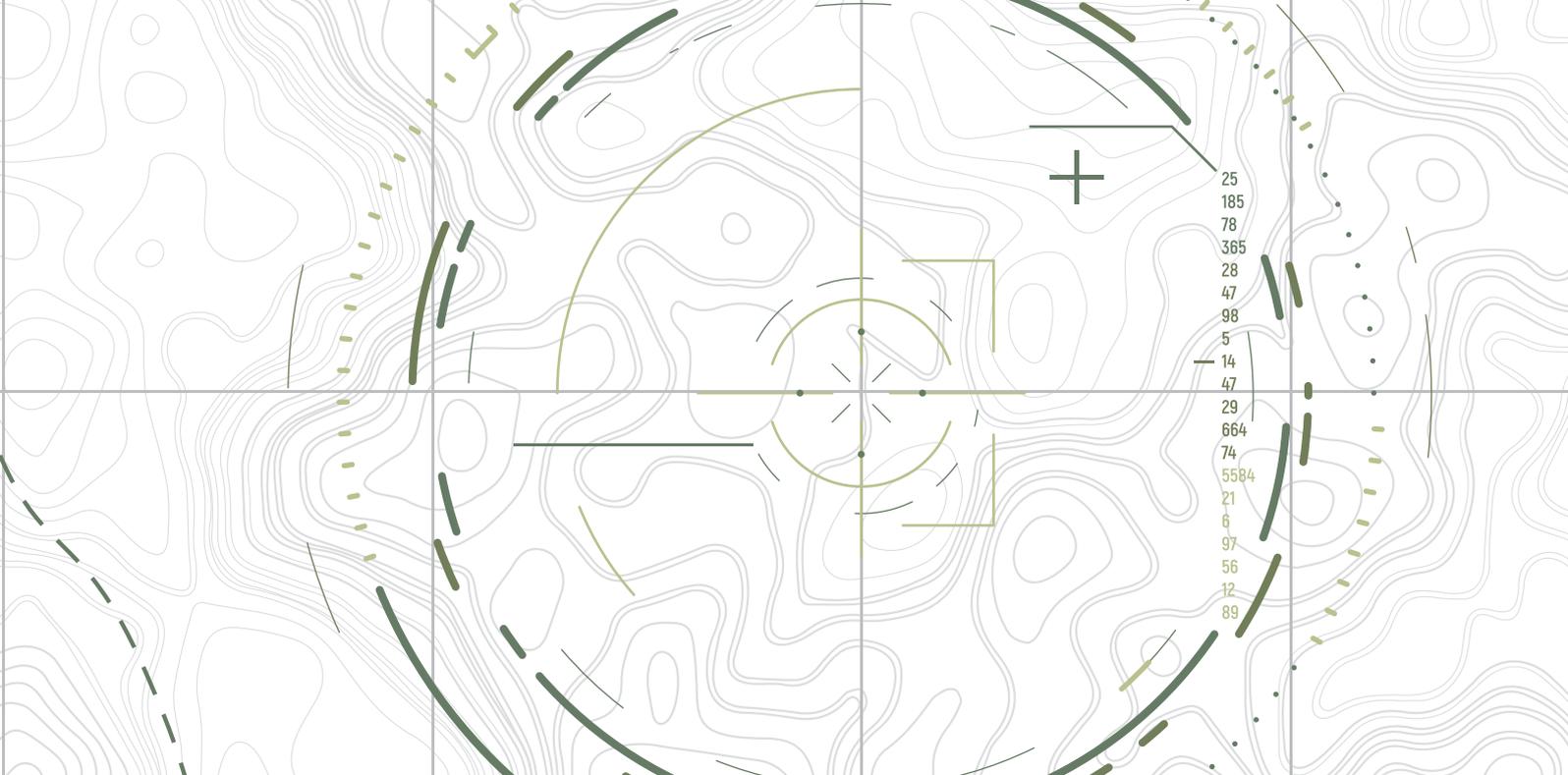
SOCIEDADE POLÍTICA: A EVOLUÇÃO DA NATUREZA HUMANA

A primeira categoria do núcleo ontológico reúne um conjunto de crenças sobre a natureza humana: o homem – e assim o ser humano é definido – é uma pessoa humana em razão da “existência de uma lei natural e eterna, cuja fonte é Deus, fim para qual tendem os homens” (Brasil, 1983, p.34). Assim, a doutrina assume como pressuposto existencial a crença no divino e o humanismo cristão como sistema de valores morais.

Nesse sentido, o homem seria naturalmente movido pelo interesse e por necessidades materiais ou imateriais, conscientes ou não. Basicamente, essa racionalidade se fundamenta em quatro interesses vitais: vida e segurança (existência e sobrevivência); participação e criação (engendrar ou mudar valores); integração social (adaptação ao meio ambiente); e espiritualidade (Deus cristão). Desses naturais interesses vitais emergiriam aspirações, expectativas que se transformam em valores, advindo do mundo social que “se impõem a nós, não dependem de nossas tendências, preferências e ainda seu reconhecimento por nós não lhes dá consistência (...) e, portanto, constituem fontes de deveres” (Brasil, 1983, p.29). E assim esses valores formam a “consciência moral” do homem, uma ética do dever ser (Brasil, 1983, p.29).

Foi assim que o homem se constituiu um ser gregário, vivendo necessariamente em grupos sociais. Daí que sua sobrevivência esteja naturalmente voltada para vínculos comuns, unidade de ação, conservação, coesão e a consequente criação de convenções, normas, práticas e atitudes sociais. Enquanto um “animal social” que age por interesses vitais, o homem necessariamente buscaria um objetivo: especificamente alcançar aquelas “necessidades vitais”.

Na doutrina, esse objetivo principal é sintetizado nas ideias abstratas de bem comum (coletivo) e bem-estar (individual), que atenderiam tanto às necessidades materiais quanto transcendentais do ser humano. Por sua natureza humana, o homem buscaria o bem comum e exerceria sua liberdade sem “inviabilizar outros projetos pessoais e a vida comunitária como um todo” (Brasil, 1983, p.31-32).



ESTADO

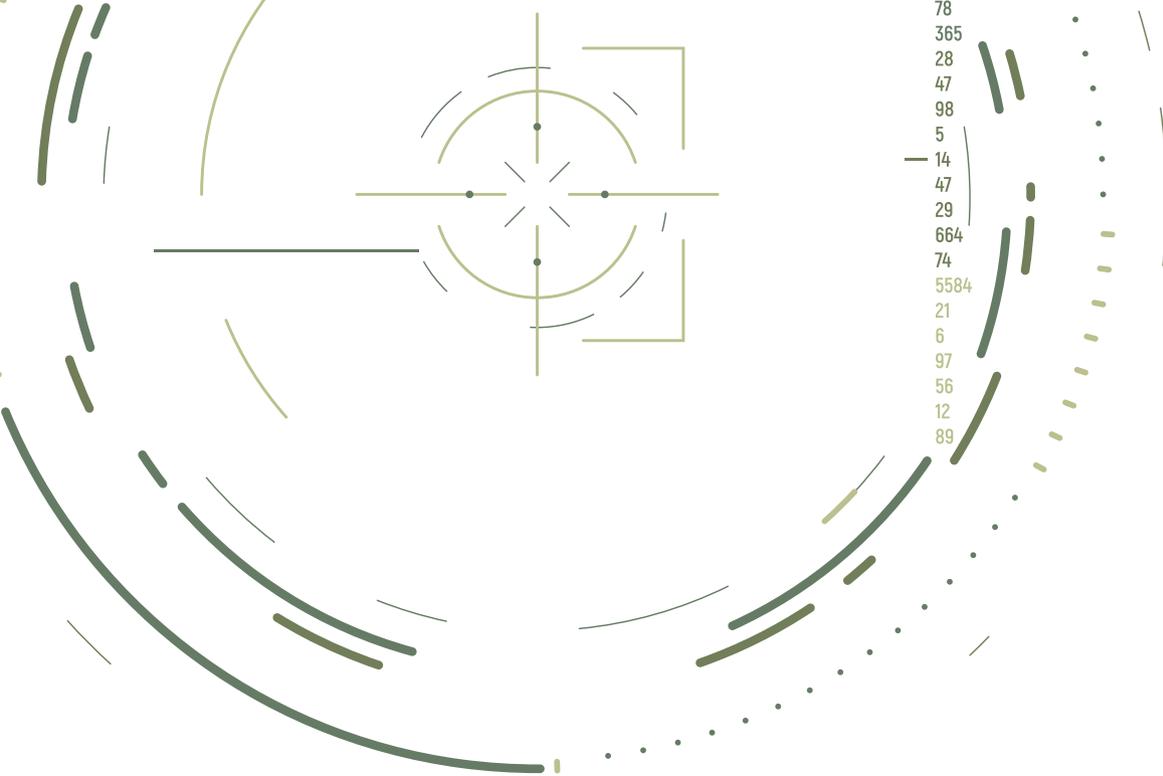
É a partir dessa concepção cristã sobre a natureza humana, combinada com uma interpretação histórica sobre a evolução humana, que a doutrina formula sua visão ontológica sobre a organização social. Primeiro, a sociedade é definida como “todo o grupo humano que convive sob certa estrutura de fenômenos sociais, ligado por interesses comuns, sob o influxo de determinado processo histórico-cultural” (Brasil, 1975, p.18-19).

Já a sociedade política, originada principalmente no patriarcado, seria um estágio “evoluído” que reúne três elementos fundamentais: a) o homem: centro e fim de tudo, racional, livre, sociável, ordeiro e orientado pelo bem comum; b) a terra: onde se fixa em determinada extensão de terra, a explora e a conserva sob seu domínio; c) as instituições permanentes: definidas como um “complexo integrado por ideias, normas, padrões de comportamento, relações humanas e, muitas vezes, de equipamento material, organizados em torno de interesses socialmente reconhecidos” (Brasil, 1975, p.20).

Indispensáveis para qualquer civilização, as instituições seriam organismos com “meios de vida de ação superiores em potência e duração aos dos indivíduos que a compõem” (Brasil, 1983, p.33). A primeira delas seria a Nação, definida pela doutrina por vazios conceituais como “espírito comum” ou “consciência moral” daquelas sociedades sedimentadas “pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, ideias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns” e dispostas a conservar, na vida comum, esse conjunto de valores e objetivos comuns (Brasil, 1975, p.18-21).

A segunda instituição permanente decorreria da primeira: o Estado nacional. Embora seja sua fonte, a própria sobrevivência da nação dependeria da existência do Estado, sendo este em termos “orgânicos” a nação “juridicamente organizada” (Brasil, 1975, p.22). Segundo a doutrina, quando a nação “por exigência de ordem e progresso, se organiza através de normas disciplinares da vida coletiva e institucionaliza seus objetivos, surge o Estado” (Brasil, 1975, p.124).

Dessa maneira, o Estado seria “o sistema nervoso do conjunto de instituições nacionais, com função de regê-las”, incumbindo-lhe “dirigir a vida da comunidade, à luz dos princípios, métodos, normas e ações, segundo uma ordem de natureza jurídica e uma missão de unidade política” (Brasil, 1975, p.22). Atendendo ao princípio de ordem, cabe ao Estado disciplinar a vida social pelo ordenamento jurídico, exercendo autoridade segundo as fontes de legitimidade em congruência com a cultura política da ordem vigente (Brasil, 1975).



DOCTRINA

Eis a terceira instituição permanente, as instituições sociais, definidas como “um complexo integrado de ideias, sentimentos, aspirações, padrões de comportamento, relações interpessoais” que incorporam “equipamento material, leis e regulamentos para a manutenção da solidariedade, partição e coesão sociais, indispensáveis à existência e sobrevivência do grupo” (Brasil, 1983, p.156). As principais instituições socialmente estruturantes seriam a família (Brasil, 1975, p.397), a escola e a cultura (Brasil, 1983, p.169), a religião (Brasil, 1975, p. 172-173), a comunicação social (Brasil, 1983, p.164) e as instituições econômicas (Brasil, 1983, p.141).

O conjunto dessas instituições permanentes – Nação, Estado e sociedade – formam para a doutrina um sistema social orgânico voltado para sua própria conservação, pois quanto mais sólidos forem os valores que as caracterizam, mais fortes serão as instituições. Trata-se de uma concepção evolucionista da sociedade e, conseqüentemente, de interdependência sistêmica das instituições humanas. As mudanças são conservadoras, ou seja, dinamizam os valores estáticos, segundo padrões evolucionistas: i) as funções mudam mais do que as instituições; ii) as instituições centrais absorvem mais funções, por isso duram mais; iii) há funções que são eliminadas; iv) o desenvolvimento ocorre através do revezamento de funções conforme a conjuntura (Brasil, 1983).

A “evolução das sociedades” sofreria limitações devido a contradições, “desajustamentos” ou virtuais tendências dessa sociedade que obstruem seu “natural desenvolvimento” (Brasil, 1975). Razão pela qual o nível de integração dessa sociedade seria determinante para seu “estágio evolutivo”, conforme quatro leis evolucionistas: i) correspondência (congruência de princípios); ii) coincidências (combinações favoráveis entre princípios diversos); iii) coordenação (preponderância de uma instituição dirigente); iv) convergência (duas ou mais instituições se identificam e se fundem) (Brasil, 1975).

É partindo de todas essas premissas de naturezas teísta-cristã, orgânica, evolucionista e sistêmica que se concentra a síntese teleológica da doutrina de ação política da ESG: os objetivos nacionais permanentes. Dependentes da formação individual e cultural da nação (fundamento humano), de

peculiaridades do meio físico (fundamento terra) e da qualidade e permanência das instituições (fundamento instituições), esses objetivos traduzem os “interesses e aspirações vitais” nacionais no conceito de bem comum.

Este, por sua vez, é resumido em três ideias globais e de mútua causalidade: i) segurança, definida como “uma noção de garantia, proteção ou tranquilidade em face de ameaças ou ações adversas à própria pessoa humana, às instituições ou a bens essenciais, existentes ou pretendidos” (Brasil, 1983, p.199); ii) desenvolvimento, uma “tecnologia progressiva” definida como um “conjunto de métodos de ação que se aperfeiçoa à medida que cresce o conhecimento das leis naturais” (Brasil, 1983, p.251-255); iii) e a permanência de valores, pela cristalização dos “interesses nacionais” na consciência social, transformando-se em aspirações (Brasil, 1983, p.42-43).

PODER NACIONAL E PODER POLÍTICO

Fixados os fins nos termos acima, restam os meios – o poder – que completam o núcleo ontológico. Para a doutrina, o poder é a vontade humana com meios para se concretizar (Brasil, 1983, p.64); poder é instrumento, um dado de fato “que deve ser compreendido para ser bem utilizado” (Brasil, 1983, p.65); poder é conatural ao homem, uma condição para atender os “interesses” da natureza humana (Brasil, 1983, p.64); e o poder é relativo (subjutivo, impreciso e suscetível a conjunturas de curto, médio e longo prazos).

Nesse sentido, “eis a gênese do poder: para satisfazer seus interesses, deve o homem agir impondo sua vontade de forma a assegurar-lhe o domínio sobre quaisquer outras forças ou óbices que lhe oponham” (Brasil, 1983, p.64).

Por sua vez, a Nação, composta por Estado e sociedade, atinge seus “objetivos nacionais permanentes” conforme os instrumentos que dispõe: o poder nacional. Seria este que cria o Estado e quem estabelece suas competências, finalidades, conteúdo e limites (Brasil, 1983, p.65-70). Quer dizer, o poder nacional estaria para além do Estado, constituindo-se a base real de poder de uma nação. Embora o Estado seja o principal poder nacional, pois concentra os meios coercitivos, outros campos da sociedade exerceriam poder, conforme suas capacidades, recursos e interesses.

Por isso, o poder nacional teria quatro expressões: política, econômica, psicossocial e militar, cada uma composta por seus peculiares fundamentos (homem, terra e instituições), fatores (dinâmicos, determinados pela conjuntura que influenciam os fundamentos), componentes (os elementos estruturais da nação capazes de expressão de poder), e órgãos e funções (instituições que desenvolvem atividades para determinados fins) (Brasil, 1983, p.70-74).

Apesar de cada poder ter seu âmbito de atuação, conforme os efeitos desejados para conquista e manutenção do núcleo político, a busca pela “natural” harmonia poderia, por questões conjunturais, ser relativizada, admitindo-se que uma expressão prevalecesse sobre a outra, de forma temporária (Brasil, 1983, p.66-68). Isso porque, para a doutrina, o poder nacional deve ser naturalmente integrado (todas as expressões se condicionam, se interligam e se complementam).

Já o poder político reúne uma soma de conceitos. Primeiro, a política, compreendida pela doutrina como natural do homem, voltada para a ação, por definição a “arte de organizar e governar um Estado e de dirigir suas ações internas e externas, em busca do Bem Comum” (Brasil, 1983, p.91). Segundo, na leitura histórica da doutrina sobre a “evolução civilizatória” sempre haverá uma elite política responsável por essa arte, cabendo a essas elites “desenvolver a sensibilidade para captar, estimar e interpretar os autênticos interesses e aspirações nacionais” (Brasil, 1975, p.35).

Conforme a “ordem naturalmente estabelecida”, que relega à “não elite” a coadjuvância, em determinados momentos “as elites se apercebem da necessidade de incutir na população interesses, aspirações, valores e objetivos novos, com o fim de impregná-los favoravelmente às mudanças imprescindíveis em prol de um aperfeiçoamento material e espiritual” (Brasil, 1983, p.118).

Para que a “vontade nacional” interpretada por essas elites se concretize, seria fundamental a vigência de uma doutrina política, isto é, “um conjunto de preceitos (regras, princípios, processos e métodos) que servem de fundamento a um sistema destinado a orientar a ação” (Brasil, 1975, p. 84). Esses preceitos são informados pela ideologia dominante, composta por um sistema de ideias produtor de “um programa de pensamento e de ação, com a finalidade de impor normas políticas de

caráter conservador ou revolucionário, lastreadas em valores sociais ou políticos ou concepções religiosas” (Brasil, 1975, p.121). O traço dominante dessa ideologia se refere a seu assento na “tradição histórico-cultural” de determinada sociedade, tendo alçado uma condição de “cultura comum”, “universal” e “supraclasse”, sem prejuízo das demais ideologias fracas, isto é, sem meios suficientes para se concretizarem (Brasil, 1983, p.30;118).

Essa noção de ideologia dominante aponta para a relevância estrutural da cultura política, pois esta reflete o “modo pelo qual o povo reage diante do fato político e se exprime através de canais de participação política, e pelo qual conhece, avalia e opta em face de alternativas, e dá, quando possível, soluções a problemas comuns e estabelece critérios para a escolha de dirigentes” (Brasil, 1975, p.119).

O respeito e a obediência aos costumes e aos valores “naturalmente” estabelecidos é que constituem a ordem vigente, pois “a manifestação essencial da cultura política é a ordem”. Haveria uma tensão natural entre a “ordem do ser”, correspondente ao comportamento prático, e a “ordem do dever ser” ligada ao comportamento ideal, gerando “inconformismo entre as duas ordens” (Brasil, 1975, p.120). É por isso que “uma sociedade será tanto mais estável quanto maior for a adequação desses dois aspectos da ordem” (Brasil, 1983, p.117-118).

OBJETIVOS NACIONAIS BRASILEIROS

O núcleo político do sistema de crenças da doutrina é uma ideologia nacional, orientada por uma interpretação da história nacional e internacional segundo as lentes do núcleo ontológico, fundamentando os conceitos de Nação, Estado e sociedade ao caso brasileiro. Para tanto, delimita uma identidade nacional marcada historicamente pela “frouxidão dos laços sociais” que se opuseram ao modelo anglo-saxão desde o período colonial (Brasil, 1975, p.39-47). Além disso, segundo a doutrina, outros elementos da vida contemporânea vinham trazendo características novas, como a solidariedade, tolerância e fraternidade. Esse complexo, para a doutrina, reúne os seguintes atributos: individualismo, adaptabilidade, improvisação, pacifismo, cordialidade, emotividade (Brasil, 1975).

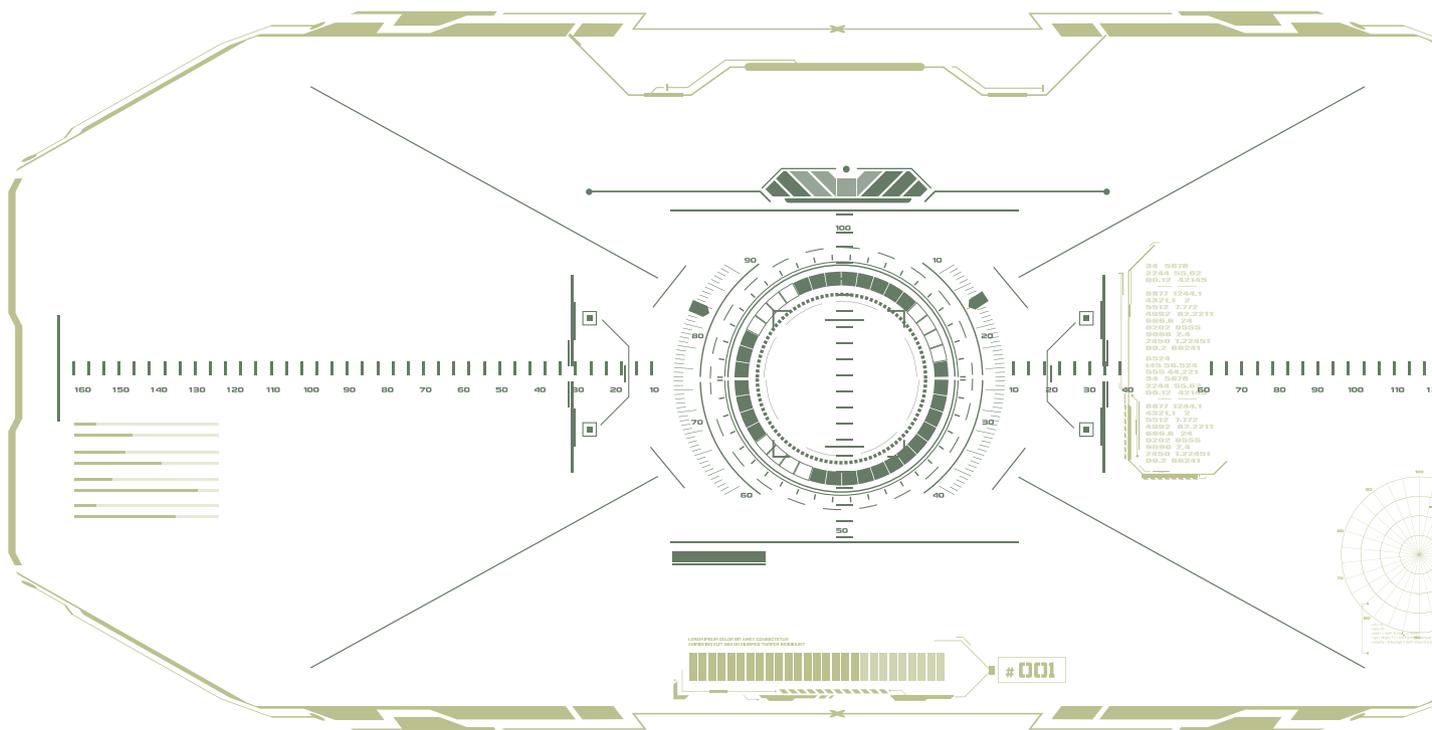
A doutrina atribuiu às elites nacionais o protagonismo dos “grandes momentos” políticos da nação, pois as principais transformações teriam se dado por movimentos de cúpula, sem engajamento popular: independência, abolicionismo e república,⁵ sem a incidência de “opressão, violência e exploração indiscriminada” (Brasil, 1975, p.47). Dessa forma, grupos políticos, religiosos, culturais e militares teriam sido responsáveis pelas maiores mudanças

estruturais e ideológicas da história nacional. Por essa razão histórica, seriam as elites políticas brasileiras as detentoras de “uma visão mais elaborada dos autênticos interesses nacionais” (Brasil, 1983, p.118-119).

A partir dessa leitura histórico-cultural, os objetivos nacionais permanentes (a longo prazo) da nação brasileira seriam a democracia (liberal-social anticomunista), a integridade do patrimônio nacional (território, recursos naturais e tradição cristã), a integração nacional (solidariedade interna), progresso (padrões ocidentais de bem-estar do mundo), paz social (harmonia entre capital e trabalho) e soberania (autodeterminação e convivência com igualdade de direitos e oportunidades com outras nações) (Brasil, 1983).

A curto prazo, mais suscetíveis à conjuntura do momento, os objetivos nacionais atuais (ONA) se adaptam ao poder disponível e são expressão das “etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes” (Brasil, 1975, p.37). Ao mesmo tempo que usam o poder real, estimulam o poder potencial, visando ampliar as capacidades dos objetivos futuros conforme as “necessidades”. Para tanto, é fundamental a política nacional – programa de um conjunto “axiologicamente orientado” do poder nacional em busca dos “objetivos nacionais permanentes”.

Desdobrando-se em uma série de subpolíticas, a política nacional atua nos campos da segurança e do desenvolvimento, em sua causalidade mútua na direção dos “objetivos nacionais” que, segundo a doutrina, no caso brasileiro “não surge, necessariamente, pela voz de seus eventuais governantes, podendo mesmo, em alguns casos, contrariar posições dos detentores do poder” (Brasil, 1983, p.93). Eis a peculiar visão da doutrina sobre a ordem política brasileira.



**R
 E
 D
 O
 R**

DEMOCRACIA LIBERAL-SOCIAL ANTICOMUNISTA

Considerando distinções ideológicas transformadas em normas nas relações de poder na sociedade, o regime político seria “um conjunto de regras e princípios de natureza histórico-cultural que presidem ao exercício do poder” (Brasil, 1975, p. 125). O conteúdo do regime será determinado pela doutrina que o fundamenta. É nesse passo que a doutrina adota o modelo de doutrinas ideológicas antagônicas, optando pela dicotomia conhecida entre democracia e autoritarismo (Brasil, 1975).

De um lado, a autocracia seria o regime em que “a vontade de um é a lei”, ainda que existam instituições que resguardem o poder de fato para o autocrata, à exemplo de César em Roma. Pontue-se que o termo é tratado como sinônimo de totalitarismo (Brasil, 1975). A principal expressão de solução autoritária para a doutrina seria o “comunismo” e/ou o “socialismo”, especialmente de vertente “marxista-leninista”, seguida de outras versões autocráticas como o fascismo (personalista) e o nazismo (personalista, supremacista racial, revanchista histórico, antissemita).

Na outra ponta dicotômica, estaria a democracia liberal-social anticomunista. Originária dos modelos ateniense, inglês (parlamentarista) e estadunidense (presidencialista), a democracia se caracterizaria para a doutrina pelos seguintes elementos: pluripartidarismo leal ao “princípio democrático” (eleições diretas ou indiretas, sufrágio universal ou limitado, obrigatório ou facultativo); estado de direito (sistema de direitos e garantias da pessoa humana e controles do poder estatal); separação dos poderes (sistema de freios e contrapesos – executivo proeminente, judiciário imparcial, legislativo dinâmico); liberdade individual (máximo ângulo da iniciativa não estatal); igualdade de oportunidades (garantia pelo Estado das mesmas oportunidades de ascensão social

DOMINAÇÃO

para todas as classes); direitos e deveres (coerção social dos atos individuais e grupais); e governo da maioria e respeito às minorias, desde de que observados os “valores democráticos” e vedada a defesa de um “igualitarismo compulsório” que “suprime o direito à livre iniciativa” (Brasil, 1975 e 1983).

Apesar de conceituar a democracia da forma acima, a doutrina fazia a opção por uma variação específica que chama de democracia social. Cuida-se de uma junção da democracia liberal com a democracia social: dignidade da pessoa humana com justiça social. Há destaque para o enfrentamento da pobreza, do analfabetismo, do egoísmo e do preconceito. Nessa democracia social, o Estado democrático deixaria de ser expectador da livre iniciativa e passaria a ter “maior participação no processo econômico-social, a fim de regular, com a força jurídico-legal de sua autoridade, as relações entre os indivíduos e os grupos sociais, com a finalidade de propiciar maior bem-estar social, visando promover a justiça social” (Brasil, 1975, p.368).

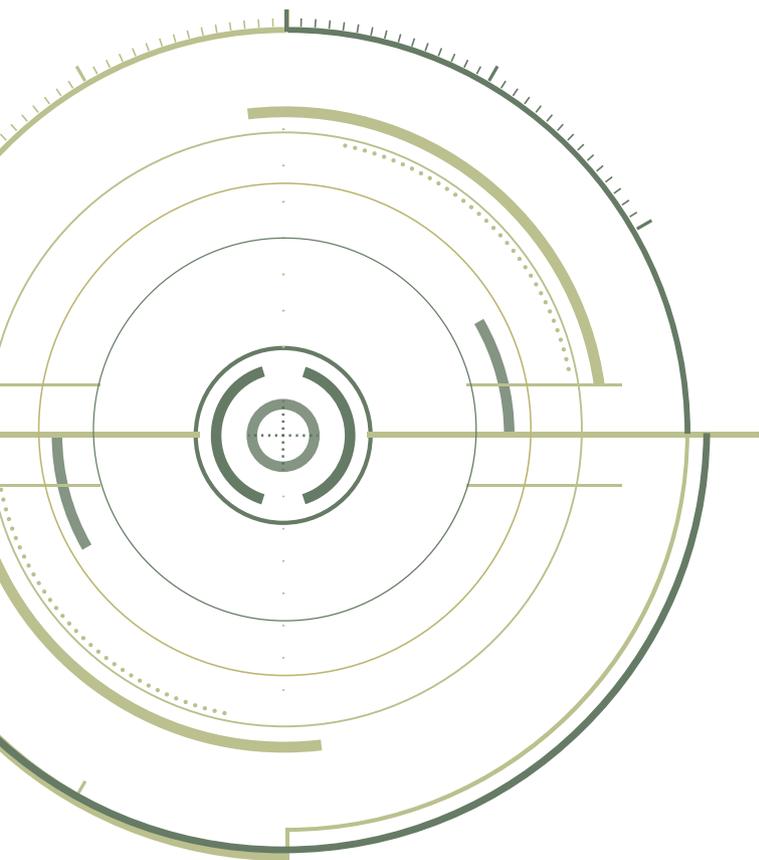
A participação popular se daria por meio da adesão às “aspirações, desejos e interesses nacionais”, assim como no cumprimento dos seus deveres. Quer dizer, participar é delegar poderes a representantes, legítimos tomadores de decisão política. Afora isso, a participação política daqueles “não elite” ocorreria por meio da expressão difusa de suas opiniões, enquanto manifestação de sua vontade individual ou ainda comunitária, podendo ser ouvida e considerada pelos representantes. Em uma sentença: delegar, obedecer e opinar.

A percepção orgânica, sistêmica e evolucionista de democracia aponta o crescimento da relevância da opinião pública na participação popular – o consenso da dominação. Passível de motivação, persuasão, estímulo e influência, para a doutrina seria “notável a forma de controle social que a opinião pública exerce, procurando assegurar obediência dos membros do grupo social aos padrões de comportamento existentes” (Brasil, 1975, p.182-183).

Nesse ponto, como frisa a doutrina, a comunicação social, especialmente a de massa, exerceria “óbvia influência sobre a expressão política” do poder nacional. Mais do que isso, adverte a doutrina, “se bem utilizada pelas elites, a comunicação constituirá fator muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política” (Brasil, 1983, p.119). Sem contar, é claro, as instituições sociais estruturantes, especialmente família, escola e religião segundo o “padrão democrático” e suas associações entre autoritarismo/totalitarismo e comunismo – “marxismo-leninista” ou “marxismo-maoísta”.

NEOCAPITALISMO ANTICOMUNISTA

Embora reconheça uma relação de certa autonomia, a doutrina é clara em realçar os efeitos do regime político no sistema social, visto que o mesmo seria parte de um sistema, mais amplo. Desse modo, o sistema econômico se organizaria segundo o regime de bens (relação dos homens com as coisas) e o regime de pessoas (relação dos homens entre si). A forma como essas relações são ordenadas (regime político) definem qual o tipo do sistema econômico. É aí que, seguindo a máxima dicotômica, se assentam dois sistemas: capitalismo e socialismo marxista-leninista (Brasil, 1975).



Quanto ao capitalismo, seria para a doutrina uma das formas de administração do capital (conjunto de bens capaz de produzir outros bens) regida pela propriedade privada que objetiva o lucro para quem o possui. Conforme reconhece a doutrina, embora se possa vê-lo apenas na dimensão econômica “seria irrealista pensar que ele pudesse ser substituído por outros sistemas econômicos, mantendo-se inalteradas as instituições não econômicas da sociedade” (Brasil, 1975, p. 376-378).

De tal modo que o sistema econômico do capitalismo se comunicaria muito com as demais instituições da sociedade liberal pelos seguintes fundamentos: comportamento racional (homem econômico que busca maximizar ganhos e minimizar os custos); propriedade privada (decisão econômica é da empresa e do indivíduo, sendo o capital acumulável); herança (continuidade da propriedade privada e a não estatização do capital); liberdade de iniciativa (extensão da propriedade privada e condição de “eficiência” frente aos “fatores produtivos”) e de concorrência (condição de “eficiência” e limitadora de monopólios) (Brasil, 1975).

No lado oposto, estaria o sistema econômico do “socialismo marxista”, baseado em três grandes fundamentos: teoria econômica de Marx (valor de uso, valor de troca, salário, mais-valia); luta de classes (processo de autofagia capitalista) e período de transição (eliminação da propriedade privada e monopólio empresarial do Estado). O período transitório da “ditadura do proletariado”, assim como no capitalismo, exigiria comunicação com as instituições não econômicas até o fim do Estado e a implementação do “regime comunista” (Brasil, 1975).

Considerando essas duas dicotomias, a doutrina prescreve um sistema econômico que chama de neocapitalismo ou capitalismo moderno. Partindo da “falência do modelo marxista”, especialmente “decretada” pelo Keynesianismo de 1930, o neocapitalismo rejeitaria o Estado empresário em troca de um Estado ajustador do capitalismo, especialmente na função-consumo e em alguns fundamentos do capitalismo liberal: ética do sucesso (mitigada pela busca do pleno emprego e de elevado padrão de consumo); individualismo (superado pelos valores da cooperação e do trabalho em equipe); comportamento das grandes empresas (que alargam seu campo de atuação para as áreas política, cultural, social e da segurança); comportamento dos consumidores (a escolha racional é mitigada pela escolha irracional estimulada pela propaganda e a criação gradual de necessidades); e a intervenção reguladora do Estado (promover equilíbrio das relações por meio de taxação, de direitos sociais e da distribuição de renda) (Brasil, 1976).

Em relação à intervenção do Estado, a doutrina contrapõe dois extremos: a autorregulação do mercado, insuficiente para conter seus efeitos cíclicos (inflação e concentração); e a “ortodoxia socialista”, na qual o Estado seria a própria economia. E faz a opção intermediária, por um Estado dirigente que assegure um sistema misto de “liberdade econômica” (lucro, concorrência, propriedade privada) e participação do Estado (Brasil, 1975, p. 147-148).

Nesse sistema de economia, o mercado seria o principal ator na tomada de decisões, enfraquecendo o mando e a tradição. Esse mercado seria definido pela “combinação dos centros econômicos de produção, oferta e consumo ligados entre si pelas relações de troca” (Brasil, 1983, p. 141-142). A doutrina evoca o direito natural e sua teoria do “homem não dominado” para descrever o “mercado livre”, espaço “onde a força de consumo integradora de vontades individuais é a formuladora decisiva do padrão da atividade econômica” (Brasil, 1983, p. 141-142). Segundo os “tratados clássicos de economia”, essa seria a forma mais eficiente para o binômio necessidade x disponibilidade (Brasil, 1983).

A SEGURANÇA NACIONAL

A última categoria do núcleo político de crenças dos militares seria uma síntese: a segurança nacional. Presupondo que o poder “não é neutro”, sua prática no seio social produziria um “desgaste natural” e consequentes óbices a seu exercício. Tais obstáculos seriam de “toda a ordem”: materiais e imateriais, condicionantes estruturais ou conjunturais, decorrentes de fatos naturais, sociais ou da vontade humana que “dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais” (Brasil, 1983, p.104).

No esquema doutrinário, esses óbices são divididos em dois tipos, sejam internos e/ou externos à Nação. Primeiro, os fatores adversos – destituídos de sentido contestatório, geram entraves para “a conquista e manutenção dos objetivos nacionais” (Brasil, 1983, p.104). Segundo, os antagonismos, considerados como atitude deliberada e contestatória que se contraponha à “conquista e manutenção dos objetivos nacionais” (Brasil, 1983, p.104).

A TEORIA

de conflitos da doutrina é clara em colocar o antagonismo político no centro de suas razões de segurança, especialmente quanto aos meios dessa ideologia para atingir seus objetivos. Quando possuem capacidade de se contrapor, exercem pressão. Porém, quando essa pressão atinge importância e natureza que constitui ameaça ponderável e real, se transforma em pressão dominante.

É nesta última hipótese antagonica que o Estado estaria “autorizado” a tomar progressivamente medidas extraordinárias (eliminação, redução ou guerra). Mesmo as atividades de oposição política não antagonicas podem ser, potencialmente, também antagonicas, cabendo ao poder político delimitar essa “linha divisória” (Brasil, 1983, p.222).

Partindo desses parâmetros, a doutrina formula sua teoria dos conflitos espelhando as doutrinas em vigência no regime de dominação ocidental. Além da estratégia direta, a estratégia indireta passou a ganhar relevância

preponderante. Para a doutrina, no caso brasileiro, a guerra contemporânea teria duas variações: a guerra revolucionária e a guerra de insurgência. Enquanto esta última se refere à luta anticolonialista (sem maiores atenções da doutrina), a guerra revolucionária “nesta escola, é sinônimo de comunista” (Brasil, 1975, p.281-284).⁶ A estratégia indireta conduzia o conflito antagonico na doutrina – total, global, indivisível e revolucionário – para o campo interno, movendo a disputa do poder político para a esfera psicológica e ideológica. Eis as ações psicológicas e a guerra psicológica (Brasil, 1983).

Ainda mergulhada no plano interno, a teoria de segurança da doutrina trata de eventuais adversidades que comprometeriam a ordem pública, seja individual (garantia de direitos como liberdade, propriedade, locomoção, proteção contra o crime, saúde, educação, subsistência e oportunidade social), seja comunitária (estabilidade das relações políticas, econômicas e sociais, com preservação da propriedade, do capital e do trabalho conforme interesse social). Garantir a ordem pública, assim definida, seria dever do Estado por meio da segurança pública.

Do mesmo modo, à defesa pública caberia disciplinar o comportamento da sociedade por meio de um “conjunto de atitudes, medidas e ações adotadas para garantir o cumprimento das leis de modo a evitar, impedir ou eliminar a prática de atos que perturbem a ordem” (Brasil, 1983, p.202-205). Quando, pelo contrário, a natureza da ameaça ou violação for antagonismo ou pressão, a dimensão de segurança é de ordem interna, dividida entre a segurança interna (sensação global) e a defesa interna (ação específica).

Note-se que haveria uma “faixa de sobreposição” entre as duas ordens, visto que “algumas violações capituladas como da esfera da Segurança e da Defesa Pública [...] serão também de interesse da Segurança e da Defesa Interna” (Brasil, 1983, p.205). A segurança externa se volta contra os “antagonismos ou pressões de origem externa, de qualquer forma ou natureza, que se manifestem ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais” (Brasil, 1975, p.261).

ANTAGONISMO AMEAÇA

A soma dessas dimensões e esferas de segurança e defesa culminariam, enfim, na definição do conceito de segurança nacional como a “garantia em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, a despeito de antagonismos e pressões existentes ou potenciais” (Brasil, 1983, p.206).

Essa configuração de segurança nacional, muito mais abrangente do que a noção de defesa nacional (e não excludente), tem impactos no exercício de liberdades políticas, especialmente pela oposição. Isso porque práticas políticas de contestação democrática podem potencialmente representar essa ameaça, ainda que não sejam inicialmente assim reconhecidas. É o que fica mais claro nas três escalas de ações de segurança interna (preventiva, repressiva e operativa), especialmente aquelas do âmbito preventivo e por meio da expressão política do poder nacional (Brasil, 1983, p.205-219).

MÉTODO DE AÇÃO POLÍTICA DA ESG

Por derradeiro, o núcleo instrumental de crenças encerra a estrutura da doutrina da ESG. Voltado para a ação política, é nesse momento que o núcleo político, derivado das crenças ontológicas, ganha contornos práticos visando transformar o pensamento em ação seguindo os postulados da teoria de sistemas e da decisão. Em uma palavra: o planejamento estratégico⁷.

A noção de planejamento cuida de uma série de técnicas racionalizadas baseadas na burocracia do Estado e da Sociedade que reúne um banco de dados quantitativos e qualitativos sobre todos os poderes nacionais, especificamente sobre cada uma das expressões e seus elementos. Desses dados são produzidas informações para antecipar hipóteses sobre o futuro a curto, médio e longo prazos, desenhar cenários e linhas de ações que subsidiem as grandes decisões políticas (Brasil, 1983).

Já a estratégia seria a arte de unir fins e meios, da forma mais eficiente e eficaz possível. Uma vez definida a política, caberia à estratégia “criar a forma de impor essa vontade (política), pela escolha da linha de ação mais favorável entre as várias opções, particularmente no que se refere à repartição de recursos, à concentração de esforços, à prioridade a estabelecer, à correta aplicação dos meios” (Brasil, 1983, p.102-103). A estratégia está ligada à política, pois esta também atua normalmente usando “a persuasão, a negociação, a conciliação e, se possível, o consenso” (Brasil, 1983, p.107). No entanto, enquanto os fins ou objetivos mudam lentamente, “a estratégia idealizada para alcançá-los varia sempre”, o que faz da conjuntura a principal lei da estratégia e da ação política (Brasil, 1975, p.98).

Sendo assim, o levantamento de informações estratégicas seria a condição vital para o planejamento da ação política. Basicamente, a metodologia da doutrina comportaria duas fases: a formulação da política nacional (o que fazer) e da estratégia nacional (como fazer). A avaliação da conjuntura orienta as duas fases, pois é dela que se identificam necessidades básicas, óbices, a real capacidade do poder nacional e a prévia dos objetivos nacionais atuais. Com isso, a análise de conjuntura condicionará toda a ação política, daí seu papel instrumental vital.

Nesse sentido, a avaliação do poder nacional caracteriza os antagonismos (voluntários) e as pressões (dotadas de poder) em três aspectos: possibilidades, vulnerabilidades e juízo de valor sobre suas capacidades. É com isso que será possível formular indicadores do poder nacional: elementos que permitem estimar (qualitativos) e/ou medir (quantitativos) o valor do poder nacional, quanto às variáveis potencial, conjuntural, tendencial e segurança (Brasil, 1983, p.77-79). Uma vez conhecido, mensurado e estimado, o poder nacional seria preparado (quando insuficiente para os objetivos) e aplicado (quando já disponível) (Brasil, 1983, p.79-81).

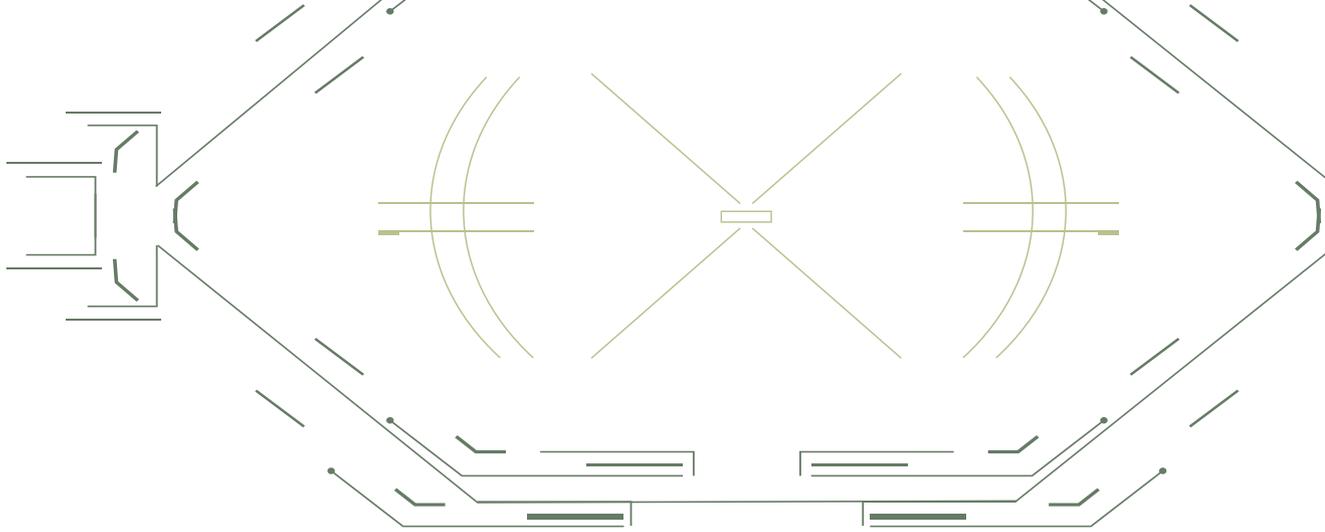
No aspecto próprio da ação, a mobilização nacional constitui a capacidade de absorver e se beneficiar dos “recursos humanos” das expressões de poder conforme os objetivos nacionais, sejam permanentes ou atuais. Isso exige planejamento e preparação, especialmente em tempos de paz. É a mobilização que tem a capacidade de transformar o potencial nacional em poder de fato, ou seja, em preparar o poder nacional (Brasil, 1983). Medidas como “motivar o público interno”, na expressão psicossocial, e a “dinamização do processo de aplicação das leis, dos princípios, e das normas jurídicas, em compatibilidade com a conjuntura”, na expressão política, são exemplos de mobilização nacional (Brasil, 1983, p.317-318). Atingidos os objetivos, passa-se à desmobilização nacional, ou seja, o processo inverso, de retorno “à normalidade”.

Igualmente, são exemplos na expressão política a suspensão progressiva das restrições sobre a liberdade individual e coletiva, a readaptação da estrutura político-administrativa e, na expressão psicossocial, a criação de clima de compreensão interna (Brasil, 1983, p.319-323). Finalmente, a logística nacional seria a responsável por garantir os meios da política nacional, identificando necessidades, obtendo meios e os distribuindo (Brasil, 1983).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que finda o sistema de crenças da doutrina da ESG. Certamente a categorização proposta resulta uma edificação precária, exigindo correções no processo de homogeneidade de cada sentido analítico. Porém, é uma estrutura mínima visando preencher uma lacuna no exame, com maior abrangência, do pensamento dos militares no Brasil. Foi deliberadamente descritiva, justamente para facilitar análises críticas de outras leituras, de seu impacto nas relações civis militares e, principalmente, no comportamento dos militares tanto na ditadura de 1964 quanto depois da mesma.

Nesse sentido, julgo pertinente pontuar algumas observações que considero relevantes para o momento histórico



COESÃO IDEOLOGICA

deste escrito. Primeiro, quanto ao esforço de camuflagem. Como vimos, trata-se de uma doutrina de ação política, deliberadamente ideológica, teísta-cristã em sua ontologia e muito além da teoria de guerra revolucionária. Esse conteúdo ideológico é camuflado pelo discurso racional da técnica, mais precisamente do planejamento estratégico do Estado nacional.

Segundo, que essa camuflagem faz parte de um propósito hegemônico da doutrina, visando sustentar a “direção moral” da ordem de segurança nacional. Conforme já destacava Oliveira (1976 e 1986), a doutrina da ESG foi projetada para exercer hegemonia na sociedade nacional, inclusive a partir de uma ampla e capilar rede de sociabilidade entre elites civis e militares – uma “máquina de hegemonia” estruturada na fraternidade (Vianna, 2019). Foi essa doutrina, gostemos ou não, que por três gerações – 1930/1945, 1945/1964, 1964/1985 – moldou o Estado nacional.

Terceiro, apesar desse molde ter sido produzido por dois períodos autoritários, tanto a ESG quanto a sua doutrina se voltam para “os tempos de paz”, ou seja, para os regimes democráticos. Precisamente: para as democracias de segurança nacional.

Por fim, há de se perceber que a doutrina contribuiu decisivamente para o processo de coesão ideológica das organizações militares. Não apenas das Forças Armadas, mas de suas forças auxiliares: as polícias militares estaduais. Da federalização iniciada em 1937 aos controles subjetivos e objetivos implementados após 1964, essas polícias foram integralmente incorporadas à doutrina de segurança nacional. Instrução, adestramento, disciplina e valores integrados ao Exército, isto é, à doutrina de segurança nacional. Sem excluir o pensamento divergente, a doutrina reduziu drasticamente suas margens, preservando a integridade da organização e a coesão da ação política da instituição militar.

O que restou dessa doutrina nas instituições militares do Brasil? O quanto ela foi modificada ou, como muitos creem, extinta? E no que orienta o comportamento dos atuais altos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica? São respostas a serem dadas nos próximos anos. Porém, e nisso acredito muito, ter clareza da herança autoritária no pensamento político dos militares brasileiros é uma chave de interpretação fundamental do presente. Pode, por exemplo, retirar do plano da “insensatez democrática” declarações de oficiais de alta patente e nos mostrar que, na verdade, seguem uma estrutura ideológica sólida de uma das mais importantes instituições do Estado Nacional brasileiro. ●

Este texto é uma versão resumida de textos apresentados no 42º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) - Grupo de Trabalho 31 de “Teoria política e pensamento político brasileiro - conflito, poder, legitimidade e Estado”, em 2018; e de texto publicado na Revista da Escola Superior de Guerra - edição comemorativa de 70 anos de aniversário, jan/abr 2019. Agradeço a Luis Felipe Miguel, Ana de Oliveira Penido, Ricardo Rodrigues Freire, Gilberto Vianna e Marcelo Viana Estevão de Moraes pelas críticas.

O autor é professor universitário e doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UNB)
rodrigolentz@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. Atual vice-presidente do Brasil, em declaração durante entrevista aos jornalistas Gustavo Uribe e Leandro Colon, da Folha de S. Paulo, em 10 março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/o-povo-e-soberano-se-quiser-a-volta-de-lula-paciencia-acho-dificil-diz-mourao.shtml>. Acesso em 12 mar. 2021.

2. Coelho publicou uma segunda edição da obra, em 2000, sem acrescentar modificações ou atualizações. Por essa razão, manteve o uso da primeira edição.

3. Trata-se de minha tese de doutoramento em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), a ser defendida ainda neste ano.

4. O marco inicial da primeira geração de segurança nacional se refere às reformas profissionalizantes de Hermes da Fonseca e Rio Branco, com a primeira “missão alemã”, estendida até 1910, responsável pela reabertura da Escola da Praia Vermelha (1911), fundação da Revista Defesa Nacional (1913) e ascensão dos “jovens turcos”, resultando no primeiro formulador da doutrina, o general e político Pedro de Aurélio Góes Monteiro (1930-1945); a segunda geração é de 1946 a 1964, com a criação da ESG, início da Guerra Fria, liderada por militares-políticos

como Juarez Távora e Cordeiro de Farias; e a terceira geração é a da ditadura de 1964. Quanto a fundação, se refere ao primeiro episódio de intervenção (1821) à conhecida “questão militar” (1883-1887).

5. A esse respeito, vale mencionar a pesquisa de Ângela Alonso em que uma realidade oposta é demonstrada. Ver: ALONSO, Ângela. *O abolicionismo como movimento social*. Novos estudos 100, novembro, 2014.

6. Notadamente, a clara ligação do comunismo como uma força antagonica e à guerra revolucionária, típicas do período da guerra fria, são amenizadas no manual de 1983, porém permanecem associadas a regimes autocráticos, como se verá mais adiante.

7. É importante perceber que o mesmo conceito informava o título da “obra base” da doutrina – não da ideologia de segurança nacional, com raízes mais profundas. Em 1955, Golbery de Couto e Silva publicou uma série de trabalhos que havia desenvolvido na escola entre 1952 e 1955, voltados para a produção de uma doutrina de planejamento estratégico nacional que, devido às circunstâncias da época, seriam restritos à segurança nacional.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra. Revista da Escola Superior de Guerra, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 54-60, abril 1984.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

BRASIL. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

BRIGAGÃO, Clóvis; JR. PROENÇA, Domicio. Os militares na política. In: Lúcia Avelar; Antônio Octávio Cintra. (Org.). Sistema Político brasileiro: Uma Introdução. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007, v. 1, p. 375-386.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

COHN, Gabriel. Perspectivas de esquerda. Em: Ianni, Otávio; Singer, Paulo; Cohn, Gabriel; Weffort, Francisco. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.153.

FERREIRA, Oliveiros S.. Vida e morte do partido fardado. Editora Senac São Paulo: São Paulo, 2019 [versão kindle].

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.146.

IANNI, Otávio. Processo político e desenvolvimento econômico. Em: IANNI, Otávio; Singer, Paulo; Cohn, Gabriel; Weffort, Francisco. Políti-

ca e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.62.

JAGUARIBE, Hélio. A renúncia do Presidente Quadros e a Crise Política Brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1, novembro de 1961, p.272-311.

JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. Policy Change and Learning: na Advocacy Coalition Approach. Boulder: Westview Press, 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (orgs.). Militares: Pensamento e Ação Política. Papirus: Campinas/SP, 1986.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). 1976. 211 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

ROUQUIÉ, Alain. Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010[1965], p.341.

STEPAN, Alfred. Militares: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIANNA, Gilberto de Souza. O cruzado e a corrente: a escola superior de guerra como máquina de hegemonia (1949-1961). Revista da Escola Superior de Guerra, v. 34, n. 70, p. 72-95, jan./abr. 2019.



TODOS OS
 EMPREENDIMENTOS
 JHSF REAL ESTATE
 REUNIDOS
 NA MELHOR
 LOCALIZAÇÃO:
 A PALMA
 DA SUA MÃO.

**BAIXE O APP JHSF REAL
 ESTATE SALES E LEVE SUA
 CABEÇA PARA PASSEAR.**



Conheça os inovadores projetos JHSF Real Estate Sales.

As melhores localizações em empreendimentos de campo e residências, com plantas integrando arquitetura e paisagismo, pensadas para renovar o seu dia, todos os dias.

JHSF



Hildete Pereira de Melo
Economista

Ceieça

Uma visão feminista de Maria da Conceição Tavares

Meu encanto por Conceição é uma dízima periódica. A primeira casa decimal data de 1972. Eu, recém-chegada ao Rio de Janeiro para fazer meu mestrado em Informática na PUC, fui apresentada ao livro mais comentado entre os economistas naquele ano: “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”. Essa preciosidade chegou às minhas mãos por meio de Jane Souto, colega de uma amiga minha de turma, Ana Pimentel, também economista. A obra veio acompanhada da pergunta: “Já ouviu falar da autora?”. Acanhada, respondi que não. Jane emendou: “É uma portuguesa maravilhosa, precisas lê-lo”.

A referida publicação originava-se de um texto para discussão do curso da Cepal-BNDE, que circulava no meio acadêmico e político desde 1964, e, enfim, naquele instante, chegava às livrarias. Em Campina Grande (PB), onde cursei Economia, esta literatura ainda não tinha chegado. Àquela altura, já havia lido, cuidadosamente, Celso Furtado, uma vez que meu sonho era trabalhar na Sudene. Ao ouvir a recomendação sobre a obra de Conceição, corri à livraria para comprar o livro naquele mesmo dia. Foi também pelas mãos de Jane que iniciei minha vida acadêmica no Rio, como docente na Faculdade de Ciências Econômicas (UFF), em março de 1973, sob a batuta informal do professor Carlos Lessa.

DEMOCRACIA EM EBULIÇÃO

A sociedade brasileira se mexia, ao mesmo tempo em que o debate político e econômico de resistência à ditadura militar crescia. Foi nessa ambiência que conheci a professora Maria da Conceição: passeatas, debates econômicos no interior do MDB, disputas de chapas para área sindical dos economistas. Conceição e eu estivemos no mesmo lado em todas essas pelejas, sempre pontuadas por marcos importantes. Conceição foi uma figura proeminente na fundação, em 1979, do Instituto dos Economistas do Rio Janeiro (IERJ), órgão de resistência dos economistas. Pedro Sampaio Malan foi o primeiro presidente da entidade, seguido das gestões de Conceição e Antônio Barros Castro (Costa, 2012).

Em meados dos anos 1970, a professora já era uma eminente economista, ao passo que eu era uma jovem economista vinda do Cariri nordestino. Já era algo em comum: o fato de não sermos cariocas, mas, sim, uma “cachopa” e a outra, “paraíba”. Havia ainda um laço sorrateiro entre nós e velado naqueles tempos: éramos mulheres. Ela,

discreta, e eu despertando para as lutas das mulheres. Em 1976, mergulhei de cabeça no debate feminista, enquanto Conceição reinava no debate econômico, nas denúncias da concentração de renda escancaradas pelo Censo de 1970, prova viva de que o desenvolvimento brasileiro era para poucos. Entre 1985 e 1989, fomos conselheiras efetivas do recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça no governo da redemocratização, que deveria ter sido exercido por Tancredo Neves, mas ficou a cargo de seu vice, José Sarney. Conceição levou para o Conselho todo o seu peso na academia.

Nossa relação se intensificou nos primeiros anos da década de 1990, com as manifestações pelo impeachment de Collor. Era um tempo de democracia em ebulição. Em meados da década, Conceição foi convidada pelo seu ex-aluno e grande amigo Aloisio Mercadante para filiar-se ao Partido dos Trabalhadores. A professora tinha uma fidelidade canina ao velho prócer Ulysses Guimarães (1916-1992) e assim votava sempre no PMDB – foi inclusive da Executiva do partido. Àquela altura, o “Dr. Ulysses” já havia falecido e nossos tradicionais partidos políticos que tinham a democracia e a justiça social como bandeira estavam esfarrapados. Chegamos a conversar sobre isso, duas antigas militantes mais à gauche e à deriva naqueles anos. O que fazer, com este ideário e esse Brasil? Como possibilidade em pé só havia o PT.

A PROFESSORA NO PARLAMENTO

Em 1994, Conceição telefonou-me convidando para ir a seu apartamento no Leme para uma conversa sobre sua possível candidatura a deputada federal nas eleições daquele ano. Ela tinha acabado de falar com seus amigos José Luis Fiori e José Carlos Miranda e queria discutir o assunto comigo. Fui imediatamente para o Leme. Sabíamos que o PT do Rio de Janeiro tinha resistência ao seu nome, devido às disputas pela presidência do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ). Ela já havia substituído, em 1980, Pedro Malan, e foi eleita, novamente, no início dos anos 1990. Mas, o espaço político do IERJ era palco de disputas

entre as visões da esquerda e isso havia deixado sequelas nos economistas no Rio de Janeiro (Costa, 2012). Esse “imbróglio” interferia na filiação, porque a cúpula regional do Partido impunha uma “sabatina” com Conceição para aprovar sua filiação. Imagine o tamanho da confusão.

Nessas conversas, sua dileta amiga e ex-aluna Glória Moraes ligou para Vladimir Palmeira e Antônio Neiva Moreira, conhecido como “Sossonho”; o primeiro, deputado federal pelo PT-RJ e o segundo, o mais influente quadro político do PT fluminense. Ambos compraram a ideia e convenceram os militantes contrários do partido, com a simples indagação: “Como sabatar a professora?”. Todos aquiesceram, a razão prevaleceu e filiação foi aprovada. Ela aconteceu festivamente na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e sua amiga e ex-aluna Glória Moraes abonou sua ficha.

No mesmo ato, também me filiei e iniciamos, ainda em janeiro de 1994, a organização da campanha de Maria da Conceição Tavares para deputada federal nas eleições

de 1994. Glória convidou o empresário Chico Dazibao para ser o tesoureiro de campanha. Juntaram-se a nós Sergio Góes de Paula, Carlos Fernando Andrade. Logo, a turma da chapa B das eleições do IERJ abraçou sua candidatura e partimos para o corpo a corpo eleitoral. Não tínhamos recursos financeiros. Dois livros de ouro, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, foram organizados por ex-alunos(as) de Conceição. Sua campanha foi sustentada por essas contribuições.

No corpo a corpo eleitoral, Conceição falou para cerca de cinco mil pessoas ao longo da campanha e percorreu os auditórios de todas as faculdades de Economia do Rio de Janeiro. As caminhadas nos fins de semana pela orla marítima arrastavam estudantes da Pós e da Graduação do IE (UFRJ) numa alegria contagiante. Assim, a professora Conceição conseguiu a proeza de ter sido praticamente a única candidata de opinião que o Rio de Janeiro elegeu na sua história política para um mandato parlamentar. Ocorre que o TSE anulou as eleições parlamentares no Rio de Janeiro por suspeita de fraude. Tivemos de repetir a campanha, com todas as dificuldades de uma segunda arrecadação de recursos. O estresse foi tamanho que Conceição teve um problema de coluna que acabou por exigir uma cirurgia. A professora conseguiu o feito de ter praticamente o mesmo número de votos em ambas as eleições (Melo, 2012 e 2019).

Um fato curioso: Conceição foi a candidata à Câmara dos Deputados mais votada na 16ª Zona Eleitoral do município do Rio, que compreende os bairros de Laranjeiras e Cosme Velho. Ao ver os resultados, ela virou-se para mim e disse: “Vou morar no Cosme Velho, porque lá sou amada”. Dito e feito. Vendeu o apartamento do Leme e comprou inicialmente um apartamento na rua General Glicério, 58. Em 1998, ligou de Brasília avisando que éramos vizinhas. Acabara de comprar o apartamento ao lado do meu. Assim, passamos a conviver ao longo das últimas décadas com muitas conversas, almoços, cafés, idas ao cinema, debates acadêmicos e políticos.

Em Brasília, Conceição ocupou o gabinete 825, no Anexo IV, que tinha sido do Lula e depois do Aloisio Mercadante (1991-1994), que repassou o espaço a ela em 1995 e devolveu a ele em 1999. Gabinete e apartamento funcional estiveram sempre à disposição dos militantes do partido e seus colegas universitários. Nas várias idas a Brasília para militância feminista, eu me hospedei na “República da Conceição” (Mercadante & Gomes, 2012, pp.161-178).

DE VOLTA AO SEU HABITAT

Conceição, modestamente, sempre afirmou que sua função na Câmara Federal foi “ser professora” da Bancada do PT. Porque o embate parlamentar era uma saia justa para ela. Defendia que os projetos de lei fossem atribuições das bancadas partidárias e não decisões isoladas dos parlamentares. O que ia contra a maré tradicional do meio político nacional. Além do mais, a política exigia uma negociação exaustiva, algo que ela tinha dificuldade em vivenciar e explodia com sarcasmo, no jeito “cangaceiro”. Rapidamente, entendeu que o jogo político congressual era além da conta do que podia suportar e muito diferente do embate de ideias do ambiente acadêmico. Lá é que era seu lugar. Não renovaria o mandato. Conceição decidiu que retornaria ao seu habitat, a universidade.

A legislatura de Conceição na Câmara Federal foi recheada de figurões da “elite” intelectual brasileira, Delfim Neto e Roberto Campos dividiam com ela esse palanque. Já debatiam, há décadas as ideias econômicas, na maioria das vezes em lado opostos. O encontro na Câmara Federal, naquele momento em que a agenda desenvolvimentista estava na berlinda, foi uma pândega. O plenário da Comissão de Finanças e Tributária da Câmara nas sessões matinais ficava apinhado de parlamentares e estudantes que não queriam perder uma só cena dos debates acirrados entre ela e Delfim. Ainda que divergentes no campo das ideias, nunca foram adversários. O maneiroso Delfim fazia meio de campo com Conceição em algumas pautas. Ajudou, por exemplo, a coletar assinaturas para a proposta de taxaço

de grandes fortunas, projeto que Conceição desengavetou e o então presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou em plenário.

A professora contava, com seu estilo absolutamente inigualável, que estava por perto quando ouviu o cochicho de Delfim com outro deputado que tentava convencê-lo a apoiar a proposta. No que o interlocutor disse: “Como vou assinar se sou contra?”. O ex-ministro respondeu de pronto: “É só para ir a plenário. Lá votamos contra”. Claro o projeto não andou.

ENFIM, LULA LÁ

A vitória, em 2002, de Lula para presidente da República encheu-a de esperanças. Muito embora Conceição tenha sido contrária à famosa “Carta aos Brasileiros”, costurada pelo Antonio Palocci. A professora chegou a ficar doente por conta desse episódio. Na prática, em um gesto para sossegar a Faria Lima, Lula se comprometia a não mudar a política econômica de FHC. Conceição não se conformou e explodiu. Foi parar, por estupidez médica, em uma cirurgia arriscada. Teve seu tórax aberto para receber o diagnóstico que seus pulmões estavam limpos. A intervenção jurídica a tirou do campo de batalha da campanha eleitoral.

Durante o primeiro mandato de Lula, foi muitas vezes recebida pelo presidente para discutir pontos relativos à política econômica, pilotada por Antônio Palocci. Quase sempre, diante das recorrentes reclamações, sobretudo em relação à taxa de juros, Lula ligava para Palocci e dizia: “A Conceição está indo aí conversar com você. Escute ela!” E lá ia ela. Era recebida, com todos os rapapés do mundo, cafezinho e beijinhos. Mas, tudo não passava de um ritual sem consequências. Suas reclamações e sugestões com relação à condução da política econômica eram letras mortas. Até que desistiu dos encontros com Lula.

CARLOS FRANCISCO E CONCEIÇÃO

Com a morte do “Mestre Furtado” (como ela referia a ele), em novembro de 2004, economistas heterodoxos, com o apoio de Lula, criaram o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2005–2007), dirigido por Conceição e por Luiz Gonzaga Belluzzo. Ela convidou-me para ser diretora financeira naquela gestão. O Centro foi estruturado numa negociação com o BNDES e instalado no subsolo do edifício do banco. Seu amigo Carlos Lessa presidia o banco. Após um embate com o

então ministro do Desenvolvimento, Luís Fernando Furlan, Lessa foi demitido. Ainda permanecemos no Centro, na sede do BNDES, até 2007.

“Carlos Francisco”, como Conceição gostava de se referir a ele, não perdoou o presidente Lula, e Conceição ficou no meio: de um lado, Lessa, seu amigo de todas as horas; do outro, Lula, por quem a professora nutre respeito e carinho até hoje. Lessa e Conceição ficaram uns tempos sem se falar. O amuo durou anos. Eu e Glorinha éramos confidentes dos lamentos de Conceição pela distância do amigo.

Em 2019, Glorinha e eu resolvemos entrar em cena e combinamos a reconciliação por intermédio de Darc Costa, grande amigo de Lessa. Darc articulou o encontro. Todos disseram sim. Devido às dificuldades de locomoção da professora, o gentleman Darc, apesar da distância de cerca de 500 metros, apanhou Conceição comigo e seguimos para o casarão da esquina da Ladeira do Ascurra com a Cosme Velho, onde o professor Lessa, morava. A Glorinha e o Lessa já estavam lá nos esperando. Foi emocionante o encontro, ambos combatidos pela idade, mas lúcidos e emocionados. Ela foi recebida pelo anfitrião: “Ceixa, como vai!?” Os anos de separação sumiram, nunca haviam estado distantes, e a prosa sobre o Brasil seguiu calma.

Era como se nós lá não estivéssemos. Os dois eram os estudantes dos anos 1950 que sonhavam com um Brasil que não aconteceu. O tempo havia passado, mas a amizade estava intacta. Essa foi a última vez que se encontraram, trocaram afetos. A idade cobra seu preço, e, no ano passado, o professor partiu, em plena pandemia. E Ceixa chorou pelo velho amigo.

Hoje Conceição não é mais minha vizinha. Subiu a serra. Falamos semanalmente para matar as saudades das prosas políticas trocadas ao longo de tantos anos. A velha Ceixa, do alto dos seus 90 anos, ainda faz furor, nas redes sociais, com as postagens de antigas gravações de palestras/aulas proferidas no passado, e que caem como uma luva no Brasil de 2020 e 2021. O pensamento de Conceição ressoa também na divulgação pelas redes dos artigos “Restaurar o Estado é preciso” (Inteligência, 2017) e do “Um pacto restrito ao investimento e emprego” (Inteligência, 2019). Neste último, ela afirma que “o realismo é necessário, o governo não é nosso” e ousadamente propõe um pacto ao governo Bolsonaro para investir 50% dos recursos das privatizações – tão sonhadas pelo então poderoso ministro da Economia, Paulo Guedes – em novos investimentos. Conceição justifica a proposta diante da penúria da população pelo desemprego, subemprego e o desalento que alcançava quase 40 milhões de pessoas naquele ano. Quando eu e sua filha Laura contamos o burburinho que seus artigos provocam no meio acadêmico, Conceição ri muito. Como só Conceição sabe rir. ●

A autora é professora da Universidade Federal Fluminense
hildete43@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Costa, Fernando Nogueira da. “De Maria da Conceição Tavares ao capitalismo financeiro”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org), Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 179-204.

Fernandes, Maria Cristina, Pacto pelo Investimento, Valor Econômico, Caderno EU 8, 27/09/2019.

Melo, Hildete Pereira de, “Conceição Tavares: uma mulher política”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org), Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 205-226.

Melo, Hildete Pereira de (Org). Maria da Conceição Tavares, vida, ideias, teorias e políticas, São Paulo, Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, Centro Internacional Celso Furtado, 2019, download gratuito http://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Livro_Maria_da_Conceicao_Tavares_WEB.pdf

Mercadante, Aloisio; Gomes, Gerson, “Uma economista no parlamento”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org). Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 201, pp. 161-178.

Tavares, Maria da Conceição. Restaurar o Estado é preciso, Inteligência, Rio de Janeiro, out-dez. 2017.

Tavares, Maria da Conceição, “Um pacto restrito ao investimento e emprego”, Inteligência, Rio de Janeiro, jul-set. 2019.



LEGADO JK O RIO SE FOI

RODRIGO GOMES DA COSTA

Historiador



Areia. Cimento. Tijolos. Trabalhadores. Construir. Destruir. Remodelar. Obras públicas sempre fizeram parte do cotidiano do Rio de Janeiro. A configuração da cidade foi ditada, não apenas pelas influências geográficas e ambientais, mas principalmente pelas condições políticas, administrativas e econômicas (Cavalcanti, 2004:19). Em 1836, a Regência editou um decreto criando a Administração de Obras Públicas do Município da Corte, subordinada diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Já na República, o famoso prefeito Pereira Passos, escolhido para a chefia do executivo municipal pelo presidente da República, escreveu seu nome na história carioca como aquele que transformou a cidade na grande vitrine da nação e buscou imprimir nela os símbolos do progresso (Azevedo, 2016). Eram os ventos da *Belle Époque* que sopravam por aqui.

A intervenção do governo central no Rio – antes a Coroa e depois a União – se confunde com a própria história da cidade. Em 1834, com o Ato Adicional, a capital foi desmembrada da então província do Rio e se tornou o Município Neutro. O império decidiu, assim, a sua supremacia na gestão da cidade, onde até mesmo o ministro da Justiça envolvia-se frequentemente no dia a dia da cidade e da polícia local. “O Município Neutro era administrado por uma câmara municipal subordinada diretamente ao Ministério do Império e às decisões da Assembleia Geral” (Freire e Sarmiento, 2004: 25). O governo republicano, apesar de não ter tomado para si o comando integral da cidade, buscou ocupar o poder em sua sede e manteve um mínimo de autonomia local com uma Câmara Municipal eleita (Freire, 2000:41-66).

Na República, o poder central foi o responsável por administrar e cuidar do município, ainda que delegasse uma parte dessa responsabilidade a um prefeito escolhido por si, conforme a Lei Orgânica decretada pelo Congresso Nacional (Brasil, 1948). Graças a sua capitalidade, ou seja, sua característica de possuir valores e símbolos que a tornam uma cidade diferente das outras, o Rio acaba por se transformar em uma referência nacional (Azevedo, 2002:45-64). Devido a isso, os ideais das mais diversas áreas da cultura, política e sociedade tendiam a chegar primeiro por aqui e só depois eram então difundidos pelo país. Entretanto, com a construção de Brasília, o foco da União acabou por ser transferido para a nova cidade que estava sendo construída. Problemas históricos do Rio acabaram por se aprofundar, visto que agora a “locomotiva” puxava outros “vagões”, deixando os antigos a sua própria sorte.

CHUVAS, ENCHENTES E FALTA DE ÁGUA

O Natal de 1958 ficou na memória de muitas famílias da região da Praça da Bandeira. O temporal deixou rastros de destruição na Rua Sotero dos Reis e adjacências. Para salvar as vidas de sua esposa e filhos, o morador Francisco Oliva precisou recorrer à escadaria de sua residência como local de refúgio enquanto a correnteza de 1,5 metro de altura arrasava com tudo o que encontrava pela frente e destruía a sua casa. Apesar dos prejuízos, restaram-lhes a roupa do corpo e suas vidas. Outros vizinhos não tiveram a mesma sorte. Ao menos 40 pessoas morreram nessa enchente e nos desabamentos pela cidade, além das dezenas de desabrigados (*Última Hora*, 24 de dezembro de 1958. Edição 00014).

Após cada chuva, e nem precisava que esta fosse muito forte, as ruas, becos e avenidas da cidade se tornavam grandes lagos, muitas vezes sendo necessário o auxílio de botes para percorrer de um lugar para outro. Bastavam alguns minutos para que diversas áreas da Zona Norte até a Zona Sul ficassem com inundações de 60 cm, que acarretavam paralisações no trânsito, impedindo as pessoas de se locomoverem e chegarem em suas casas ou nos seus trabalhos. Além dos riachos que cortavam a cidade – que transbordavam após as chuvas –, o sistema de esgoto não dava vazão a toda água que caía. Em 1957, apenas um terço de todo o Rio possuía sistema de esgoto para atender uma população que já ultrapassava um milhão de pessoas e continuava crescendo (Costa, 2021). Essa rede, além de insuficiente, já estava obsoleta e não conseguia mais comportar os escoamentos. Rompimentos de tubulações eram constantes, e o fantasma de toda a capital “sucumbir a um dilúvio de lamas” rondava periodicamente os cariocas (*Última Hora*, 23 de junho de 1958. Edição 2444).

Após as chuvas, a lama se tornava um problema e tomava conta das vias. Durante os temporais, os barrancos eram arrastados pela força das águas. E não só isso: muitos barracos também eram levados pela força das águas, carregando consigo os poucos móveis das pessoas mais carentes. Com as ruas enlameadas, os automóveis deslizavam e se chocavam uns contra os outros ou em alguma construção. Para cada chuva e inundações, o gasto com limpeza e reparações girava em torno dos Cr\$ 6,5 milhões. (*Última Hora*, 9 de abril de 1957. Edição 2079; *Correio da Manhã*, 1 de junho de 1958. Edição 19993).

O empoçamento das águas da chuva devido ao deficiente sistema de escoamento facilitava a proliferação de mosquitos que invadiam as casas e transmitiam doenças. Várias reportagens da época trazem à tona relatos de surtos de, ao menos, 11 deles: malária, raiva, varíola, tifo,

difteria, tétano, poliomielite, gripe, coqueluche, disenteria e, a já conhecida dos cariocas, tuberculose. Segundo uma entrevista de João Machado, secretário de Saúde do Distrito Federal, somente nas comunidades carentes, comumente chamadas de favelas, 200 mil pessoas nunca haviam sido vacinadas.

O tifo surgia de tempos em tempos, atingindo o subúrbio, principalmente os bairros do Méier, Penha, Cascadura e arredores (*Última Hora*, 27 de novembro de 1957. Edição 2273). Na Zona Norte, por exemplo, devido às infiltrações nas cisternas do bairro de Guadalupe, as casas populares recebiam água e disenteria em seus lares. Há registro de surtos de tifo, como o que ocorreu em 1959 (*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1958. Edição 10836; *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1959. Edição 2783)

A falta de água era outro transtorno frequente na vida dos moradores do Rio de Janeiro. A Sociedade de Amigos dos Bairros da Zona Norte se organizou para ir às ruas em protesto contra a difícil situação de terem as torneiras secas. Saul Rodrigues, então administrador de um conjunto residencial do IAP¹ no Grajaú, afirmou: “Antigamente ainda éramos beneficiados com um pouco de água, que caía,

normalmente, pela parte da noite. Porém, de algumas semanas para cá o problema vem se agravando continuamente em todo o bairro”, ou seja, o que já não era bom estava pior. Além do Grajaú, outros bairros como Méier, Engenho Novo, Sampaio e São Cristóvão eram duramente castigados com a seca. Somado ao protesto, as associações reuniram-se para escrever uma carta manifestando seu descontentamento com a situação, reivindicando melhorias e que deveria ser entregue nas mãos do presidente Juscelino Kubitschek (*Última Hora*, 7 de outubro de 1958. Edição 2535). Na Zona Sul a situação não era melhor. Os moradores saíram nas ruas com a “Procissão da Falta de Água”, entoando palavras de ordem e denúncias de corrupção em esquemas de abastecimento com caminhões-pipas que chegavam a custar Cr\$ 500,00, algo em torno de 13% do salário mínimo da época (Costa, 2020: 357).

Não ter água nas torneiras alcançava níveis catastróficos quando ela era um recurso que deveria ser lançado mão para salvar uma vida, ou vidas, de forma imediata. Durante a gestão de Kubitschek à frente do Executivo federal, diversos incêndios atingiram o Rio, com destruições milionárias, como uma loja de secos e molhados em São Cristóvão que teve prejuízo de Cr\$ 2 milhões e 600



mil cruzeiros; as lojas das camisarias Progresso e Casa Oliveira, que, juntas, tiveram perdas de Cr\$ 29 milhões; e uma fábrica de móveis, que amargou um prejuízo de Cr\$ 20 milhões, entre muitos outros. Todos esses incêndios não puderam ser controlados, pois não havia água para debelar as chamas. Impotentes, restava aos bombeiros apenas observar as chamas consumirem tudo o que tocavam. Em outra situação, as operações nos hospitais da cidade foram canceladas, pois não havia água nos centros cirúrgicos para assepsia dos médicos, correndo os pacientes o risco de adquirirem uma infecção por falta de limpeza. Para amenizar os problemas, os servidores dos hospitais buscavam água em pontos diversos da cidade e traziam até o hospital em baldes (Costa, 2021).

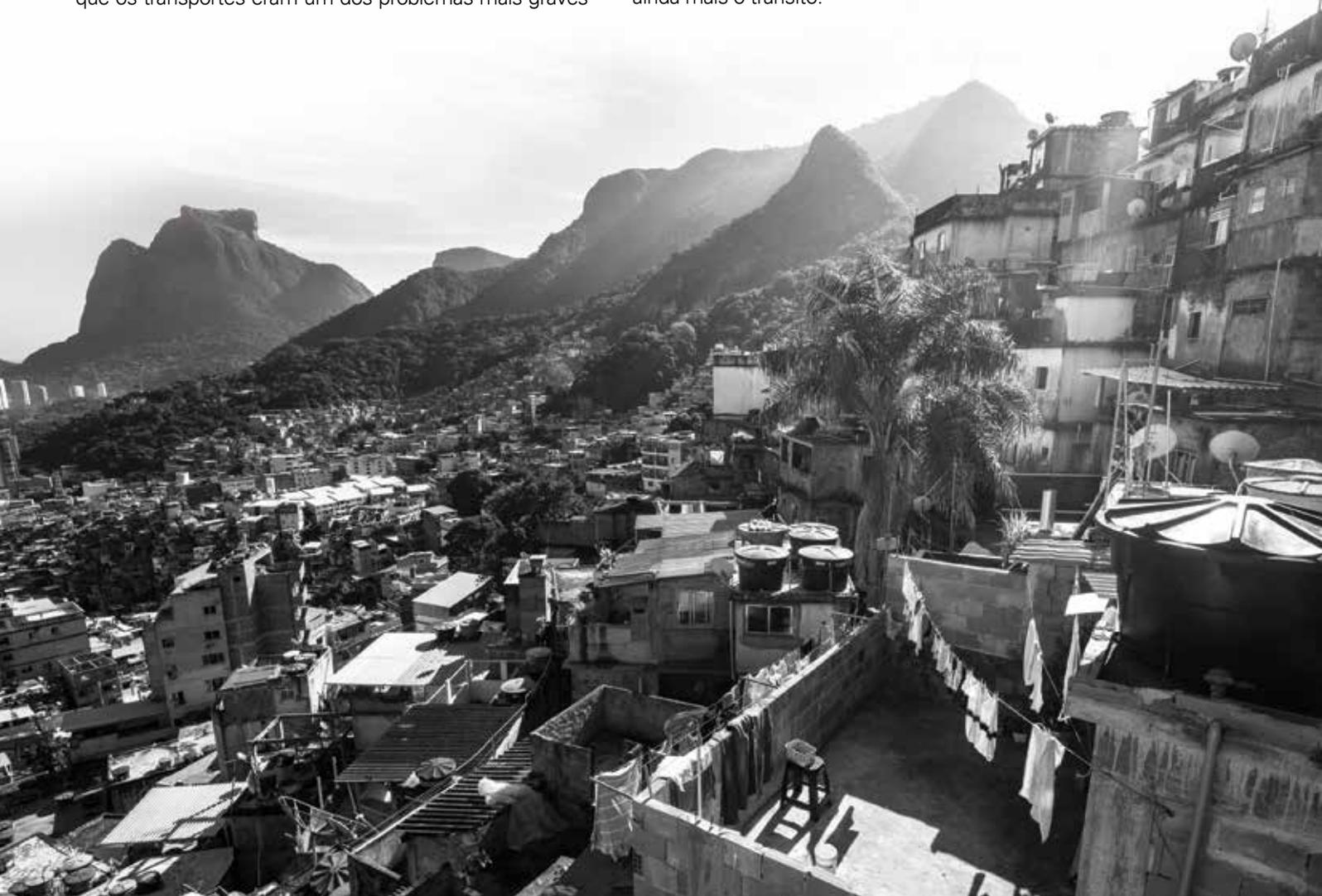
ECONOMIA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Outra área precária era a dos transportes e a mobilidade pela cidade. Por viverem distantes do emprego, os trabalhadores precisavam se deslocar até os seus trabalhos. Quando Negrão de Lima assumiu o cargo de prefeito, em março de 1956, uma enquete foi realizada pelo jornal *Última Hora* entre alguns vereadores. A maioria deles respondeu que os transportes eram um dos problemas mais graves

e que deveriam ser rapidamente solucionados. Não só a oferta, mas também as condições de transporte eram igualmente precárias. Em vários documentários, Jean Manzoni registrou o cotidiano do país nos anos 1950. Por ser próximo de JK, por muitas vezes ele buscou, por meio do seu olhar, montar imagens das obras realizadas pelo Brasil.

Em seu “O transporte dos Cariocas”, podemos captar algumas situações vividas pelos cidadãos em sua luta diária com o transporte público. Tal documentário foi produzido com o objetivo de ser uma peça de marketing e tentar contrapor as chamadas belezas naturais da cidade *versus* ao que ele acredita ser o caos do dia a dia.

O filme se inicia com o sugestivo comentário: “O maior trabalho do carioca é chegar ao trabalho”. No vídeo podemos notar a precariedade do serviço de trens urbanos e bodes lotados, colocando em perigo a vida dos passageiros. As longas filas, o tempo de espera e a falta de conforto no trajeto iniciavam um efeito cascata no qual os atrasos geravam cansaço, que se refletia na queda de produtividade, ocasionando prejuízos ao trabalhador e ao empregador. A precariedade estimulava o transporte alternativo clandestino, que não raro avariava e era inseguro – além de atrapalhar ainda mais o trânsito.



Não nos escapa a atenção às decadentes condições em que os bairros do Rio se encontravam. Como determinava a lei orgânica do município, no seu terceiro artigo, cabia ao Distrito Federal juntamente com a União cuidar de diversas áreas da vida dos seus habitantes, como saúde, assistência pública, fiscalizar a aplicação de leis sociais e difundir o ensino (Brasil, 1948). A Prefeitura buscava fazer obras e alguns melhoramentos, contudo, existiam questões que transcendiam sua capacidade de ação. Muitas obras acabavam por se tornar mais um paliativo e centrado em regiões específicas, como a Zona Sul (Silva, 2020). Quando pressionado para tomar alguma providência no que diz respeito às condições da cidade, Juscelino prometeu facilitar o envio de verbas para a gestão municipal. Aparentemente, promessa vazia.

Segundo o *Correio da Manhã* (21 de janeiro de 1957. Edição 19605) “nada foi ainda efetivado nesse sentido e a Prefeitura, atravessando agora uma crise financeira sem precedentes nesses últimos vinte anos”, chegou até mesmo a suspender os contratos com as construtoras que executavam obras no município. Em tom apocalíptico, o jornal cunha a frase que dá título a este texto: “Seria óbvio salientar a penosa situação em que se encontra o Distrito Federal, sob todos os aspectos, o que vem se tornando uma cidade inabitável, onde o povo não mais encontra as condições (...) que faziam do Rio uma ‘Cidade Maravilhosa’”.

O político JK era famoso por ser um governante que empenhava seus esforços em grandes construções. Quando foi governador do estado de Minas Gerais, ele deixava seu lado construtor visível, mantendo laços estreitos com as empreiteiras. Graças a JK, Minas passou a reunir o segundo maior número de empreiteiras do Brasil. No âmbito nacional, Juscelino não poupou esforços para incentivar a indústria pesada e estimular o setor. No âmbito regional, no Rio, essa fórmula não foi replicada, e, “com a chegada de JK à Presidência, elas [as empreiteiras mineiras] foram carreadas para junto das principais contratantes da esfera federal, que, até então, eram nichos de atuação privilegiada das firmas cariocas”, de forma que, em prejuízo das empresas cariocas, Kubitschek entrega às empresas mineiras a primazia na construção de Brasília, de rodovias e hidroelétricas (Campos, P. H., 2012: 101).

Nesse mesmo período, o Brasil era inundado com capital estrangeiro. O crescimento industrial foi significativo, no entanto, tais investimentos passaram distantes do Rio

de Janeiro. São Paulo, que suplantara o Rio como centro financeiro e industrial do Brasil, atraiu a maior parte desses investimentos do exterior. De acordo com o geógrafo Maurício Abreu, o esvaziamento industrial do Rio se acentuou com o fechamento de diversas indústrias da cidade e mudança destas para São Paulo (Abreu, 1987:115). As documentações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ajudam a encontrar alguns dados dignos de nota. À época ainda não existia o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mas os dados do IBGE possuem o número de pessoas ocupadas por área. E apesar da proibição legal do trabalho infantil, os dados do IBGE calculam os trabalhadores partir da idade igual ou acima de 10 anos de idade.

Na década de 1940, o Brasil possuía uma população de 14.020.123 pessoas com idade igual ou maior a 10 anos e ocupada em atividades rentáveis. Nas ocupações rentáveis, a agricultura estava em primeiro lugar com 9.453.512 pessoas, seguida pela indústria, com 1.790.616 vagas, e em terceiro a área de serviços, com 899.774 ocupados. Nesse mesmo período, o Rio possuía uma população com idade igual ou maior a 10 anos economicamente ativa no quantitativo de 1.406.476 pessoas. Os ocupados em atividades rentáveis somavam 602.874 pessoas, o que significava 4,30% de todos os economicamente ativos em trabalhos rentáveis do país. A principal ocupação rentável na cidade era a indústria, com 161.079 pessoas, fatia essa que representava 26,72% das ocupações municipais e perfazia 9% do total de ocupações na área em todo o país. Em segundo lugar vinha o comércio com 121.300 vagas e em terceiro os serviços com 116.057 pessoas (IBGE, 1940).

Em 1950, ou seja, antes de Juscelino tomar posse como presidente da República, houve um crescimento nas ocupações tanto em caráter nacional quanto local. O Brasil passa a ter 17.070.668 pessoas acima de 10 anos que exerciam atividade rentável. A indústria nacional cresceu em relação à década anterior, tendo agora 2.714.177 pessoas ocupadas na área. O Distrito Federal seguiu essa tendência de crescimento. O Rio passou a ter uma população 954.037 pessoas ocupadas exercendo atividade remunerada alocadas em diversas áreas, representando 5,58% dos ocupados em atividades rentáveis no Brasil.

O segmento que mais empregava no período ainda era a indústria, com 257.128 pessoas, o que significava 26,95% das ocupações em todo o município e 9,5% de todas as ocupações na área a nível nacional. Em segundo lugar, vinha o setor de serviços, com 230.219 vagas, o que representava 24,13% das ocupações municipais. Em terceiro lugar, o comércio, com 149.209 pessoas, ou

15,63% das ocupações da cidade. No início da década de 50 havia um equilíbrio, no Rio, entre a população maior de 10 anos que exercia atividade remunerada em comparação aos que na mesma faixa etária não exerciam, sendo o quantitativo deste segundo grupo o número de 952.487 pessoas (IBGE, 1950).

No entanto, quando comparamos esses dados com os dados do censo de 1960, portanto no último ano de governo Kubitschek, é possível perceber uma mudança no crescimento. Nesse período o Brasil cresceu e o Rio encolheu. Quando aumentamos a lupa, podemos ver onde ocorreram os revezes. Nessa época, o Brasil passou a ter 22.414.539 ocupados em atividades rentáveis, e a indústria nacional a contar com 3.391.676 pessoas. No Rio, a tendência foi de queda. Em 1960, o Rio tinha 1.132.685 ocupados em atividades rentáveis, ou seja, 5% da participação nacional, encolhendo um pouco mais de 0,5 ponto percentual em relação à década anterior. A indústria retraiu-se também, ocupando 243.055 indivíduos: uma diminuição de 14.073 vagas em comparação com o censo anterior de 1950.

Nesse ano, a indústria carioca representava 7,16% da participação nacional, uma diminuição de mais de dois pontos percentuais em comparação com as duas décadas anteriores. Em nível municipal, a participação da indústria encolheu, sendo responsável por 21,45% das ocupações da cidade, um tombo de cinco e meio pontos percentuais

em comparação com censo anterior. A indústria perde o posto que ocupava a décadas, de primeiro lugar em ocupação na cidade do Rio de Janeiro, sendo suplantada pelo setor de serviços com 278.685 pessoas (IBGE, 1960). Até 1960, o Rio representava 27% da renda brasileira; em 1970, tal índice caíra para 19,4%, chegando a 14% em 1980 (Silva, 2004).

A região de Campo Grande, na Zona Oeste, era conhecida como “o sertão carioca”. Essa área era a zona rural da capital, onde grupos de lavradores cultivavam suas plantações de banana, aipim, abóbora, legumes e hortaliças e abasteciam as feiras e mercados da cidade, como também vendiam o excedente para cidades vizinhas, e até mesmo alguns produtos, como a laranja, eram exportados para outros países. Entretanto, os moradores da localidade não eram amparados nem recebiam auxílio do poder público. Em toda a região havia apenas um centro médico, o Hospital Rocha Faria, assim, quando as grávidas entravam em trabalho de parto, deviam a luz em suas casas com o auxílio de parteiras.

Apesar dessa realidade se repetir por todo o Brasil, essas mães em específico não estavam em povoados no interior do país, mas, sim, na capital federal. As poucas escolas públicas que existiam estavam mal localizadas, a quilômetros de distância das casas e sem coletivos que fizessem o transporte, o que acabava por desestimular os

TABELA 1

População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade exercendo atividade rentável e o quantitativo de pessoas nas ocupações das três maiores áreas – Brasil

Brasil	Total de ocupados em atividade rentável	Agricultura	Indústria	Serviços
1940	14.020.123	9.453.512	1.790.616	899.774
1950	17.070.668	9.886.934	2.714.177	1.672.802
1960	22.414.539	11.825.940	3.391.676	2.745.958

TABELA 2

População total com idade igual ou superior a 10 anos de idade exercendo atividade rentável e o quantitativo de pessoas nas ocupações das três maiores áreas – cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro	Total de ocupados em atividade rentável	Indústria	Comércio	Serviços
1940	602.874	161.079	121.300	116.057
1950	954.037	257.128	149.209	230.219
1960	1.132.685	243.055 ↓	157.248	278.685 ↑

Fonte: Tabelas criadas a partir dos dados que constam nos censos do IBGE.

alunos a frequentarem as aulas devido ao desgaste com a viagem. Sem condições de continuarem os estudos, engrossavam os batalhões de analfabetos que já havia. Os poucos colégios que existiam eram mantidos pelos locais por meio das associações de moradores. Essa precariedade se refletia até mesmo na produção: devido às condições, as áreas cultivadas foram diminuindo, encarecendo assim os produtos nas prateleiras dos mercados (*Última Hora*, 5 de maio de 1958. Edição 2402).

Por falar em escola, os alunos sofriam com as condições dos prédios. Algumas escolas não abriam por não terem água, outras não conseguiam oferecer a merenda, ou por não poderem cozinhar ou porque não tinham como lavar os talheres. Já em outras, o mau odor dos sanitários tomava todo o prédio. A escola Marechal Trompowski, por exemplo, já tinha um ano com as torneiras secas (*Correio da Manhã*, 15 de abril de 1956. Edição 19342). O próprio quantitativo de vagas não era o suficiente para absorver todas os estudantes.

Conforme admitido posteriormente por Lucas Lopes, chefe da comissão que criou o Plano de Metas, a educação só passou a fazer parte do plano após pressão exercida pelo ministro da Educação, Clóvis Salgado (Barbosa, 2006: 47). Não havendo vagas garantidas para os seus filhos, vários grupos de mães cariocas ocuparam a sede da UNE exigindo que suas crianças e adolescentes fossem matriculados, muitas outras fizeram greve de fome (*Última Hora*, 11 de abril de 1958. Edição 2383). Um ano antes, outro grupo já havia feito passeata e protestos nas escadarias do Palácio Pedro Ernesto com a mesma reivindicação (*Última Hora*, 18 de fevereiro de 1957. Edição 2038).

O ESPAÇO PÚBLICO

Os espaços públicos da cidade não eram mais nada convidativos. O recolhimento de lixo era irregular, e muitas obras eram iniciadas, porém não eram finalizadas e acabavam por se tornar um transtorno maior do que aquilo que alegavam estar solucionando. De um lugar após outro, o lixo e os detritos eram entulhados na rua, formando as “sapucaias”. Muitos desses entulhos eram feitos pelos próprios garis, visto que, por diversas vezes, eles varriam e recolhiam a sujeira, mas não possuíam um caminhão coletor para fazerem o descarte correto.

O amontoado era um convite para ratos e insetos. Para piorar a situação, era frequente o atear fogo nas “sapucaias” para dar-lhes um fim. (*Correio da Manhã*, 19

de maio de 1957. Edição 19676). Somado a isso, o mato crescia e tomava conta dos espaços. Na Quinta da Boa Vista, existiam formigueiros que se formaram entre o capim, que chegava a quase meio metro de altura. Na Urca, o mato adentrou as praças, sendo relatados até mesmo a presença de cobras circulando pelo local (*Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1959. Edição 20472).

JUSCELINO KUBITSCHKE E O RIO DE JANEIRO

É necessário refletirmos sobre a relação política que JK tinha com o Rio, algo que ia além da relação administrativa. O povoamento do interior do país era a alegação que visava legitimar a necessidade de uma tomada de ação e transferir a capital do litoral para o interior do Brasil. Entretanto, Getúlio Vargas, quando empreendeu um projeto de desenvolvimento para as regiões mais afastadas dos grandes centros e proteção das fronteiras nacionais, utilizou-se da colonização e da criação de territórios federais como forma de aumentar a ocupação nessas regiões (Santos, 2016: 28).

Por meio de um discurso nacionalista, a integração que o Estado Novo buscava levar a cabo visava “colocar toda a população dentro de um projeto de poder que unificasse as partes, uniformizasse as diferenças (...)”. Dessa feita, a interiorização foi projetada, objetivando ser absorvida pelas pessoas da época de uma forma mais fácil. Muitos intelectuais também deram as suas contribuições. O projeto desenvolvido por Vargas era guiado por uma política pública (Santos, 2016: 35).

Já o Plano de Metas de Juscelino era um plano essencialmente econômico, focado em seis grandes áreas como energia, estradas, indústria etc., no qual é perceptível que o Estado investiu pesadamente no capital, ignorando melhorias que visassem o benefício da população em geral de forma direta (Benevides, 1976: 210; Kowarick, 1979: 68, 69). Retirar o centro político do Rio e levá-lo para mais próximo dos grandes donos de terra acabava por aprofundar o modelo latifundiário de ocupação que sempre foi um obstáculo para desenvolvimento e consolidação da democracia no Brasil (Lynch, 2017: 24).

Em um federalismo marcado pelas oligarquias, o centro de poder estar localizado em uma “cidade rebelde” não era visto com bons olhos (Santucci, 2008). A mera ideia de massas de pessoas indo às ruas exercer pressão causava grandes incômodos, principalmente para Juscelino, que achava que os políticos não deveriam estar à mercê de pressão popular. Israel Pinheiro, presidente da Novacap, a empresa pública responsável pela construção de Brasília, afirmou que o contingente populacional do Rio desvirtuava o governo de questões nacionais (Lynch, 2017: 25).

No Rio, a capacidade de mobilização dos trabalhadores da cidade era conhecida por todos. Era sabido que eles possuíam uma representação política muito influente dentro do Congresso Nacional, por meio do PTB, e até mesmo dentro do governo, com o vice-presidente da república João Goulart, como foi mais tarde admitido pelo próprio Juscelino Kubitschek em suas memórias (Kubitschek, 2000: 253).

Assim, nas palavras de Christian Lynch, “a reinstalação do governo federal no meio rural de Goiás, em pleno vazio demográfico, resolveria todos os ‘problemas’ causados ao governo federal pela irrupção da sociedade civil como ator relevante da vida política nacional”, uma cidade no ermo, sem indústrias, longe de operários e seus levantes. Até mesmo os trabalhadores que para lá se mudaram e permaneceram após o fim das construções foram repelidos para as periferias visto que a arquitetura da cidade os manteve longe do plano piloto original e impedia manifestações (Lynch, 2017: 26-28). No discurso de abertura do ano legislativo, o deputado José Bonifácio vaticinou: “Com o Congresso em Brasília, a democracia não funcionará” (Kubitschek, 2000: 342). A modernização que JK buscava não deveria modificar as bases oligárquicas que mais tarde o elegeria como senador por Goiás (Lynch, 2017: 31). Alterar tudo para não mudar nada.

A situação caótica em que se encontrava o Rio foi gerada pelo descaso do governo federal com a cidade e era alvo de protestos de políticos, como deputados federais, moradores e da imprensa. Vereadores tomaram ações para amparar de alguma forma a prefeitura. Uma vereadora criou comissões para avaliar os gargalos que comprometiam as estruturas da cidade. Após estudos, esse grupo estabeleceu três grandes áreas que deveriam ser o foco de atuação e propôs ideias para solucionar o problema (*Última Hora*, 20 de março de 1958. Edição 2366). Na Câmara Federal, um deputado costumeiramente denunciava as condições do Distrito Federal em seus discursos. Ele organizou um relatório em que apontava irregularidades nas prestações de serviços e o entregou à polícia para investigação e penalização dos culpados (*Última Hora*, 21 de dezembro de 1956. Edição 1991).

Em 1957, o Distrito Federal foi adornado para a recepção do general Craveiro Lopes, presidente português. A festa de boas-vindas, mais do que uma recepção, tinha o objetivo de estreitar mais ainda os laços com a ditadura portuguesa. Antonio de Oliveira Salazar governava o país europeu como primeiro-ministro, com mão de ferro, já havia 30 anos e, diante das crescentes críticas internacionais ao colonialismo imperialista na África, Salazar utilizou o governo brasileiro, por meio de JK, como seu porta-voz

nas reuniões das Nações Unidas. O representante brasileiro na Quarta Comissão da ONU chegou até mesmo a afirmar: “Tocar em Portugal era tocar no Brasil”. Na sua política externa, Juscelino defendia que o Estado lusitano não possuía colônias, mas sim províncias ultramarinas. Uma das razões do apoio ao regime autoritário de Salazar era de ordem eleitoral.

Na Câmara dos Deputados, foi apresentado um projeto de lei que dava o direito de voto aos portugueses radicados no Brasil. Na década de 1950, cerca de 900 mil portugueses estavam espalhados pelo mundo, sendo que 615 mil moravam no Brasil. Destes, 300 mil – ou seja, um terço de todos em diáspora – era residente no Rio de Janeiro. Kubitschek, de olho nesse contingente e nas eleições de 1965 em que tentaria retornar à Presidência da República, fazia constantes acenos a essa comunidade. (Ramipinelli, 2007).

A visita do chefe de Estado foi uma oportunidade para o fortalecimento de uma política em que os grupos mais vulneráveis da cidade enxergavam apenas a face violenta do Estado. O DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública), órgão que mais tarde se tornaria a Polícia Federal, possuía um setor exclusivo para reprimir a mendicância. Com o aumento do fluxo migratório, muitos escolhiam a capital federal como destino (Abreu, 1987:118) e, somados aqueles que já não conseguiam a sua inserção no mercado, cada vez mais o número de pedintes aumentava nas vias públicas. Por serem vistos como refugio, o DFSP encampava diversas operações para apreender essas pessoas, com o objetivo de limpar as ruas da sua presença. Em apenas duas operações realizadas, cerca de 800 pessoas em situação de rua foram recolhidas. Já outros foram mortos de forma cruel: enforcados ou sendo queimados vivos enquanto dormiam. Os autores desses crimes aparentemente seguiram impunes (Costa, 2020).

Jornais da oposição como o *Correio da Manhã*, e até mesmo veículos que abertamente declaravam apoio ao presidente, como o *Última Hora*, mostravam seus descontentamentos com os rumos da cidade. Em seu livro, JK escreveu: “Enquanto prosseguiram as obras de Brasília, recrudescia, no Rio, a campanha da imprensa e da oposição contra a transferência da Capital” (Kubitschek, 2000: 211). Juscelino buscou criar a narrativa de uma luta em que ele se consagra vencedor diante de uma grande torcida que se opôs contra sua meta síntese e que tentou atrapalhar a concretização de seus objetivos. No entanto,

mesmo existindo aqueles que se identificavam como antimudancistas (Santos, 2008), os relatos da imprensa, até mesmo daqueles periódicos que se alinhavam com o seu projeto, na verdade denunciavam a falta de interesse político de Kubitschek e seu governo para com a cidade; e mais, a tentativa de silenciar o Rio e sua influência nos assuntos nacionais.

De todos os presidentes do período da experiência democrática [1945-1964], proporcionalmente, os cariocas foram escalados para apenas 10% das pastas, e curiosamente até mesmo Jânio Quadros, presidente oriundo de São Paulo e com uma curta gestão, compôs seu alto escalão com 25% de nascidos no Rio.² Em 1958, com a aproximação da mudança para Brasília, o governo federal – por meio do ministro da Justiça, Cirilo Júnior – apresentou um projeto para transformar a cidade do Rio de Janeiro em Território Federal, o que esvaziaria politicamente a cidade e diminuiria sua representação no cenário político. Se fosse aprovado, o Rio passaria a ter apenas um deputado e nenhum senador. Na prática isso iria “congelar a disputa política na ex-capital federal como forma de neutralizar a

cidade no complexo jogo eleitoral com vistas à campanha presidencial de 1960” (Motta, 1997).

Os editoriais avaliavam que, em última instância, a responsabilidade pelo que estava acontecendo recaía sobre os ombros da Presidência da República. Um periódico dizia:

Achamos ter chegado o momento de S. Exa. se deter por alguns minutos, ao que ocorre dentro do Distrito Federal (...). O presidente da República não pode ser investido das funções de prefeito, mas no Distrito Federal, o prefeito é delegado de imediata confiança do Presidente (...). Não pode, pois, o Sr. Juscelino Kubitschek permanecer omissos ou afastado do que vem ocorrendo de deplorável, melancólico e deprimente na cidade que é o coração do país.

(Última Hora, 24 de março de 1958. Edição 2369)

A população também demonstrava seu repúdio pelo abandono sofrido. Em uma carta à imprensa, um morador escreveu: “O Rio para JK não conta (...). A prova é que sua excelência, que tanto se mata na construção de Brasília, até



hoje não foi capaz de tomar a peito a tarefa de solucionar vergonhoso da Capital, como falta d'água, as enchentes, a miséria do povo (...)" (*Última Hora*, 25 de maio de 1959). Em 1958, uma pesquisa realizada pelo IBOPE afirmava que 60% da população era contra a transferência, como também não concordavam com o marketing feito em torno disso (Lynch, 2017: 25).

CONCLUSÃO

Podemos extrair alguns pontos para concluirmos. Em primeiro lugar, Juscelino Kubitschek virou-se de costas para o Rio por não preparar uma política pública para a cidade que era a principal do país. JK não a incluiu em seu projeto e nem ao menos continuou com as políticas que seus anteriores já praticavam. O *Última Hora* produziu um editorial que, em tom de apelo, informava as mazelas e pedia, como uma necessidade urgente, o socorro do governo federal. A Prefeitura estava de mãos atadas e não conseguiria solucionar os problemas sozinha. Uma atitude deveria ser tomada pela União e esta não poderia mais continuar de braços cruzados.

Historicamente, o Distrito Federal sempre contou com auxílio de verbas federais por meio do Ministério de Obras Públicas, de empréstimos do Banco do Brasil e diversas outras fontes de financiamento. Como quem procurava

ensinar uma lição a JK, o editorial rememora uma mensagem enviada ao Parlamento pelo ex-presidente Rodrigues Alves: "Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional" (*Última Hora*, 9 de abril de 1957. Edição 2079). O boicote da União estava cobrando seu alto preço, e a ausência de vontade política deixava suas marcas.



segundo ponto tem a ver com a aversão ao povo e as tentativas deste em participar nos rumos da nação. Mesmo governando em um período democrático, as alianças e favorecimentos de JK ao grande latifúndio, a preservação de estruturas, a investida no silenciamento da voz da cidade mais politizada do país e o isolamento político mostram que ele era um personagem formatado sob a influência da Primeira República, na qual ele nasceu e cresceu, como também teve a sua vida política talhada ainda sob o manto do regime ditatorial dos anos 40 quando ele foi prefeito de Belo Horizonte.

E, por último, apesar dos avanços que o período JK trouxe para o Brasil, localmente isso não se traduziu em benefícios para o Rio. Com a construção de Brasília e o progresso que essa mudança representava, o Rio passa a ser

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR.

AZEVEDO, A. (2002) Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Depto. Cultural/NAPE/Depext/SR-3UERJ.

_____. (2016) A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

BARBOSA, R. C. (2006). Os planos de desenvolvimento e a educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar. *Tese de doutorado em Educação*. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp.

BENEVIDES, M. V. (1976) O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

CAMPOS, P. H. (2012). A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. *Tese de doutorado em História*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, UFF. P. 101.

CAVALCANTI, N. (2004) O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

COSTA, R. (2020) "Esses elementos que enfeiam a cidade": Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956 – 1960). v. 12 n. 2: Edição 33 – Temporalidades, Belo Horizonte, Vol. 12, n.2 (mai.-ago.).

COSTA, R. (2021) "O Rio de Janeiro aos poucos vai se desmoronando": as condições de infraestrutura da capital federal durante o governo Kubitschek (1956-1960). *Revista Agora, [S. l.]*, v. 31, n. 3, p. e-2020310302. DOI: 10.47456/e-2020310302. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/31977>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FREIRE, A. (2000). Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Editora Revan.

FREIRE, A. & SARMENTO, C. (2004) Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969) Em: MOTTA, M., FREIRE, A., SARMENTO, C. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV.

KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. pp. 68, 69.

KUBITSCHKE, J. (2000). *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

LYNCH, C. (jul.-set. 1997). Uma democracia, duas capitais: o que o Rio pode fazer pelo Brasil. Rio de Janeiro: Revista Insight Inteligência. Ano XX. Volume 78.

MOTTA, M. S. (1997) Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Volume 4.

MOTTA, M. S. (2004). *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

RAMPINELLI, W. (2007) A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. PUC-SP. Nº 17/18.

SANTOS, C. (2016) Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a Marcha para o Oeste. *Dissertação de mestrado em História*. Porto Alegre: PUC-RS.

SANTOS, M. (2008). A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960). *Dissertação de mestrado em História*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB.

SANTUCCI, J. (2008) Cidade rebelde – as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

SILVA R. (2004) Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional [1930-2000]. *Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico*. Campinas: Instituto de Economia – IE. Unicamp.

SILVA, P. S. (2020). Obras públicas, planos urbanísticos e transformações do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948-1975). *Temporalidades*. Edição 32, Volume 12, Número 1, 2020, p. 373-393.

visto como arcaico e representante de um passado atrasado (Motta, 2004:40). O governo federal deixou a cidade à deriva, mostrando que não havia mais vontade política de se resolver as questões da Cidade Maravilhosa. Diversos órgãos públicos, como os institutos de pensões, declaravam estar com o caixa vazio, pois seu dinheiro havia sido desviado para o Planalto Central. Assim, seus segurados e seus funcionários estavam com salários atrasados (Costa, 2021).

No exterior, o Rio é a representação do Brasil – para o bem ou para o mal. Internamente, de tempos em tempos, a União é chamada para jogar o bote e salvar o Rio das

tormentas políticas, econômicas e sociais que a cidade se encontra. Os investimentos para as Olimpíadas 2016, eventos como o Rio +20 e a intervenção federal de 2018 deixam claro essa afirmação. Em 2020, todos os chefes dos três poderes – o presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do Supremo Tribunal Federal – construíram sua carreira no Rio. Hoje, como no passado, o Rio é a síntese do Brasil. ●

O autor é mestrando em História/UFOP
rdr.costa07@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. Instituto de Aposentadoria e Pensões, uma espécie de previdência social da época que além de atuar nas áreas de aposentadorias e pensões, como o próprio nome já diz, atuava também em áreas de habitação, saúde e outros.

2. A lista dos gabinetes ministeriais de cada ex-presidente da República encontra-se disponível on-line no site <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021, às 22h.

FONTES

BRASIL. Lei 217, de 15 de janeiro de 1948 – Lei Orgânica do Distrito Federal. CORREIO DA MANHÃ (1956). Suplícios na Escola Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 15 de abril. Edição 19342.

CORREIO DA MANHÃ (1957). O Rio e seus problemas: ameaça de paralisação de obras públicas – o auxílio do governo federal? Rio de Janeiro, 21 de fevereiro. Edição 19605.

CORREIO DA MANHÃ (1957). O tifo ameaça no mundo de lama podre da Zona Leopoldinense. Rio de Janeiro, 3 de março. Edição 19614.

CORREIO DA MANHÃ (1957). Transformada a cidade numa gigantesca “sapucaia”. Rio de Janeiro, 19 de maio. Edição 19676.

CORREIO DA MANHÃ (1958). As chuvas transportarão os morros para o centro da cidade. Rio de Janeiro, 1 de junho. Edição 19993.

CORREIO DA MANHÃ (1959). Tifo e disenteria em Guadalupe – água poluída nas cisternas. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro. Edição 20215.

CORREIO DA MANHÃ (1959). Transformada em “sapucaia” a Praia de Copacabana. Rio de Janeiro, 20 de dezembro. Edição 20472.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1958). Perigos de epidemia no morro Santo Antônio – água estagnada causa doença nas crianças. Rio de Janeiro, 13 de março. Edição 10836.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1951). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Distrito Federal* (Vol. XVI). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1955). *Censo Demográfico, 1950 - Distrito Federal* (Vol. XXIV). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1956). *Censo Demográfico, 1950 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960). *Censo Demográfico de 1960 - Brasil* (Vol. I). Rio de Janeiro, GB: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE - Instituto Geográfico do Brasil. (1950). *Recenseamento Geral do Brasil, 1940 - Série Nacional* (Vol. II). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O TRANSPORTE DOS CARIOCAS (1955). Dirigido por Jean Manzon. Rio de Janeiro: Jean Manzon Films Ltda.

ÚLTIMA HORA (1956). 22 vereadores falam ao “Última Hora”: água e transportes coletivos – os mais graves problemas do novo prefeito. Rio de Janeiro, 20 de março.

ÚLTIMA HORA (1956). O deputado Sérgio Magalhães acusa: falta de água é caso de polícia! Responde Pereira Braga (diretor do DA) “Não relacionei todas as verbas!”. Rio de Janeiro, 21 de dezembro. Edição 01991.

ÚLTIMA HORA (1957). ‘É uma calamidade pública!’ – Denuncia Negrão. 30.000 crianças (sem escola) a caminho do crime e do vício. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro. Edição 2038.

ÚLTIMA HORA (1957). De uma hora para outra a capital do Brasil pode parar – Rio, cidade condenada pelo excesso de chuvas e falta de recursos! Rio de Janeiro, 9 de abril. Edição 2079.

ÚLTIMA HORA (1957). Flashes do Momento – Mais um flagelo. Rio de Janeiro, 27 de novembro. Edição 2273.

ÚLTIMA HORA. Estudos sobre estudos equacionaram o problema, mas as soluções não vieram. Lama, lixo, esgoto: apontam-se muitas causas – mas as enchentes continuam... Rio de Janeiro, 20 de março de 1958. Edição 2366.

ÚLTIMA HORA (1958). Os problemas da cidade, já agora, são problemas do presidente. Rio de Janeiro, 24 de março de 1958. Edição 2369.

ÚLTIMA HORA (1958). Mães cariocas (lutando por escolas) iniciam greve de fome contra Negrão. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1958. Edição 2383.

ÚLTIMA HORA (1958). Abandono das autoridades arrasa o “cinturão verde” da cidade. Rio de Janeiro, 5 de maio. Edição 2402.

ÚLTIMA HORA (1958). A rede obsoleta de águas ameaça afogar a cidade em rios de lama. Rio de Janeiro, 23 de junho. Edição 2444.

ÚLTIMA HORA (1958) Amigos dos bairros vão a JK pedir mais água para a cidade. Rio de Janeiro, 7 de outubro. Edição 2535.

ÚLTIMA HORA (1958). Consequência das enchentes: cidade ameaçada por uma epidemia de tifo! Rio de Janeiro, 24 de dezembro. Edição 00014.

ÚLTIMA HORA (1959). Catástrofes sobre o Rio: desabamento e mortes. Rio de Janeiro, 20 de maio. Edição 2725.

ÚLTIMA HORA (1959) Fala o povo! Rio de Janeiro, 25 de maio. Edição 2729.

ÚLTIMA HORA (1959). Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro. Edição 2890.

ÚLTIMA HORA (1959). João Machado a UH: cinco “fantasmas” ameaçam o Rio – tifo, difteria, pólio, varíola e coqueluche. Rio de Janeiro, 27 de julho. Edição 2783.

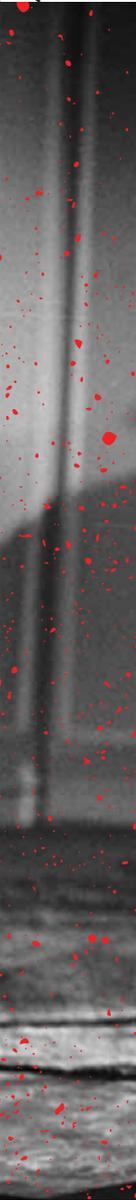
ÚLTIMA HORA (1959). Surto de tifo poderá tomar vulto nos subúrbios do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro. Edição 2890.

Marcia Neder

Psicanalista

Desamparo e impotência
Homem,
a quintessência do

poço





“Ultimamente — não sei por que — perdi toda a alegria, desprezei todo o hábito dos exercícios, e, realmente, tudo pesa tanto na minha disposição que este grande cenário, a terra, me parece agora um promontório estéril; este magnífico dossel, o ar; vejamos, este belo e flutuante firmamento, este teto majestoso, ornado de ouro e flama — não me parece mais que uma repulsiva e pestilenta congregação de vapores. Que obra de arte é o homem, como é nobre na razão, como é infinito em faculdades e, na forma e no movimento, como é expressivo e admirável, na ação é como um anjo, em inteligência, como um deus: a beleza do mundo, o paradigma dos animais. E, no entanto, para mim, o que é essa quintessência do pó?”

“Hamlet”

OS NÁUFRAGOS DA RUA DA PROVIDÊNCIA

“Se o filme que vão ver parece-lhes enigmático ou incongruente, a vida também o é. Ele é repetitivo como a vida e, tal qual a vida, sujeito a mil interpretações. O autor declara que não quis utilizar símbolos, pelo menos inconscientemente. Talvez a melhor explicação para *El Angel Exterminador* seja que, racionalmente, ele não tem nenhuma.”

Luis Buñuel

Luis Buñuel escreveu essa advertência ao público a pedido do primeiro cinema que exibiu “O Anjo Exterminador” em Paris. Ele voltou ao tema da interpretação em outras ocasiões, como aquela em que comentou a presença do urso e do rebanho de ovelhas em algumas cenas – uma referência a uma anfitriã em Nova York que tinha por hábito surpreender e divertir os convidados. Em uma dessas ocasiões, um jantar em que o diretor estava presente, ela trouxe esses animais repentinamente à sala. Nós nunca sabemos qual era a ideia dela, escreveu Buñuel em “Meu último suspiro”, “o que não impediu alguns críticos fanáticos por simbolismos de ver no urso o bolchevismo espreitando a sociedade capitalista paralisada por suas contradições”.

Para ele, seu filme é sobre um grupo de pessoas que numa noite vão jantar na casa de uma delas depois de assis-

tir a um espetáculo teatral. Após a refeição, o grupo vai para o salão e, diz ele, “por uma razão inexplicável, não consegue mais sair dali”. “Razão inexplicável”, mistério que fisga o espectador e atrai muitas interpretações e explicações.

Em outra ocasião o diretor afirmou que “O Anjo Exterminador” nada mais era que um grupo de pessoas que não consegue fazer o que tem vontade – sair de uma sala. Uma impossibilidade inexplicável de satisfazer um desejo simples. “Isso acontece muito nos meus filmes”: em cada um deles há um desejo insatisfeito. Enfim e para completar, ele diz que essa impossibilidade de fazer o que se tem vontade, de satisfazer um desejo simples é seu tema favorito.

Neste Brasil pandêmico, quem somos nós confinados em casa (os que podem) e nos hospitais, no caso dos profissionais de saúde? O impacto do coronavírus na nossa vida psíquica, em especial o isolamento social sob o qual





passamos a viver, teria algo em comum com aquele provocado nos personagens de Buñuel que não conseguem sair de uma sala, embora não estejam impedidos por qualquer proibição física, moral ou sanitária?

A resposta é sim, o que me levou a explorar neste artigo algumas questões que o filme me colocava. Desde o início da pandemia, flashes de “O Anjo Exterminador” apontavam um caminho que resolvi explorar aqui.

O vírus ocupou toda a humanidade ao mesmo tempo. Em escala planetária, mas aqui importam muito as nossas peculiaridades – que vão da extrema desigualdade social às seríssimas e diárias crises políticas que incidem diretamente na nossa saúde mental.

Não é preciso retomar esses dados, acessíveis a qualquer consulta rápida na internet, para afirmar o aumento e agravamento de perturbações e quadros de todo o espectro

depressivo, incluído os casos de suicídio, que a pandemia, sozinha, teria sido suficiente para desencadear. No estágio atual em que nos encontramos, início de 2021, ela segue seu curso descontrolado, com aumentos estratosféricos e crescentes de mortos que não comovem o poder central, inabalável em sua reação “negacionista”.

Nós, profissionais de saúde que acompanhamos vidas, histórias pessoais ao longo de anos ou subitamente nas emergências da crise, lutamos diariamente buscando resistir ao drama individual dos pacientes, dos seus familiares, dos colegas. Não é preciso estar na linha de frente dessa guerra para ser alvejado por seus mísseis. Em todos os cantos do país, e mesmo fora, já que migramos para o mundo digital com atendimentos remotos, nós, psicanalistas, psicólogos, psiquiatras, terapeutas e todos os que vivemos a catástrofe, também lutamos para não soçobrar psicologicamente. Terapeutas e pacientes, estamos na mesma cena compartilhando sentimentos e sensações – experiência inacessível aos não dotados da capacidade de empatia.

Talvez possamos nos ver através do filme de Buñuel, com seus personagens confinados em uma sala. Que impacto psíquico provoca sobre eles e como lidam com a impossibilidade de sair dali? Como reagem às forças que imobilizam seus atos, seus pensamentos, aprisionando-os naquela sala? Por que não conseguem sair e como, finalmente, conseguem se libertar? Por que inicialmente sequer são capazes de notar a bizarrice do seu comportamento e esperam?

No teatro do absurdo de Samuel Beckett, Estragon e Vladimir pelo menos sabiam que estavam... esperando Godot. Mesmo não sabendo quem era Godot e sequer se ele existia, esse homem era para eles o sentido de seus atos – ou da sua paralisia. “O que estamos fazendo aqui, essa é a questão. Foi-nos dada uma oportunidade de descobrir. Sim, dentro desta imensa confusão, apenas uma coisa está clara: estamos esperando que Godot venha...”

Os personagens de Buñuel, por que e o que esperavam?

Mistério, charada, enigma: alguns psicanalistas, com os quais estou de acordo, situam o analista no lugar da “Esfinxe”, deslocando-o daquela posição popular do onisciente decifrador de enigmas (“Freud explica”).

Buñuel e os surrealistas não são psicanalistas, mas a inspiração que encontraram na obra de Freud foi além da associação livre no método que chamaram de “o jogo do cadáver delicioso”. Um jogo no qual cada participante escrevia uma palavra em um papel, dobrava-o sem mostrá-la aos demais e em seguida o outro fazia o mesmo até que todos tivessem escrito a sua palavra. Depois, cada um abria o seu papel para, juntos, observarem o resultado. A primeira vez que jogaram a frase resultante foi: “o cadáver delicioso beberá o vinho novo”. Veio daí o nome do jogo, que tomavam como ponto de partida para sua criação artística.

Com esses feitiços do inconsciente os magos surrealistas criaram o mundo surreal. André Breton emprestou a livre associação de Freud para a sua “escrita automática”, um método que consistia em escrever tudo o que lhe passasse pela cabeça sem pensar, à margem do controle da razão. Dessa maneira o artista torna-se um demiurgo, criador de uma surrealidade, de uma realidade tecida com os fios do infantil e do onírico.

Volto ao filme de Buñuel, de 1962, com o método psicanalítico, que inclui os movimentos contratransferenciais do analista, o analista faz parte do campo do objeto. Além da sensação de sufocamento, opressão e desejo de liberdade mais ou menos óbvios que o filme provocava em mim, minha atenção se voltou para uma espécie de inquietação com a paralisia daqueles personagens imobilizados numa impotência que em alguns sentidos era também a minha, a nossa. Em psicanálise essa sensação tem nome, endereço e certidão de nascimento.

A impotência, a angústia do desamparo que ouvimos nesse lamento de Hamlet – “E, no entanto, para mim, o que é essa quintessência do pó?” – se entrelaçam com outros tantos conceitos psicanalíticos apontando para um ataque ao nosso narcisismo e suas consequências. “Narcisismo” que em psicanálise é mais complexo do que egoísmo ou individualismo e é, para Renato Mezan, “a marca distintiva do século XX, tanto em sua vertente megalomaniaca, autoerótica, quanto nas defesas narcísicas erigidas contra a sensação de estilhaçamento e fragmentação tão característica da psique contemporânea”, escreveu ele em “A interpretação dos sonhos: origem e contexto” (in “Interfaces da Psicanálise”, p. 29).





Originariamente “O Anjo Exterminador” se chamava “Os naufragos da rua da Providência”. “Um hábito surrealista relativo ao título”, diz Buñuel, consiste “em descobrir uma palavra ou grupo de palavras inesperadas que deem uma visão nova de um quadro ou de um livro”. O quadro não citado era “A Jangada da Medusa” (ou “Balsa da Medusa”) de Théodore Géricault, que está no Louvre. Como os “Naufragos da rua da Providência”, o quadro remete a um confinamento: homens confinados em um espaço aberto vagando à deriva em meio ao oceano.

Mas o diretor se lembrou do que um amigo lhe contara um ano antes e acabou mudando o título: o amigo “faría uma peça de teatro que ele queria intitular “O anjo exterminador”. Achei o título magnífico e disse: Se vejo isso num cartaz, entro imediatamente no teatro”. Decidido a saber se fora usado escreveu para o amigo que respondeu que não, não escrevera a peça “e que, de toda forma, o título não lhe pertencia, que constava do Apocalipse. Eu podia pegá-lo sem nenhum problema. Foi o que fiz, agradecendo”.

O filme começa com a câmera parada em uma igreja de onde ouvimos um coro. Seguem-se os créditos, o título do filme e, em seguida, o aviso que apresenta o nome original “Los naufragos de la calle de la Providencia”. A câmera nos leva por essa rua, que é a rua da mansão que será palco da história.

Um jantar de gala será servido para um grupo de convidados na saída de uma apresentação de ópera. Dois empregados no portão avisam ao mordomo que estão saindo e no dia seguinte voltarão. O mordomo se irrita, afinal há um jantar para ser servido. Os dois inventam um motivo qualquer e vão embora. Depois outros empregados, e mais outros, sucessivamente, vão deixando a casa.

Em outra sequência o grupo de convidados se dirige à mansão. Os anfitriões estão com eles. Edmundo, o dono da casa, toma a frente para entregar os casacos ao mordomo e surpreende-se por sua ausência na porta para recebê-los: “Lucas... Que estranho, Lucas não está aqui”.

Bem, deve estar lá em cima. O grupo sobe a escada. Para nosso espanto a cena da entrada se repete sem qualquer explicação ou conexão. Essa dissociação aumenta o estranhamento que o comportamento bizarro dos empregados já começara a provocar, bem como as cenas da entrada do grupo.

Há uma sequência que é parte dessa cena e que Buñuel comentará em suas memórias, “Meu Último Suspiro”. “Na vida como nos meus filmes”, ele diz, “sempre me senti atraído pelas coisas que se repetem”. “Não sei por que e não tento explicá-lo. Há pelo menos uma dezena de repetições em “El Ángel Exterminador”. Por exemplo, continua ele, dois homens se apresentam dizendo um ao outro “prazer”. A cena se repete em seguida: os dois homens novamente se cruzam e se apresentam como se não se conhecessem. E ainda uma terceira vez eles se encontram, se cumprimentam de modo caloroso, como dois amigos de longa data. Como ele escreveu na advertência ao público, o filme é enigmático e repetitivo como a vida e, como ela, sujeito a mil interpretações.

Na cozinha um dos empregados comunica que o caviar deve ser servido depois do prato principal. Durante o jantar, Edmundo levanta-se para fazer um brinde a Silvia por sua apresentação na ópera. E a mesma cena se repete sem que qualquer personagem esboce espanto, estranheza, curiosidade.

Terminado o jantar vão todos se sentar na sala contígua onde há um piano; eles tocam, cantam, conversam. Trocam discretas farpas de inveja e rivalidade. Quando começam a dar sinais de cansaço, alguns esboçam movimentos de saída que em seguida são abortados. Recostam-se por ali mesmo até que o dia amanhece.

Nesse momento, Edmundo comenta com a mulher que não sabe o que está acontecendo. Lucia responde que devem servir o café da manhã e que depois disso os convidados irão embora. Mas não haverá café da manhã para servir. Outros agora entreolham-se e se perguntam por que não foram embora. Começam a se dar conta de que desde a noite anterior ninguém consegue sair daquela sala. Não reagem, não fazem nada para mudar a situação. Apenas esperam. Resignados a sua impotência, só lhes parece estranho que ninguém tenha aparecido para “salvá-los”.

Só depois um deles observa: “É isto o que me preocupa. À noite depois da festa ninguém tentou ir embora. Por quê? Acha normal que tenhamos dormido nessa sala violando os princípios de nossas boas maneiras? Transformamos essa sala em um retiro cigano”. Diferentes respostas surgem e alguns reclamam do absurdo da situação, decididos a ir embora.

Do lado de fora o comandante comenta que a brigada enviada não entrou na casa e, o mais surpreendente, diz ele, é que sequer tentou entrar.





O tempo vai passando e, à medida que permanecem confinados, seu comportamento vai se despojando da cortesia civilizada. No lugar daquelas elegantes personagens surgem selvagens lutando individualmente por sua sobrevivência que o outro parece ameaçar. Um deles chama sua atenção: “Cavalheiros, lembrem-se de quem são e de como foram educados”.

Famintos, cansados, com sede, eles arrebentam uma parede da sala até que conseguem atingir o cano de onde a água jorra e há um empurra-empurra para sorvê-la vorazmente, para lavar o rosto, para se molhar. Os dias passam e eles encontram o bode expiatório: o culpado por sua situação só poderia ser o anfitrião, que acusam: “Matem-no. Acabem com ele”. Um dos convidados tenta impedir: “Pensem antes nas consequências terríveis de suas ações. Este ato cruel será só o começo. Não será o único. Será o fim da dignidade humana. Nada restará, além de animais selvagens”.

A agressividade dos comensais segue livre, escoando sem barreiras. Uns se pegam com facas e pancadaria, outros resolvem matar o dono da casa. Este caminha até o lugar em que está uma arma e diz que não há necessidade: “Não precisam brigar, terão o que querem”.

Desesperados, alguns fazem promessas apelando à providência divina: “Só um milagre pode nos tirar daqui. Por que não organizamos um rosário?” Lucia diz: “Edmundo e eu prometemos de coração organizar uma missa solene se a providência divina nos ajudar a sair dessa situação”.

Nesse momento Letícia, uma das convidadas, nota que os móveis e as pessoas estão na posição exata em que estavam na noite em que tudo começou. Pede para o grupo repetir toda a cena do outro dia, cada um devendo fazer um esforço de memória para se lembrar exatamente o que estavam fazendo. Imediatamente o grupo se reúne reproduzindo a cena e então começa a se dirigir para a porta.

Reaparecerão na missa encomendada pelos anfitriões para agradecer a providência divina que os salvou do confinamento. Quando a missa termina, os três padres que a rezaram dirigem-se para uma das portas laterais. Mas bruscamente se detêm, algo os impede de sair. Eles se olham e um deles diz ser melhor esperar que os fiéis saiam. A câmera mostra que os fiéis também estão parados nas portas.

Do lado de fora da igreja ouvimos o som de armas disparadas e vemos soldados correndo em direção a uma multidão que, ao que parece, é uma multidão de rebelados. Na última cena, um pequeno rebanho de ovelhas sobe lentamente a escadaria da igreja.

A JANGADA DA MEDUSA

“A jangada levou os sobreviventes ao limite da experiência humana. Delirantes, mortos de sede e fome, sacrificaram aqueles que se amotinavam, comeram os seus companheiros mortos e mataram os mais fracos”

Jonathan Miles
sobre a fragata real francesa Medusa”

O quadro de Géricault registrou o naufrágio da fragata francesa chamada “Medusa”, em 1816. Os naufragos improvisaram uma jangada com os restos do navio nessa que foi uma “verdadeira tragédia no mar”, na qual homens desesperados, sobreviventes do naufrágio, confinados nesse espaço aberto vagam à deriva pelo oceano agarrados à balsa. Durante 13 dias eles vivem uma guerra fratricida pela sobrevivência nessa “balsa da sorte e do horror” chegando ao canibalismo. Lutam a lei do mais forte e, dos 150 homens a ela agarrados, apenas algo em torno de 10 a 15 sobreviveram.

Não sei se Buñuel fez alguma referência direta ao enorme quadro de Théodore Géricault (1718-1819), mas posteriormente ele falaria de sua dificuldade para ir tão longe com a sua história quanto gostaria e que se fosse fazer o filme novamente “deixaria os personagens presos um mês até que eles praticassem o canibalismo”.

Para Freud somos movidos pela sexualidade e agressividade: as pulsões eróticas e agressivas são o que impulsiona a psique humana, duas forças básicas que, se escoassem livres e soltas impediriam nossa vida em sociedade. Daí as defesas que se levantam em nós buscando moderá-las, canalizá-las para outras atividades já que dependemos de outro ser humano desde que nascemos. Se as liberássemos em seu estado bruto, afastaríamos esse outro ameaçando a nossa própria existência, já que, seres precários que somos ao nascer, sem o outro não sobreviveríamos. “Sua majestade, o bebê”, centro do mundo em suas fantasias narcísicas de onipotência e grandeza, compensará com

suas fantasias inconscientes a impotência do desamparo e a inviabilidade da existência sem o outro. Fantasias que, crescendo, reencontraremos à noite em nossos sonhos, nos sintomas e em situações corriqueiras ou traumáticas que abalem nosso narcisismo. Em outros termos, nada na vida psíquica inconsciente se destrói com o tempo.

Ou aprendemos a criar nossos próprios recursos, nossas defesas, para manejar o ímpeto desses impulsos que emergem com força do nosso interior prejudicando a existência do outro, ou seremos Robinson em nossas ilhas. Uma criança que sai mordendo todo mundo é um exemplar corriqueiro no ambiente escolar: ou aprende a dar outro destino a seus impulsos agressivos e eróticos que moderem sua fúria (sim, do beijo à mordida há uma questão de intensidade) ou será marginalizada do convívio com os amiguinhos. Soltas, sem peias, nossas pulsões nos transformam em naufragos à deriva da angústia que nos ameaça de dentro, provocando um estrago em nossa sociabilidade.

O “desamparo original” leva Freud a entender que a civilização surge da renúncia que fazemos a uma parcela de nossas pulsões. A vida com os outros, a vida em sociedade, exige de cada um de nós tal renúncia: não podemos fazer o que nos dá na telha, a menos que estejamos dispostos a pagar a fatura quando chegar. O mal-estar na cultura é o preço que pagamos para nos tornarmos seres humanos, seres da cultura. “Cavalheiros, lembrem-se de quem são e de como foram educados”, diz o personagem de Buñuel. “Pensem antes nas consequências terríveis de suas ações. Este ato cruel será só o começo. Não será o único. Será o fim da dignidade humana. Nada restará, além de animais selvagens”.

A convivência íntima derrubou os diques de sua educação, diques capazes de conter a fúria represada das pulsões. Destruídas as barreiras da civilização, emerge sem controle e com seu próprio ímpeto a nossa natureza pulsional erótica e agressiva.



Numa das lembranças que narra em “Meu Último Suspiro”, Buñuel chama a atenção do leitor para essa fúria agressiva que surgiu nele à revelia de sua vontade no período que estava no serviço militar em Madri e não encontrava quartos vagos. Juan Ceteno, irmão de um grande amigo, ofereceu-se para dividir com ele o quarto que ocupava e nele acrescentaram uma cama. Estudante de medicina, Juan saía cedo pela manhã:

“Antes de sair, penteava-se demoradamente diante do espelho, mas parando no cocuruto, deixando em desordem e abandonados os cabelos que não via atrás da cabeça. Depois de duas ou três semanas desse procedimento absurdo repetido diariamente, acabei por odiá-lo, apesar do favor que lhe devia. Ódio inexplicável, oriundo de um desvio obscuro do inconsciente, lembrado numa rápida cena de ‘O anjo exterminador’”.

“Amar ao próximo como a si mesmo” é um mandamento antinatural, diz Renato Mezan, lembrando Freud em “O Mal-Estar na Cultura”: natural é a agressividade inerente à natureza humana. Ai Freud (traduzido e citado por Mezan em “Sociedade, Cultura, Psicanálise”) escreve:

“O fragmento de realidade atrás disso tudo (que preferimos negar) é que o ser humano não é uma criatura terna e necessitada de amor, que quando muito se limitaria a defender-se caso atacado, mas que entre suas disposições pulsionais deve-se contar uma poderosa dose de agressividade. Por conseguinte, o próximo não é para ele somente um possível auxiliar e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer sobre ele a sua agressividade, explorar sua força de trabalho sem retribuição, usá-lo sexualmente sem seu consentimento, apropriar-se dos seus bens, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, martirizá-lo e matá-lo. *Homo homini lúpus*”.

A metáfora do anjo do “exterminio” – que soou “magnífica” a Buñuel – era usada para a peste negra do século XIV e para a epidemia do cólera no século XIX, associando a doença com um castigo divino.

Os símbolos religiosos que abundam em “O Anjo Exterminador” levaram muitos a ver a obra como uma crítica à religião. Do título à cena final com a Igreja, passando pela abertura e o cenário com imagens religiosas e outras referências, tudo estaria em cena para manifestar uma moral repressora, uma consciência culpada e pecadora e sua consequente punição.

Entretanto, é possível olhar para essas referências religiosas por outras vias. O cordeiro é um símbolo cristão do sacrifício, do que é morto para salvar a vida dos outros, para expiar o que foi profanado, maculado, ofendido. No filme, cordeiros passeiam pela mansão e acabam atacados e devorados pelos famintos confinados. Mas o cordeiro é também a imagem do ser dócil, manso, como usamos comumente em nossa língua: “fulano chegou manso como um cordeiro”, por exemplo.

Como não notar aquela atitude dos confinados que se limitam a esperar? Esperam, rezam, entregam suas vidas e seu destino nas mãos do salvador e da Virgem a quem dedicam suas preces. Para Freud, a religião oferece um consolo à dureza da vida. Não é fácil viver, e o desamparo da criança é a raiz do pensamento religioso. A religião nos oferece a ilusão de um Pai protetor que nos ama e cuida de todos nós; ele é quem vai nos ajudar a viver sob as ameaças da Natureza, do desespero da vida, das situações sem saída, das injustiças sociais e políticas.

Quando os convidados alcançam o limiar – aberto, liberado – da sala, recuam. Não insistem, não lutam por sua liberdade. Aliás, não seria o caso de perguntar se eles efetivamente a desejam, se desejam ser livres, uma vez que entregam seu destino a outrem, à providência divina? O recurso aos céus, ao salvador – seja ele quem for – é uma defesa contra a angústia do desamparo original e manifesta um desejo de servidão. Trocamos a insegurança de falar em nome próprio pela servidão a um grupo ou a uma divindade, a uma autoridade, a um líder. A liberdade individual é ameaçadora. É como servos, dóceis, carneiros que os comensais permanecem na mansão.

O Anjo Exterminador é uma figura do Velho Testamento e, conforme o Apocalipse, volta e meia vem à Terra como um flagelo devastador para extirpar o mal e nos castigar por nossos pecados. Sua presença na cena desde o título do filme também poderia indicar a culpabilidade paralisante daquelas pessoas, incapazes por isso de transpor os limites que sequer buscam entender. A figura ameaçadora que Buñuel tanto fez questão de usar como título de seu filme encarna esse ser que extermina a humanidade pecadora por ordem de Deus.

Tudo no filme aponta para a impotência dos personagens que o diretor ressaltou, em seus próprios termos, ao dizer que seu filme é, como sempre, sobre a impossibilidade inexplicável de satisfazer um desejo simples. Ou, como disse em outra ocasião, uma impossibilidade de realizar a própria vontade. Não poder realizar um desejo simples ou impotência para transpor o limite é o que se atribui às proibições da religião que pune com o castigo e o sofrimento, da culpa ou outro, todo aquele que transgredir.

Mas há uma outra referência importante no filme que não pertence ao território religioso. A Medusa é uma palavra que em sua origem grega significa “guardiã”, “protetora”, e na mitologia é o monstro feminino ameaçador. Curiosamente, é um monstro ameaçador precisamente por seu poder de paralisar: quem olha para ela é imediatamente transformado em pedra.





A mitologia, o imaginário cultural, não é indiferente à essa ambiguidade, pois assim ameaçadora e fatal, a cabeça da Medusa era usada como medalha ou amuleto para proteger, para afugentar o mal. Perseu, o herói que a venceu cortando a sua cabeça com a ajuda de Palas Atena inscreveu em seu escudo a imagem da Górgona. Depois presenteou a deusa, que também a colocou em seu escudo.

A importância da cabeça da Medusa na psicanálise extrapola os limites deste artigo. Limito-me a registrar que Freud a vê como a imagem da castração associada na criança à descoberta e negação do sexo materno: “O terror à Medusa é um terror à castração relacionado à visão de algo. (...) Várias análises nos familiarizaram com as circunstâncias nas quais isto ocorre: quando o menino, que até então resistiu a acreditar na ameaça de castração, vê os genitais femininos...” (Freud, “A cabeça da Medusa”).

A paralisia, a impotência dos confinados que é a nossa como também a dos naufragos da rua da Providência e dos naufragos da “Jangada da Medusa” evoca a outra, originária, que marca a condição humana por sua dependência absoluta em relação à mãe ou a um adulto em seu nascimento. O “estado de desamparo” nos lança na vida como seres dependentes do outro. É assim, esperando por alguém que venha nos salvar, que fazemos nossa estreia na vida. Nascidos e criados, podemos ser devolvidos a essas angústias, a essa “quintessência do pó” de que Hamlet se faz porta-voz. Situações traumáticas podem nos devolver às angústias das nossas origens, ao desamparo do qual tanto nos esforçamos para nos livrar.

“NÃO SOU NADA. NUNCA SEREI NADA”

E que Fernando Pessoa (“Poesias de Álvaro de Campos”) ecoa em “Tabacaria”: “Não sou nada. Nunca serei nada” e adiante: “Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede sem porta”.

“Isso dito, o isolamento acarreta, sim, uma sensação de impotência que é perfeitamente real, que nós não podemos combater sozinhos o coronavírus”, disse Renato Mezan em sua live, em maio de 2020. “Pode ser que pessoas próximas de nós, como já aconteceu com várias pessoas que estão nos ouvindo ... pessoas próximas, amigas, familiares, serão atingidos, alguns morrerão; é isso que está acontecendo. Então essa situação produz mais do que a sensação, uma convicção, uma percepção de que nós somos pequenos, como nós somos frágeis. É um ponto sobre o qual Freud não deixa de insistir quando ele fala da potência da natureza e de como nós somos pequenos, impotentes, diante de uma avalanche, de um

tsunami etc.; grandes fenômenos da natureza, furacões, tempestades, inundações e coisas dessa ordem que nos mostram a nossa pequenez e ofendem profundamente o nosso narcisismo, o nosso amor-próprio, a nossa vaidade e a nossa convicção de sermos o topo da natureza”.

Isso posto, o psicanalista se pergunta sobre as consequências: “Então o que vai acontecer com isso? Quando o narcisismo é ferido, a autoimagem esvazia, desincha. O resultado são sensações do espectro depressivo: tristeza, aborrecimento, às vezes depressão, às vezes melancolia (...)”.

Entre março e abril de 2020, início da pandemia e da quarentena, um estudo realizado pela UERJ e publicado pela revista *The Lancet* relatava um aumento de 90% de casos de depressão. Um ano já se passou, dados preliminares apontam para uma grande preocupação com a saúde mental dos profissionais de saúde envolvidos direta e indiretamente, com aumento de depressão, suicídio, crises de ansiedade.



No século XXI, o Anjo Exterminador volta espalhando o coronavírus por toda a humanidade. Subitamente nos confronta com a nossa pequenez, nossa insignificância. Escancara nossa vulnerabilidade aos nossos olhos e fere de morte nosso narcisismo. “Nós, pobres joguetes da natureza, precisamos contemplar nosso ser tão horrivelmente agitado com pensamentos além do alcance de nossas almas? Dize-me: para que tudo isto? A que fim obedece? Que deveríamos fazer?” (“Hamlet”).

Podemos negar a realidade. As consequências da negação dependem da posição que ocupamos na hierarquia do poder decisório e político da vida social. A negação da realidade ameaça a comunidade e desafia sua saúde mental com um arsenal inesgotável de comportamento ansiogênico. E nesse momento tudo o que menos precisamos é de mais ansiedade.

Outra maneira de nos protegermos da angústia do desamparo, do ataque ao nosso narcisismo é projetar no céu a figura idealizada do pai protetor; para Freud o substituto da mãe terna e acolhedora das origens que satisfaz a fome do bebê e se torna o seu primeiro objeto de amor e fonte de proteção como ele explica em “O Futuro de Uma Ilusão”:

“Quando, então, a pessoa em crescimento percebe que está destinada a ser sempre uma criança, que jamais pode prescindir da proteção contra as forças superiores desconhecidas, ele atribui a elas os traços da figura paterna, cria para si os deuses, que teme e que procura conquistar, e aos quais, no entanto, confia a sua proteção. É assim que o motivo do anseio pelo pai é idêntico à necessidade de proteção contra as consequências da impotência humana; a defesa contra o desamparo infantil empresta à reação contra o desamparo – que o adulto tem, necessariamente, de reconhecer como sendo justamente a formação da religião – seus traços característicos” (Freud in “O Futuro de Uma Ilusão”, p. 206-207).

Essa defesa implica a renúncia à liberdade, ou o desejo de servidão a um messias salvador. Esta é a fonte do poder de um líder, o nosso desejo de salvação, de proteção do desamparo que os naufragos da rua da Providência figuram. Eles sequer tentam sair sozinhos, à espera de alguém que os venha salvar em nome da providência divina. Quando o fizeram conseguiram sair.

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber / Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, diz a famosa canção, hino de uma geração (Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei das flores”). Foi o que fez uma enfermeira no Brasil de 2021, quando acabou o oxigênio na região Norte do país.

No dia 12 de fevereiro de 2021 circulou na internet a imagem de uma enfermeira empurrando uma maca com uma paciente e seu cilindro de oxigênio pela estrada de terra (e barro, pois a época é de chuva) na Transamazônica, no Pará por causa de um bloqueio de caminhões. Impedidos de seguir o seu caminho e temendo que no congestionamento viesse a faltar o oxigênio quando toda a região vivia o pesadelo da falta desse elemento vital para a população, a enfermeira desceu da ambulância que transferia a paciente e, com o motorista, seguiram a pé o trajeto.

Essa imagem, um dos símbolos do Brasil na pandemia, é também a imagem da nossa liberdade de criar diante da angústia de uma situação traumática, a depender dos nossos recursos psíquicos. Com isso ela ofereceu a todos nós o oxigênio que também precisamos, numa demonstração de solidariedade, de humanidade que temos assistido ininterruptamente nos profissionais envolvidos diretamente com o caos, a situação traumática que temos vivido há mais de um ano. ●

A autora é pós-doutora em Psicologia Clínica
marcia@marcianeder.com.br

BIBLIOGRAFIA

- Luis Buñuel. *Meu Último Suspiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- Renato Mezan. *Interfaces da Psicanálise*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Renato Mezan. Live: *O humano no isolamento social*, 9 de maio de 2020. https://www.youtube.com/watch?v=WV_vL0dAwol0&ab_channel=AnnaSilviaRosaldeRosal
- Renato Mezan. *Sociedade, Cultura, Psicanálise*. Reino Unido: Karnac, 2015.
- S. Freud. *O Mal-Estar na Cultura in Obras Incompletas de Sigmund Freud*, Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- S. Freud. *O Futuro de Uma Ilusão in Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Shakespeare, W. *Hamlet*, trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

NAS PROFUNDEZAS DA UTI

NILO SERGIO BEZERRA

Engenheiro mecânico

Dedique todo o esforço de suas orações e fé para não ser preciso se hospitalizar. Mas, se tiver, que chegue consciente na UTI.

A primeira coisa que se deve fazer, antes de qualquer outra, é pedir para instalarem o “elmo” em você. Não espere que lhe ofereçam. Grande parte dos profissionais que me atenderam credita a esse bendito instrumento muito da minha recuperação.

A segunda, mas essencial, é compreender a ecologia da UTI, saber quem é quem. São muitos os profissionais que revolteiam em torno desse espaço. Cedo descobri que o poder do médico na UTI assemelha-se ao do comandante de um avião em voo. É superior ao de um ministro do STF.

Foi baseado nessa constatação que eu criei a “engenharia dos olhos”. Eu usava o “elmo” algo entre 14 e 18 horas por dia. Porque sabia que era necessário e porque o equipamento tornou-se “friendly” para mim, embora ressecasse bem os olhos, deixando-os ardentes.

Descobri que, colocando gazes sobre as pálpebras e derramando soro sobre elas, o alívio era imediato. Mandei fazer isso e, quando me perguntaram quem tinha indicado, respondi apenas “o doutor”. O passo seguinte foi conseguir que a enfermeira trouxesse um colírio apenas para umedecer.

Todos são importantes numa UTI, mas é essencial que você tenha empatia com a técnica responsável pelo seu leito. É ela que vai matar sua sede às duas da madrugada, ajustar o encosto da cama, lhe dar o banho diário e fazer sua higiene

depois que você evacua (palavra bonita que criaram para dizer que você cagou).

Uma dica importante: se você quiser ficar menos tempo sujo, deixe para evacuar apenas cerca de meia hora depois que lhe disserem que vão lhe limpar. O tempo entre pegar as toalhas e lençóis e conseguir a coleira para ajudar geralmente é muito longo.

Outro registro: apesar de o hospital ter (quase) tudo que você precisa, é importante que você tenha seu kit próprio, o que eu convencionei chamar de “Kit UTI”. Acho que no 4º ou 5º dia acordei na madrugada com a “boca pregada” por falta de higiene. Uma sensação muito ruim. A técnica de enfermagem do plantão conseguiu algo para que eu bochechasse. O “Kit UTI” deve ter escova e dentífrico, sabão líquido, óleo hidratante, uma pomada de prevenção a assaduras, fraldas e um pacote de lenços úmidos.

A enfermeira, pelo fato de coordenar vários setores, é “figurinha difícil”. Mas sempre atende sob demanda. Recorra à técnica de enfermagem mesmo, se precisar da enfermeira.

Um dia, no início do seu estágio, vão abrir um acesso permanente na mão para colher a gasometria e sangue para exames (incontáveis exames). Dói.

Junto com esse acesso, também fizeram um acesso central na jugular. Dói muito quando está sendo feito.

Não se engane com a voz doce da cirurgiã (lembrou-me a voz de Sandra Dee nos filmes do início dos anos 60). Cada vez que ela disser “picadinha”, espere muita dor.

Existe uma técnica de enfermagem que cuida da higiene bucal que vem lhe ajudar duas vezes por semana (foi assim comigo). A que me atendeu, muito profissional e amigável, sempre deu preferência em utilizar o kit descartável do hospital.

Você certamente será acordado muitas vezes ao longo da madrugada para fazer Raio X do tórax. Nada complicado.

Se você tiver a sorte de adaptar-se bem ao “elmo”, vai precisar muito da fisioterapeuta. Quando quiser botar (ou tirar) o “elmo”, não se peje de mandar recados por todos que entrarem no seu espaço. É muito improvável que a fisioterapeuta esteja apenas contando a última do filho para a amiga ou eventualmente falando do novo namorado. As demandas das UTIs são muito grandes. Ouvi em um determinado momento que a fisio de plantão estava atendendo a sete UTIs com pacientes com “elmo” e um entubado.

A nutricionista vem diariamente saber como está sua alimentação. Não é que a comida seja ruim, mas a carga de remédio provoca uma condição em que, qualquer coisa que você ponha na boca, lhe dá ânsia de vômito. Passei literalmente 17 dias sem comer quase nada, com um intervalo de uns 4-5 dias em que descobri que suco de abacaxi entrava sem muito esforço. Passei esse período almoçando e jantando suco de abacaxi.

Os profissionais vão insistir para que você coma o que eles trazem. Não concorde de pronto. Tente alternativas. Durante esses 17 dias, eu jantei por duas vezes um potinho de sorvete. Eles não vão dizer que há essa disponibilidade porque não é nutricionalmente aconselhável. Mas explore sua criatividade.

Finalmente, no 18º dia, o médico informou-me que eu passaria para uma dieta semipastosa. Obrigado, Senhor, pelo arrozinho quase papa e a carinha moída!

Queridos(as) amigos(as), façam tudo que estiver ao alcance, TUDO MESMO, para não se infectar. Se você tiver a sorte de sair com vida, mesmo assim tudo é muito penoso e dolorido.

Como a doença é praticamente desconhecida, o meu processo negou algumas lendas. “Quando o sintoma se inicia por uma disenteria incontrolável, a recuperação é mais fácil”. “Se o seu sangue é O-, tudo é menos agressivo”. Não são verdades. NÃO SE INFECTE!

At last but not least (essa é para vocês pensarem que eu sou poliglota), não sei como funciona a administração do hospital. Não sei se há uma superintendência, uma diretoria colegiada ou se cada setor tem sua independência funcional. Estou saindo hoje da UTI, migrando para uma enfermaria. Independentemente da forma de gestão, se eu participasse da administração, eu estaria orgulhoso. ●



**SOBRE A ARTE DE
FLEXIBILIZAR A**

HELGA GAHYVA

Cientista social e política

**INTO
LERÂN
CIA**



D. VITAL AOS OLHOS DE GILBERTO FREYRE



Em 3 de março de 1872 ocorreu, no Grande Oriente do Lavradio, sediado no Rio de Janeiro, solenidade em tributo ao presidente do Conselho de ministros e grão-mestre da maçonaria, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, em decorrência da promulgação da Lei do Ventre Livre, decretada no mês de setembro do ano anterior. D. Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, julgou acintosa a participação do padre Almeida Martins à sessão solene executada por seita secreta cujas inúmeras condenações pela Cúria Roman recrudesceram-se, em 1864, quando da publicação, pelo papa Pio IX, da encíclica Quanta Cura e do Syllabus que a acompanha. A intenção do bispo de executar no país bulas não placitadas pelo imperador provocou reações clamorosas, pois fora interpretada como contestação ao regime de padroado herdado da Coroa Portuguesa e confirmado pela Constituição Imperial. O impasse foi solucionado com a pronta reconsideração de D. Lacerda, e o caso não seria digno de nota não fosse postura análoga adotada meses depois pelo recém-empossado bispo de Olinda. Na nova conjuntura, contudo, não haveria espaço para transigência.

Frei Vital Maria de Oliveira, “fogosito capuchinho de 28 anos” (Lima, 1989:123), aportara em Pernambuco sob rumores quanto aos seus pendores ultramontanos. Contribuíram para tais boatos a lembrança ainda fresca das medidas tomadas por seu antecessor, D. Francisco Cardoso Aires. Informado pela polêmica entre Abreu e Lima e o cônego Joaquim Pinto de Campos quanto à distribuição de bíblias protestantes (Cavalcanti, 1966:152; Rodrigues, 2008:27; Vieira, 2007:147), o prelado provocara forte controvérsia, em 1869, ao recusar chão sagrado ao túmulo do “General das Massas” (Cavalcanti, 1966:152). Assim, o novo bispo, D. Vital, assumia seu posto cercado de suspeitas por parcela expressiva dos círculos mais liberais da sociedade local (Calógeras, 1972:279-280), especialmente aqueles associados às alas maçônicas.

Tais desconfianças comprovar-se-iam brevemente. Aos propósitos deste artigo, não competiria resgatar a complexa trama que converteu uma polêmica inicialmente restrita naquela questão que fora já definida como “(...) o mais grave erro político cometido pelo Segundo Reinado” (Calógeras, 1936:78): a Questão Religiosa. Segundo os objetivos aqui propostos, cumpre recordar que, inversamente a D. Lacerda, o jovem religioso permaneceu inflexível em sua determinação de interditar as irmandades que mantinham maçons em suas fileiras, a despeito dos frustrados esforços iniciais do governo em abrandar as disposições de D. Vital (Guerra, 1952:73-76, 98). O bispo não apenas manteve-se firme como, na sequência, testemunhou a reprodução de suas medidas por aquele personagem descrito por Joaquim Nabuco como “(...) intelectualmente a mais notável figura do moderno clero brasileiro” (Nabuco, 1997:952): D. Macedo Costa, bispo do Pará.

Sob a ótica da população recifense, os vetos sobre as irmandades implicaram a parcial, porém suficientemente expressiva, abolição das cerimônias públicas na cidade (Guerra, 1952:97; Nabuco, 1997:946). Da perspectiva do governo, a ação dos prelados contrariava preceitos constitucionais, infringindo os estabelecidos fundamentos do *placet* e do beneplácito. Em função disso, duas irmandades pernambucanas solicitaram recurso à Coroa. Em sessão dedicada à solicitação, o Conselho de Estado deliberou pela abertura do processo que conduziu, em 1874, ao encarceramento de D. Vital e, após seu julgamento, à condenação a quatro anos, com trabalhos – transformada rapidamente pelo Imperador II em pena simples. Meses depois, submetido a semelhante procedimento, D. Macedo Costa sofreu idêntica condenação.

Antes desse desfecho, ainda nos derradeiros meses de 1873, ao embaixador do Brasil em Londres, Barão de Penedo, fora atribuída missão no Vaticano com intento de demandar a intervenção de Pio IX junto aos religiosos sediciosos. A interlocução parecia caminhar para solução positiva às pretensões do governo brasileiro, porém os empenhos diplomáticos tornaram-se vãos quando as autoridades romanas foram informadas sobre o encarceramento dos bispos (Buarque, 1982:353-359). Os esforços pouco fecundos entre o Império brasileiro e o Vaticano estenderam-se até a anistia aos presos, em 1875, já sob a égide do Gabinete Caxias (Moraes, 1930).

A contenda ultramontana contra a maçonaria inseria-se em movimento mais amplo que tinha entre um de seus principais objetivos eliminar da religiosidade popular influências que, segundo certo ponto de vista, tornavam-na mais intimista e suave (Sodré, 1998:114), mas que, na avaliação do

clero reformador, conduziam a um “catolicismo por hábito, exterior, sem raízes, desfibrado” (Gonçalves, 1947:XII). A se examinar algumas interpretações quanto às formas de manifestação religiosa da maior parte da população brasileira de então (Barros, 1982:323-324; Guerra, 1952:57; Montenegro, 1972:54, 60; Serbin, 2008:51), a dura tarefa implicaria tornar católico de fato uma gente que sempre o fora de direito. Nesta perspectiva, converter a religiosidade devocional, orientada especialmente ao culto aos santos e repleta de traços heréticos, em outra, voltada ao enaltecimento dos sacramentos, impunha o aperfeiçoamento da educação catequética do povo brasileiro (Azzi, 1992:33, 76-77).

Feita essa breve introdução sobre a Questão Religiosa, estamos, enfim, aptos a evidenciar o objetivo da presente reflexão: trata-se de compreender os sentidos da defesa que Gilberto Freyre fez da atuação de D. Vital durante a Questão Religiosa. Ele não consagrou extensas análises ao capuchinho, mas lhe fez referências nos prefácios escritos aos livros de David Gueiros Vieira e Nilo Pereira sobre aquele embate entre os poderes temporal e espiritual – publicados em 1980 e 1982, respectivamente –, e em outros de seus trabalhos. Destacam-se, dentre eles, “Sobrados e Mucambos”, “Nordeste, Ordem e Progresso” e “Dona Sinhá e o filho padre”, seminovela editada em 1964, cujo personagem do título fora inspirado em D. Vital.



Os elogios de Freyre atraem atenção se ponderarmos que, segundo ele, a riqueza e a originalidade da civilização luso-tropical explicavam-se por sua capacidade de equilibrar antagonismos em conflito (Freyre, 2002:343-344). Ora, o bispo de Olinda, em oposição, aderiu a um conservadorismo intolerante, imune a negociações, comumente descrito como intransigente. Segue-se, então, as indagações centrais inspiradoras desse artigo: se a valorização do colonizador português, na obra freyreana, procede de sua aptidão em adequar-se às circunstâncias (Gahyva, 2015:381), como devemos compreender sua apologia a D. Vital, representante estrito de um padrão de catolicismo que ambicionava, ao fim e ao cabo, equalizar as manifestações de religiosidade locais segundo as diretrizes da Santa Sé? Quais sugestões emanam dessa narrativa na qual o principal expoente do nosso conservadorismo culturalista, marcadamente burkeano, flerta com o ultramontanismo, mais próprio ao conservadorismo continental à Joseph de Maitre?

GILBERTO FREYRE,

em suas análises sobre a formação social brasileira, contrapõe a intransigência religiosa ao cristianismo lírico patriarcal. Ao afirmar que o catolicismo foi, efetivamente, a base da unidade brasileira (Freyre, 2002:56), ele atribui tal rendimento ao seu feitiço plástico. A religiosidade lusitana, repleta de influxos pagãos e mouros (Freyre, 2002:244, 267), ilustrou a aversão dos colonizadores a preconceitos rígidos (Freyre, 2002:14). Transladada ao trópico, achou na casa-grande lugar propício para contemporizar hábil e prudentemente com crenças nativas e africanas: sob a égide católica, transformou-se em zona de confraternização entre as variadas culturas (Freyre, 2002:361).

A Companhia de Jesus opôs barreiras ao desenvolvimento desse processo. Derivam, daí, as notórias reprovações de Freyre à ação jesuítica – que, aliás, lhe trouxe contundentes contestações nos anos seguintes à publicação de sua obra inaugural (Ásfora, 1962:49; Fonseca,

2003:30-36; Freyre, 1981:133). Se, por um lado, “Gilberto não deixa de atribuir um papel de relativo destaque aos padres da Companhia” (Araújo, 1994:94), não poupa críticas ao feitiço hirto e austero do modelo colonizador colocado em cena pelos missionários. Em síntese, ele afirma que o êxito da unidade nacional, sob os auspícios da família patriarcal, correspondeu ao triunfo do cristianismo lírico sobre a ortodoxia religiosa (Freyre, 2002:15, 63, 218). Foi possível, assim, que o processo de formação nacional ultrapassasse o mero ensaio de europeização (Freyre, 2002:76) – inevitável no caso de um malquisto “rumo puritano” (Freyre, 2002:134) –, criando a “primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2002:40).

Em “Sobrados e Mucambos”, sua obra posterior, Freyre analisa a decadência gradual do desmedido poder adquirido pela família patriarcal em épocas coloniais. A dilatação da ordem pública, a partir da mudança da corte lusitana para o Novo Mundo, colocou um conjunto de freios à índole privatista forjada no interior do latifúndio monocultor e escravocrata. Esse processo, em sua interpretação, encerra dúbio caráter de reeuropeização. Por um viés, trata-se de movimento positivo: ao problematizar as arriscadas predisposições anárquicas particulares aos grandes senhores, contribuiu para consolidar a obra de formação nacional (Araújo, 1994:91; Freyre, 2004:84). Mas se, nesse primeiro sentido, constituiu-se como processo civilizador, era igualmente daí que brotava a ameaça: jogar fora a criança com a água da bacia. A necessidade de fornecer diques aos excessos patriarcais não deveria levar à renúncia daquela lógica acomodatória, expressa no luxo de antagonismos em equilíbrio, que possibilitaria, entre nós, a “acomodação do passado com o futuro” (Freyre, 1990:XXX).

Seja no caso do estabelecimento e da ampliação da ordem imperial ou na sua subsequente transição ao regime republicano, estudada em “Ordem e Progresso”, Freyre reconheceu a manutenção da sabedoria reunida pelo patriarcalismo (Freyre, 1990:XLVIII). Não obstante seu paulatino arrefecimento, teria persistido, na sociedade brasileira, o “tráfico cultural de mão dupla” (Zavala, 1981:122) típico da identidade nacional. A miscigenação, afinal, acentuou-se, na primeira metade do século XX, em consequência da imigração europeia em grande escala (Bastos, 2003:144; Freyre, 2004:806-807). Aliada a esse tipo de mistura, aquela outra, caracteristicamente hispânica, capaz de mesclar as épocas históricas: o tempo trípico (Freyre, 1990, p. XXI-XXVII). esse arranjo específico entre passado, presente e futuro teria facultado a permanência da lógica patriarcal (Freyre, 1990:XLVIII).

A despeito de sua conclusão otimista, Freyre identificou certo conjunto de série de forças que contrariaram enfaticamente o privatismo dos senhores rurais. Interessa-nos especificamente um obstáculo destacado em “Sobrados e Mucambos”: a Igreja (Freyre, 2004:238-240). O movimento de reeuropeização que, segundo ele, alterou o cenário brasileiro no século XIX representou, também, reeuropeização do clero. Se fora o poder público o condutor desse processo, “(...) foi a Igreja, antes mesmo que o Estado, que assumiu parte das funções até então exercidas pelos senhores rurais, principalmente encarregando-se da assistência social e da saúde” (Bastos, 2006:95).

A ascensão do ultramontanismo implicou, conforme visto mais acima, tanto o questionamento do regime de padroado quanto das sincréticas práticas religiosas adotadas por parte expressiva da população brasileira. Neste sentido, o clero reformado erguia-se concomitantemente contra o Estado e a família patriarcal. Sua luta, nas duas frentes, visava a depuração da instituição religiosa – em outras palavras, combatia a mistura. Mas se, para Freyre, “da mesma maneira que a pureza é solitária, a impureza é solidária” (Portela, 2002:XXII), a vitória do projeto reformador sobre a religiosidade popular comprometeria a plasticidade cara ao cristianismo lírico. Corromper-se-ia, portanto, no aspecto religioso, aquele talento capaz de combinar “unidade com diversidade” (Zavala, 1981:122) típico da civilização luso-tropical.

Se a depuração era, em última instância, a meta de D. Vital, como devemos compreender as simpatias de Freyre pelo bispo de Olinda? Se existe algo de hiperbólico na declaração de Nilo Pereira, segundo a qual “todas as vezes que Dom Vital aparece na obra de Freyre é para ser exaltado” (Pereira, 1978:119), não há dúvidas de que, na sua interpretação da Questão Religiosa, Gilberto Freyre, de fato, toma partido dos ultramontanos.

Essa afirmação torna-se mais clara quando nos voltamos para “Dona Sinhá e o filho padre”: nos trechos da obra nas quais “o itálico (...) aparece no texto (...) a fim de distinguir o histórico do fictício” (Freyre, s./d.:7)”, ele examina a querela como produto da “campanha de ridículo” (Freyre, s./d.:61) da maçonaria contra a igreja. Suas “expressões ostensivas de anticatolicismo” (Freyre, s./d.:63) incorporavam-se à discutível agenda liberal que, “ao fazer do ‘Progresso’ um deus e da ‘Ciência’ uma deusa” (Freyre, 1990:515), definia seu projeto específico de purificação do nosso catolicismo lírico: em caminho oposto aos ultramontanos, questionavam as pretensões absorventes de Roma e, em uma “(...) atitude de repúdio um tanto pedante ao conjunto lírico de valores, ritos, formas de relações entre os homens e os santos”

(Freyre, 1990:518), advogavam uma forma de catolicismo recolhida à intimidade. Eis a primeira pista para entendermos o posicionamento assumido por Freyre em suas interpretações da arenga entre maçons e ultramontanos: para ele, os primeiros aliavam-se com “a causa do liberalismo, do racionalismo, do progressismo” (Freyre, s./d.:62).

Em outros termos, as desconfianças de Freyre em relação aos valores caros à sociedade liberal justificam, parcialmente, seus elogios a D. Vital. Trata-se de crítica a certo *ethos* puritano cuja aderência a uma singular orientação moral colidiria frontalmente com aquela sabedoria sincrética gestada no seio da família patriarcal (Araújo, 1994:101-103; Bastos, 2006:186). Significa, portanto, menos anuência à ação do prelado do que repulsa a um projeto modernizante no qual a reeuropeização converter-se-ia em caminho de mão única: a Europa carbonífera e burguesa (Freyre, 1943;192; 2004:517). Nesse sentido, opor-se ao regalismo maçom expressava, para Freyre, mais uma faceta de sua batalha pela manutenção daquela rusticidade lusitana que, adaptada às terras tropicais, negaria a “homogeneização burguesa” (Bastos, 2003:100).

SUAS CRÍTICAS

à postura do imperador durante a Questão Religiosa sustentam nossa hipótese. D. Pedro II fora, segundo ele, “(...) um pastor protestante a oficiar em catedral católica” (Freyre, 1944:132) cujo apego à “superstição jurídica” (Freyre, 1944:135) o converteu em adepto dos “excessos burguesamente progressistas da época” (Freyre, 1944:136). Sua inabilidade em desempenhar “o jogo heroico dos contrários” (Freyre, 1944:138) ficara explícita durante a querela (Freyre, 1944:111), e se D. Vital, fazendo justiça ao nome de sua cidade natal, era “pedra, na vontade, e fogo, na ação” (Freyre, s./d.:61), não foram parcas as alusões à intolerância imperial (Guerra, 1952:256; Nabuco, 1997: 963-964; Pereira, 1966:29; Rodrigues, 1973:5; Villaça, 1974:137-138).

Assim, se os bispos reformadores desejavam decantar as práticas religiosas, Freyre identificava, em seus oposi-

res regalistas, o intuito de emoldurá-las em certo modelo anglo-saxão que, caso vitorioso, "(...) resultaria, entre nós, na melhor das hipóteses, numa caricatura da Metodista ou da Quacker" (Freyre, 1990:524). Dos males, o menor: na disputa entre o conservadorismo ultramontano e aqueles grupos associados ao nosso "complexo parnasiano-positivista" (Merquior, 1981:96), Freyre, já descrito como "o nosso mais completo anti-Rui Barbosa" (Merquior, 1981:95), opta pelo primeiro.

A ação de D. Vital fora informada pelo o espírito antiliberal do Syllabus, permitindo que ele ilustrasse, no Brasil, a ofensiva ultramontana de Pio IX (Romano, 1979:84-85; Villaça, s.d.:53). Ora, de todas as ortodoxias, foi a burguesa a mais amplamente rechaçada por Freyre (Araújo, 1994:137; Cardoso, 2006:27; Merquior, 1981:95-96). Segundo ele, a faculdade de reunir a diversidade sob a unidade, patrimônio nacional elaborado pela família patriarcal, merecia ser resguardada contra contundente projeto moderno no qual "(...) as peculiaridades regionais ganhavam aspecto único" (Freyre, 1943:120).

Percebemos, assim, como seu conservadorismo culturalista alimentava-se daquela atenção às circunstâncias inimiga da adesão do pensamento revolucionário a valores abstratos. Trata-se, aqui, da condenação daqueles que pretendem fazer tábula rasa das tradições sedimentadas pela história (Gahyva, 2017:304-305). O conservadorismo ultramontano estabelece relação tensa com esse princípio, pois sobrepõe às particularidades o universalismo cristão, mas torna-se possível contorná-lo se a tradição, como no caso brasileiro, for igualmente cristã. Mesmo que o projeto dos bispos reformadores ameaçasse várias das disposições do cristianismo lírico caracteristicamente luso-brasileiro, defendê-lo contra a maçonaria, associada ao liberalismo, era para Freyre, primeiramente, congruente com sua concepção móvel e ativa de tradição (Merquior, 1981:97-98).

Em segundo lugar, assim como os ultramontanos, Freyre atentava para a importância das instituições intermediárias (Bastos, 2006:47, 184-186). De modo geral, mas especificamente em "Sobrados e Mucambos", elas estão ameaçadas pelo processo simultâneo de ampliação da autoridade estatal (Bastos, 2003:150) e fortalecimento do individualismo (Bastos, 2006:46, 200). Se, desde Burke, o elogio aos poderes secundários não se desliga de uma nostálgica reconsideração do período medieval (Gahyva, 2017:301-302), Freyre, à falta de experiência histórica correlata, atribui traços sociologicamente feudais ao nosso passado colonial, identificando, nessa etapa de nossa formação, a construção de uma identidade nacional positiva.

O CONSERVADORISMO

ultramontano, à sua maneira, também foi capaz de reavaliar favoravelmente os tempos coloniais. Vejamos a famosa memória histórica do padre Júlio Maria: sua exaltação ao empreendimento jesuítico permite-lhe analisar essa época como aquela na qual "(...) o catolicismo formou a nossa nacionalidade" (Maria, 1950:27), conformando momento de esplendor da religião no Brasil (Maria, 1950:132). Assim, ambos, conservadorismos culturalista e ultramontano, atribuem àqueles tempos pretéritos a formação e consolidação de hábitos e costumes que deveriam informar projetos modernizantes.

Os sentidos dos elogios de Freyre a D. Vital admitem interpretação diversa e complementar. Afinal, se a crítica ao liberalismo os aliava em torno de um opositor comum, permaneciam seus pontos de discordância. Por outra via, entretanto, a defesa do bispo concilia-se com a tradição acomodatória própria ao mundo luso-tropical. Trata-se da insistência de nosso autor em destacar as origens familiares do jovem prelado.

Em quase todas as vezes que se refere a D. Vital, Freyre evidencia seu elo genealógico com o engenho pernambucano. Em "Casa Grande & Senzala", por exemplo, a única alusão ao bispo ilustra versão refinada daquele "(...) simples

e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho” (Freyre, 2002:75). Em “Sobrados e Mucambos”, ele compara a formação oceânica do Visconde do Rio Branco com a rusticidade patriarcal típica da formação do filho padre da vida real. “Por um processo de transferência que a psicanálise talvez explique”, o rígido autoritarismo paterno converteu-se, por um lado, (Freyre, 2004:79), na sua revolta contra o Estado regalista; por outro, na sua devoção à Maria, identificada com a figura materna, único alento ao “terror ao pai patriarcal” (Freyre, 2004:79).

Filho de terras ásperas, D. Vital não crescera naqueles engenhos de massapê afeitos a homens de temperamento contemporizador (Freyre, 1989:47). A severidade com a qual afrontou “os grandes maçons do império” (Freyre, 1989:174) não se justifica, segundo Freyre, somente em decorrência de sua formação religiosa. Quando partiu para sua viagem de estudos europeia, o jovem religioso levava consigo certo “orgulho de aristocrata de engenho que continuou sendo sob as barbas de frade, sob o capucho de religioso, sob a murça de bispo” (Freyre, 1989:176).

Ao invés de explicar as atitudes do bispo durante a Questão Religiosa em função de sua adesão à ortodoxia ultramontana, o autor de “Nordeste” enquadra-a na moldura patriarcal (Pereira, 1982:212). O exercício possibilita a Freyre sugerir uma interpretação da polêmica capaz de iluminar o papel dos valores patriarcais em uma disputa frequentemente examinada sob o ponto de vista exclusivo do embate entre regalistas e ultramontanos. Na sua interpretação, ao invés de ter sido “(...) mais papista do que o Papa” (Lyra, 1977:209), o jovem prelado, “descendente dos senhores de engenho que expulsaram os holandeses do Nordeste” (Freyre, 1989:176), fora um “aristocrata revolucionário” (Freyre, 1989:168).

Na interpretação de Freyre, D. Vital notara a urgência de adaptar o catolicismo ao processo de arrefecimento da família tutelar – *noblesse oblige*. Orientado por essa necessidade, qualificou-se, enquanto de protagonista da Questão Religiosa, como expoente máximo do processo de modernização conservadora da Igreja no Brasil (Serbin, 2008:81). Em oposição aos objetivos da elite imperial, cujos “bovarismo jurídico” e “europeísmo cenográfico” (Freyre, 1979:139) apontavam para o desenvolvimento de um tipo de religiosidade simultaneamente burocratizado e americanizado, o bispo de Olinda pleiteava um modelo de catolicidade capaz de adequar o cristianismo lírico aos tempos vindouros.

O movimento reformador, segundo essa perspectiva, pode ser encarado antes como processo de acomodação



do que como imperativo de um programa ortodoxo. Se, como assinala Araújo, a reprovação de Freyre à reeuropeização ampla e irrestrita deriva de seu linear e metódico padrão (Araújo, 1994:137), sua defesa do “Dom Quixote da Igreja” (Freyre, 1982:12), em contraste, alimenta-se da certeza de que ele abrigava, sob o véu do conservadorismo ultramontano, aquela lógica conciliatória, típica dos herdeiros da casa-grande, capaz “(...) de admitir, plasticamente, a influência de qualquer tradição (Araújo, 1994:103):

“(...) quem, nesse drama apaixonante, se mostrou identificado até a alma com aquela permanência, com aquela vivência e com aquele espírito ao mesmo tempo Católicos e brasileiros foi o aparente afrancesado, desbrasileirado, desnacionalizado capuchinho formado na Europa e suspeito de ultramontano e arcaico no seu modo de ser sacerdote e de ser bispo; e os então desligados da vivência brasileira e do espírito religioso da sua gente foram os políticos e os sacerdotes ‘progressistas’” (Freyre, 1982:12).

Este breve ensaio faz parte de esforço mais extenso voltado à identificação das diversas clivagens no seio do conservadorismo brasileiro. Se, de modo geral, todas as suas variações compartilham a crença em certa origem extra-humana da ordem social, a vertente mais destacada durante o século XIX e boa parte do XX, o idealismo orgânico (Brandão, 2007), detecta no reformismo estatal o antídoto para as insuficiências societárias. Já conservadores culturalistas e ultramontanos reconhecem no passado colonial a elaboração de uma dinâmica social original, de inspiração patriarcal e católica, contrária tanto ao cosmopolitismo liberal quanto ao intervencionismo estatal (Lynch & Paganalli, 2017:88-882).

TAL AFINI- DADE

é crucial para o entendimento dos sentidos dos elogios de Freyre a D. Vital: para ambos, lutar contra o regalismo imperial implicava tentativa de preservar suposta autenticidade brasileira em face das ameaças provenientes do crescente universalismo individualista. As convergências, todavia, encerram-se aqui. Afinal, foi no desprezo à sua formação ultramontana e, em oposição, no resgate do elo de D. Vital com a tradição patriarcal que encontramos outra possibilidade de leitura para aquele enaltecimento. Em distintas palavras, essa segunda chave interpretativa indica os limites da aproximação entre as duas linhagens conservadoras aqui discutidas.

Para Gilberto Freyre, a defesa do catolicismo vinculava-se à herança sincrética produzida no universo do latifúndio monocultor canavieiro. Trata-se, assim, de modalidade religiosa compatível com a liberdade de crença. D. Vital, por seu turno, “caracterizado por excessivo ultramontanismo” (Guerra, 1952:42), condicionava a pujança e a estabilidade nacionais ao exclusivo católico. Para ele, as misturas, definitivamente, não eram bem-vindas. ●

A autora é professora Associada do Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ e professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). helga.gahyva@gmail.com

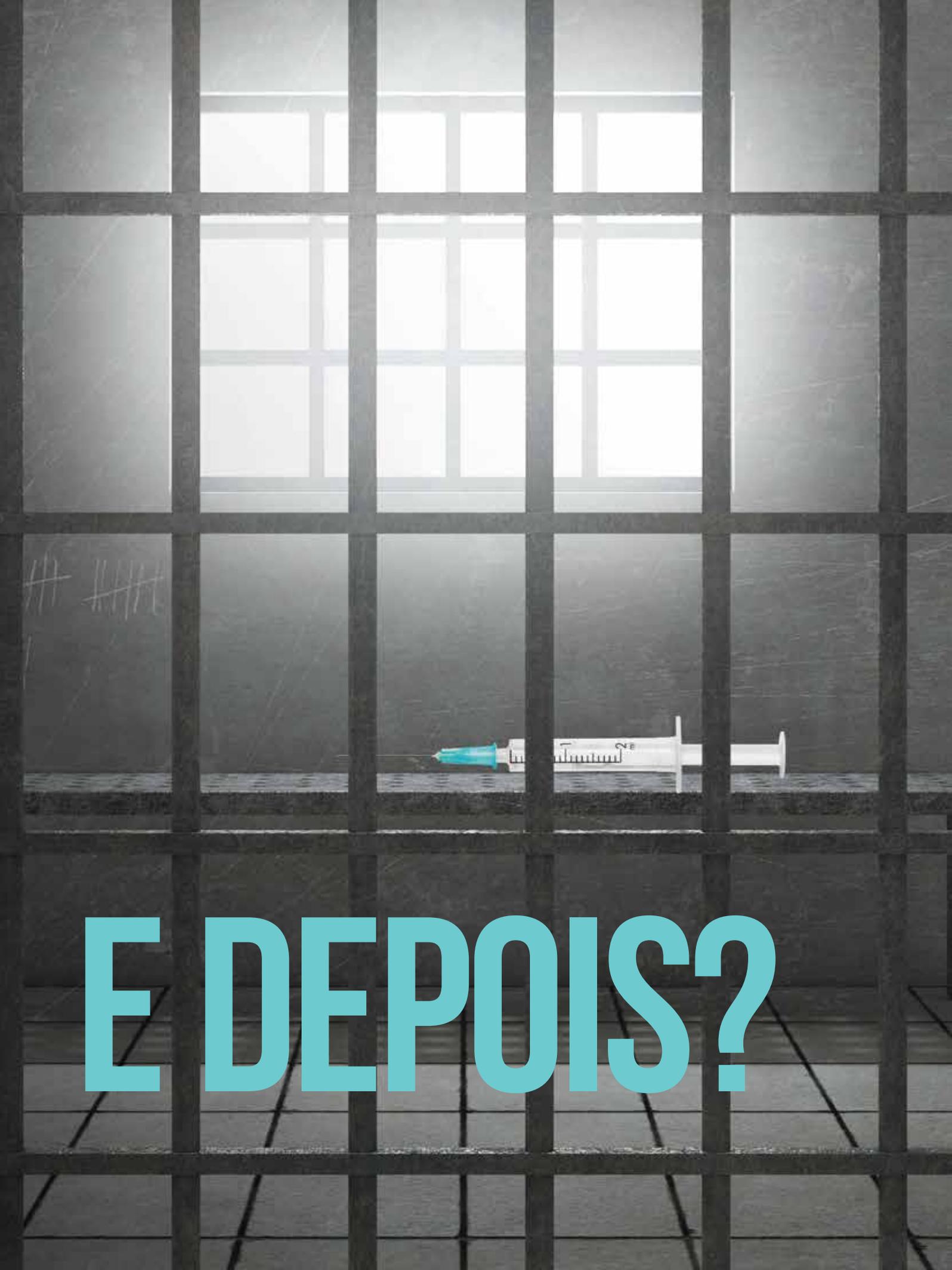
BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, R. B. (1994), *Guerra e paz: 'Casa Grande & Senzala'* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- BASTOS, E. R. (2006), *As criaturas de prometeu*. São Paulo, Global.
- CALÓGERAS, J. P. (1936), *Estudos históricos e políticos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- FREYRE, G. (2004), *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global.
- _____. (2002), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo, ALLCA XX.
- _____. (1990), *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. Rio de Janeiro, Record.
- _____. (1982), “Prefácio”, in PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre Igreja e Estado no Brasil*. Recife, Editora Massangana, pp. 11-18.
- _____. (1989), *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Record.
- _____. (1979), *Pessoas, coisas & animais*. São Paulo, MPM Propaganda.
- _____. (1944), *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1943), *Problemas brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante.
- _____. (s.d.), *Dona Sinhá e o filho padre*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- GONÇALVES, A. C. (1947), “Introdução” in CASCUDO, L. C. et. al. *O homem de espanto: estudos realizados em Natal, por ocasião do primeiro centenário do nascimento de Dom Vital*. Natal, tip. Galhardo, pp. XI-XVIII.
- LIMA, M. O. (1989), *O Império brasileiro: (1821-1889)*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- LYNCH, C. E. C. & PAGANELLI, P. (2017), “The culturalist conservatism of Gilberto Freyre: society, decline and social change in *Sobrados e Mucambos* (1936)”. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v.07.03:879-903, dez.
- LYRA, H. (1977), *História de D. Pedro II: 1825-1891*. Belo Horizonte, Itatiaia, vol. 2, Fastígio: 1870-1880.
- MARIA, J. (1950), *O Catolicismo no Brasil: Memória histórica*. Rio de Janeiro, Agir.
- MERQUIOR, J. G. (1981), “Na casa grande dos oitenta”, in *Gilberto Freyre na Universidade de Brasília: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 13 a 17 de outubro de 1980*. Brasília, ed. UNB, pp. 85-95-99.
- NABUCO, J. (1997), *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, vol. 2.
- PEREIRA, N. (1982), *Conflitos entre Igreja e Estado no Brasil*. Recife, Editora Massangana.
- _____. (1978), “Gilberto Freyre e Dom Vital”, in *Ciência & Trópico*, 6(11):107-120.
- PORTELA, E. (2002). “Gilberto Freyre: as impurezas da modernidade”, in *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo, ALLCA XX, pp. XXI-XXIII.
- VIEIRA, D. G. (1980), *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, Ed. UNB.
- ZAVALA, S. “Gilberto Freyre, hispanista”, in *Gilberto Freyre na Universidade de Brasília: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 13 a 17 de outubro de 1980*. Brasília, ed. UNB.

ESTÁ FALTANDO OXIGÊNIO NO AMAZONAS

CESAR CALDEIRA

Advogado



E DEPOIS?

À MEMÓRIA DE

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

Naquela madrugada, despertei assustado. Estava numa situação que faltava ar. No sobressalto, levei a mão ao rosto. A máscara CPAP – que uso para apneia do sono – estava fixa e o ar fluía. Lola dormia ao meu lado. Ar-condicionado ligado. Nenhum barulho estranho no apartamento ou vindo da rua. Estava vestido com a camiseta do Rancho Carnavalesco Flor do Sereno que exhibe um casal de jacarés desfilando. Fugi do pesadelo sufocante e fui beber água no escritório.

Na noite anterior, vi imagens e tive as notícias sobre pacientes que morriam sem oxigênio nos hospitais em Manaus.¹ Públio Lessa, promotor de justiça, conta que levou nas costas uma bala de oxigênio para salvar o filho internado fazia três dias na UTI da Fundação Medicina Tropical. “Todos os médicos e enfermeiros sem ter condições de fazer absolutamente nada. A única solidariedade era o

olhar de choro de todos eles”, disse à Rede Amazônica. Outros pacientes estavam morrendo. Além de declarações de dor e pedidos de oração, Lessa aponta para a falta de planejamento nesta pandemia, que é vista como “guerra”.² Há “irresponsabilidade do Estado”, diz, apontando para políticos, o ministro que foi à Manaus e o presidente da República. E indica a necessidade de uma resposta política a esta situação.

Quando assisti ao vídeo, entendi que os acontecimentos em Manaus davam um novo foco à pandemia – com o reconhecimento de uma “variante brasileira P.1” do vírus. E mais urgência de decisão política na federação sobre a responsabilização, e punição efetiva, de autoridades políticas. Mas, como se transformar essa dor e indignação em resposta de política de saúde pública?



LEVOU NAS
COSTAS UMA BALA
DE OXIGÊNIO PARA
SALVAR O FILHO
INTERNADO FAZIA
TRÊS DIAS NA UTI

A solidariedade em um grupo ocorre quando se reconhece o outro como igualmente digno de respeito e também se, e quando, suas perspectivas e interesses são levados em conta. Há integração de sentir e pensar em conjunto. Assim, frente a desesperança na sobrevivência dos pacientes no hospital, a dor é compartilhada por toda equipe médica. O oposto seria o desinteresse afetivo por mortes.

Por outro lado, a coordenação de condutas diversificadas é indispensável para o funcionamento da organização hospitalar, e as autoridades devem responder por suas políticas – ações e omissões – de acordo com a lei.

EM MANAUS: QUAL A AUTORIDADE ESTABELECE OS CRITÉRIOS DA ORDEM?

Em abril e maio de 2020 a capital do estado do Amazonas teve graves problemas de atendimento hospitalar, em parte devido a dificuldades de infraestrutura, como a ausência de UTIs em outras cidades. Ocorreram enterros em valas comuns. Quando o pico inicial da pandemia recuou, fecham-se hospitais de campanha e emprestam-se respiradores para outros estados. Entre julho e outubro, o estado desativou 85% dos leitos de UTI obtidos no início da crise em Manaus. Criou-se a ilusão de que, devido ao alto número de contagiados inicialmente, haveria uma “imunidade coletiva”. Houve a flexibilização do isolamento social em junho. Escolas particulares foram reabertas em julho. As medidas preventivas, como o distanciamento entre as pessoas e uso de máscaras, foram abandonadas. As pessoas recorreram a crenças: “Aqui no calor o vírus perde força”. Festas rave continuaram no balneário da Ponta Negra.

Em setembro, pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou para a ocorrência de uma segunda onda do vírus em Manaus. O prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) pediu a decretação de lockdown por duas semanas e apoio estadual para manter a ordem pública. A Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) do Estado de Amazonas divulgou nota em 9 de setembro refutando os dados e estimativas da pesquisa da Fiocruz. Não houve cooperação e articulação do prefeito com o governador. Os casos aumentaram em setembro e outubro.

No dia 29 de setembro o presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) falou aos seus apoiadores em frente ao Palácio do Planalto: “A gente vê agora absurdos. O prefeito de Manaus falou que está esperando uma sugestão do governador para decretar o lockdown. Essa política acabou, cara. Eu falei lá em março que estava errada essa política. Tá tudo dando certo o que eu falei”.³ No mesmo dia, o governador do Amazonas adotou essa recomendação.

As aglomerações retornaram com as eleições municipais de 2020 e as festas natalinas e eventos clandestinos. O governador Wilson Lima (PSC), eleito de 2018 com apoio do candidato a presidente Jair Bolsonaro, impôs restrições ao comércio por 15 dias a partir do dia 26 de dezembro. O prefeito Virgílio Neto protestou que a época era inapropriada porque o comércio estava repleto de estoques. Ambulantes juntos com comerciantes e trabalhadores de lojas de shoppings saíram às ruas em protesto massivo. O governador revogou a medida restritiva e as atividades comerciais retornaram na segunda-feira, dia 28 de dezembro (Decreto 43.236).

Nessas circunstâncias de ausência de entendimento entre o prefeito e o governador – autoridades políticas que têm o dever de atuar face a esse problema de gestão local – cabe recurso à instância judicial? Há polêmica, certamente. Mas durante a crise sanitária e paralisa decisória governamental em Manaus, essa via foi seguida.

Como medida inicial, os promotores dos Ministérios Públicos do Estado (MPAM), de Contas (MPC) e do Trabalho (MPT), em conjunto com as Defensorias Públicas do Estado (DPE) e da União (DPU) elaboraram a Recomendação Conjunta nº 01/2020 dirigida e entregue, em reunião, ao governador. Entre as medidas elencadas no documento estão: 1) o fechamento imediato das atividades comerciais e serviços considerados não essenciais, e a consequente revogação do Decreto 43.236 que determinou novas medidas, no dia 28 de dezembro; 2) que estas medidas deveriam permanecer em vigor até que o estado atingisse, pelo menos, o índice de 85% de ocupação de leitos disponíveis, clínicos e de UTI, para pacientes com Covid-19 e; 3) a solicitação da Força Nacional de Segurança para a garantia da segurança pública e o cumprimento das medidas sanitárias.

Em rede social o governador escreveu que encaminhou “o documento para avaliação do Comitê de Enfrentamento à Covid-19, buscando sempre o equilíbrio entre diminuir a transmissão do vírus e manter as atividades econômicas”.⁴ De imediato nenhuma providência foi tomada. Porém, a pressão político-institucional aumentava.

O governador Wilson Lima continua sob investigação da Polícia Federal – na Operação Sangria – que apura indícios de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude à licitação na compra de respiradores para os hospitais locais – a empresa que venceu o certame atuava no setor de vinhos.⁵ Os ventiladores pulmonares foram superfaturados e eram inadequados para o uso contra o coronavírus.

O novo prefeito de Manaus, David Almeida (Avante), eleito no segundo turno, é alinhado com o governo Bolsonaro. No auge da crise de morte por asfixia em janeiro, declarou em entrevista que a Prefeitura não tem hospitais públicos, só unidades básicas de saúde (UBSs) e lá não está faltando oxigênio: “Os meus abrigos de idosos, asilos, todos estão abastecidos”, afirmou.⁶ A prefeitura usa o “tratamento precoce” recomendado pelo Ministério da Saúde da União nas UBSs, porém esses medicamentos – como a cloroquina – não tem amparo científico.

No dia 2 de janeiro, em resposta ao pedido do promotor de justiça da área de Direitos Humanos e Cidadania, em ação civil pública, com tutela provisória de urgência, obteve-se a decisão do Tribunal de Justiça de suspensão das atividades não essenciais por quinze dias (até 17/01). No dia 4, o governador decretou essa medida com o alcance daquele decreto revogado em 28 de dezembro. E, acolheu as orientações da FVS, que recomendou essas medidas em Parecer Técnico datado de 31/12/2020.

A mídia em Manaus apoiou a decisão judicial a favor das restrições impostas, e políticos reclamaram da interferência judicial, que levou o governador a reimpôr restrições. Em grupos no WhatsApp foram convocadas manifestações públicas em vários locais da cidade. Mas no dia 5 de janeiro os manifestantes não apareceram.

A opção pela via judicial de imposição da normatividade adequada prosseguiu na crise hospitalar em Manaus. No dia 14 de janeiro, as instituições como o Ministério Público e Defensoria Pública – do Estado do Amazonas e Federal – peticionaram conjuntamente, através de ação civil pública, perante a Justiça Federal para obrigar a União e o Estado do Amazonas a cumprirem as medidas que garantam o fornecimento regular de oxigênio às unidades de saúde. Obtida a tutela antecipada, as autoridades estaduais e federais tomaram providências que foram julgadas insuficientes: a fila por leitos continuava e sequer havia um plano de abastecimento de oxigênio.

Nova manifestação é feita perante a Justiça Federal em 26 de fevereiro. Nesse pedido se inclui multa pessoal ao secretário estadual de Saúde e ao ministro da Saúde, em caso de descumprimento da ordem judicial, além do bloqueio de verbas públicas federais e estadual destinadas à publicidade. A judicialização da política de saúde pública adotada na pandemia tem limitações, apesar de ser a via disponível, de imediato, nos planos locais e estaduais.

EM BRASÍLIA: O SUPREMO RESPONDE

Está no plano federal, na liderança do presidente Jair Bolsonaro e na atuação do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, a responsabilidade pela implementação da política sanitária estratégica no território nacional.

No dia 15 de janeiro, Jair Bolsonaro deu mais uma entrevista ao apresentador José Luiz Datena, no programa Brasil Urgente, na Band News, na qual repetiu: “O STF foi bem claro, em abril do ano passado, ao dizer que presidente está proibido de executar qualquer ação no combate ao coronavírus”. Horas depois, o ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF), relator das ações referentes à crise sanitária, determinou ao Governo Federal na ADPF 756 TPI/DF que:

“Promova, imediatamente, todas as ações ao seu alcance para debelar a seríssima crise sanitária instalada em Manaus, capital do Amazonas, em especial suprindo os estabelecimentos de saúde locais de oxigênio e de outros insumos médico-hospitalares para que possam prestar pronto e adequado atendimento aos seus pacientes, sem prejuízo da atuação das autoridades estaduais e municipais no âmbito das respectivas competências.”

Na justificativa, o ministro reapresentou o raciocínio constitucional e legal que impõe o dever da União de atuar. Primeiro, contra calamidades públicas (CF art. 21, XVIII), quando a União tem o dever de planejar e promover ações. Segundo, na coordenação das atividades do setor de saúde (CF art. 198), incumbindo-lhe, em especial, o seguinte: “Executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional”, conforme estabelece o disposto no art. 16, III, a, e parágrafo único, da Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). P. 10.

Por fim, o ministro aponta para a excepcionalidade da atuação do Judiciário face às políticas públicas em dois momentos do seu voto, grifados no original, que impõe o envio de oxigênio medicinal ao Estado do Amazonas:

(...) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal exercer o seu poder contramajoritário, oferecendo a necessária resistência às ações e omissões de outros Poderes da República de maneira a garantir a integral observância dos ditames constitucionais, na espécie, daqueles dizem respeito à proteção da vida e da saúde.

(N)este momento de arrebatador sofrimento coletivo, em meio a uma pandemia que vitimou centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo, ... não é dado aos agentes públicos tergiversar sobre as medidas cabíveis para debelá-la, as quais devem guiar-se pelos parâmetros expressos na Constituição e na legislação em vigor, sob pena de responsabilidade.

No dia 17 de janeiro, o governo Bolsonaro enviou 70 mil metros cúbicos de oxigênio hospitalar, que correspondia ao consumo de apenas um dia no estado naquele momento de agravamento da pandemia.⁷ E, no estado de São Paulo, após aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do uso emergencial da vacina CoronaVac do Instituto Butantan, a enfermeira Mônica Calazans, que

atua na UTI do Instituto de Infectologia Emilio Ribas, foi vacinada. Desde então, a pressão política por vacinação contra o coronavírus cresce.

EM FEVEREIRO NÃO TEVE CARNAVAL

No primeiro dia do mês de fevereiro, 225.143 pessoas estavam mortas devido à Covid-19 no Brasil. Arthur Lira (PP-AL) é eleito presidente da Câmara dos Deputados, com 302 votos e apoio do presidente Bolsonaro. Em segundo lugar, com 145 votos, ficou Baleia Rossi (MDB-SP), candidato articulado por Rodrigo Maia (DEM-RJ). Não foi preciso segundo turno. Em seu primeiro ato, Lira anulou a eleição para os demais cargos da Mesa Diretora. Segundo ele, o bloco de dez partidos que apoiava Rossi, protocolou suas candidaturas após o término do prazo. A oposição argumentou que era um “golpe” e que iria recorrer ao STF; o PDT moveu a ação. Porém, a oposição chegou a um acordo com Lira em torno dos cargos e desistiu do recurso. Ficou a exibição da tensão entre os blocos.

Ainda no período pré-carnavalesco, o lançamento do livro “General Villas Bôas: conversa com o comandante” provocou reações. Em seu depoimento, o general afirma que o texto que divulgou em rede social na véspera do julgamento do pedido de habeas corpus de Luís Inácio Lula da Silva no STF, na noite de 3 de abril de 2018, “teve um ‘rascunho’ elaborado pelo meu staff e pelos integrantes do Alto Comando residentes em Brasília”. Mas que “tratava-se de um alerta, muito antes que uma ameaça”.

Em nota, o ministro Edson Fachin declara, no dia 15 de fevereiro:

“Diante de afirmações publicadas e atribuídas à autoridade militar e na condição de relator no STF do HC 152752, anoto ser intolerável e inaceitável qualquer forma ou modo de pressão injurídica sobre o Poder Judiciário. A declaração de tal intuito, se confirmado, é gravíssima e atenta contra a ordem constitucional. E ao Supremo Tribunal Federal compete a guarda da Constituição”

Nas redes sociais, no dia seguinte o general Villas Bôas, ao responder a um seguidor, acompanhou seu comentário e ironizou: “Três anos depois”. O ministro Gilmar Mendes do STF, em resposta, também no Twitter, publicou: “A harmonia institucional e o respeito à separação dos poderes são valores fundamentais da nossa República. Ao deboche daqueles que deveriam dar o exemplo responde-se com firmeza e senso histórico: Ditadura nunca mais!”

O deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), ainda na terça-feira de Carnaval, divulga um vídeo – supostamente

em “defesa” do general Villas Bôas – mas ostensivamente um “discurso de ódio” contra seis ministros do STF, instituição da qual pede o fechamento. E enaltece o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

O ministro Alexandre de Moraes do STF decretou a prisão de Silveira “imediatamente e independentemente de horário por tratar-se de prisão em flagrante delito”. Como o vídeo permanecia no ar e era compartilhado, havia flagrante permanente. E não caberia fiança. Além de “crimes contra a honra do Poder Judiciário e dos ministros do Supremo Tribunal Federal”, sua conduta enquadrada em vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional de 1988.

Na tarde de quarta-feira, o Plenário do STF referendou, por unanimidade, a decisão de ofício do ministro Moraes em sessão de 45 minutos. Dois dias depois, em sessão extraordinária remota, a Câmara dos Deputados decidiu, com a participação de 497 deputados, do total de 513 membros da Casa, a favor da manutenção da prisão por voto de 364 em apoio ao parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

A relatora destacou a intenção de criar animosidade entre o STF e as Forças Armadas: “É impensável que o constituinte originário tenha imaginado a imunidade material assegurada aos parlamentares como um instrumento para conseguir o fechamento do Supremo Tribunal Federal, do Congresso ou para pôr fim ao princípio da separação dos poderes.”

Na votação transmitida ao vivo e alvo de atenção da mídia, 130 deputados votaram contra a manutenção da prisão e três se abstiveram.

Na semana seguinte, Arthur Lira articulou um “acordo” para uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que ampliaria os casos de imunidade parlamentar, *sem passar por comissões legislativas*, como uma reação à decisão do STF. A chamada “PEC da Impunidade” ganhou visibilidade pública e lideranças partidárias envolvidas recuaram na sexta-feira, 26 de fevereiro. Nessas circunstâncias, não conseguiria 308 votos para aprovação rápida em dois turnos. E aceitou sua primeira derrota no projeto de ampliação da impunidade política e administrativa em andamento, que deve incluir modificações da legislação sobre improbidade administrativa.

Está em discussão a redução do controle sobre contratação de parentes na administração pública (exclusão do artigo 11 da Lei) e passar a exigir prova do dolo (intenção de



cometer uma irregularidade) para que haja punições como cassação ou perda de direitos políticos. Dentro desse interesse estratégico de reduzir a responsabilização está um “blocão” suprapartidário que visa ampliar a desarticulação de investigações passadas, e atuais, sobre corrupção e lavagem de dinheiro.

Em 8 de março, a decisão do ministro Fachin de declarar a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar Lula, acolhendo seu pedido de habeas corpus em embargos de declaração,⁸ surpreendeu a todos. Essa decisão é o sobre pressuposto de legitimidade da prestação jurisdicional e não sobre o mérito da acusação. Todavia, os efeitos dessa decisão repercutem na situação política e eleitoral de Lula num ano que precede as eleições gerais de 2022.

Apesar das intrincadas polêmicas jurídicas geradas, principalmente devido ao julgamento do processo de suspeição do ex-juiz Sergio Moro na 2ª Turma do STF, presidida

A photograph of a clear glass bottle with a narrow neck, placed on a dark, rusty metal grate. Below the grate, the bottle's reflection is visible in a pool of water. The background is a blurred outdoor scene with a greyish-blue sky and a body of water.

ELITÊS DESUNIDAS TAMBÉM SÃO CAPAZES DE TRANSFORMAREM-SE EM ELITES IDEOLÓGICAS

por Gilmar Mendes, as expectativas da construção de uma atualizada “coligação lulista” com Lula elegível exige a reavaliação dos atores políticos principais.

No mesmo dia, 9 de março, os advogados do réu condenado na Lava Jato Eduardo Cunha – ex-presidente da Câmara dos Deputados, que acolheu o pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) – pediram a declaração da suspeição do juiz Sergio Moro, com base nos votos dos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. No habeas corpus solicitam ainda a anulação de todos aos atos decisórios e instrutórios do ex-juiz da Lava Jato em Curitiba devido a “evidente perda do dever de imparcialidade em prejuízo do paciente”. O uso imediato dos argumentos dos ministros sugere que inúmeros réus condenados tentarão obter anulação por essa via, caso algum obtenha sucesso.

ENQUANTO ISSO, COMO O CONGRESSO ATUA?

A “coligação bolsonarista”, que possibilitou a extraordinária vitória eleitoral em 2018 – nos planos federal e

estadual –, pode ser analisada como uma “elite desunida” (CALDEIRA, *Inteligência*, nº 84, p. 124). Essa classificação, do ponto de vista da integração estrutural e da extensão do consenso de valores, caracteriza-se por um desacordo relativamente ao valor das instituições políticas e pela não adesão a um código comum de comportamento. Podem estar presente nesse tipo de aliança agentes “antissistema”, que em dadas condições de grave ameaça à preservação ou ampliação de seus interesses optem por soluções políticas autoritárias. Ou seja: onde assumem governos em coligação com elites desunidas, podem ocorrer deslocamentos repentinos e violentos dentro da coligação (autogolpe, como na iniciativa “intervenção militar com Bolsonaro”).

Elites desunidas também são capazes de, através de vários processos, transformarem-se em elites ideológicas, conduzidas por ideólogos e propagandistas engajados originariamente na coligação. São exemplos as práticas do chamado “negacionismo” na atual pandemia e da “máquina do ódio” ao competidor político ou dissidente

do grupo (p. ex., Sergio Moro ou o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta).

O reinício dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, marcado pelas negociações do governo Bolsonaro, por intermédio de seus ministros militares e do ministro da Economia Paulo Guedes, evidencia que, para Arthur Lira e sua base parlamentar de “políticos de negócios”, a ampliação da impunidade política-administrativa é prioridade. Esse interesse estratégico, compartilhado com o Executivo federal, permite que nem as atividades rotineiras e previstas sejam efetivadas.

Em 12 de março de 2021 não há ainda previsão de votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) que deveria ter sido efetivada até 22 de dezembro de 2020, para a obtenção da sanção presidencial. A observância desse prazo foi negociada, em parte, devido ao interesse dos políticos nas eleições municipais, na disputa entre os blocos pela Presidência das duas Casas do Congresso e a falta de prioridade em tomar providências legislativas em relação à crescente pandemia do coronavírus.

A resposta mais rápida e, talvez politicamente mais eficaz, seria o Congresso cumprir seu dever: discutir e votar a LOA e aguardar as medidas provisórias do presidente que liberam “créditos extraordinários” para uso em gastos sociais no estado de calamidade na saúde pública (Lei Nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020). Essa lei teve sua vigência estendida por decisão do ministro Lewandowski em liminar na ADI 6625 ajuizada pela Rede Sustentabilidade e referendada, por maioria, no dia 5 de março de 2021. A lei prevê, entre outras medidas, as de isolamento, quarentena, testagem e vacinação compulsórias.

Em 2020, o presidente editou 39 medidas provisórias (MPs) de créditos extraordinários para o enfrentamento da Covid-19, conforme § 3º do art. 167 da CF. Juntas, elas liberaram R\$ 655,85 bilhões. Esses créditos extraordinários não dependem de autorização parlamentar. São destinados para cobrir “despesas imprevisíveis e urgentes” existentes na descontrolada pandemia, quando ocorre o colapso do sistema hospitalar. A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) constatou que



**A PEC EMERGENCIAL
FOI ALVO DE
NEGOCIAÇÕES SEM
TRANSPARÊNCIA
DURANTE UM “ESTADO
DE CALAMIDADE”**

o Executivo cancelou R\$ 75,91 bilhões desses créditos obtidos porque os ministérios não fizeram o empenho das despesas até o dia 31 de dezembro. A parcela cancelada por falta de empenho representa 11,5% do total.

Dois pontos merecem destaque: 1) esse volume de recursos disponível (R\$ 75,91 bilhões) é muito superior aos R\$ 44 bilhões que são previstos na PEC Emergencial de março de 2021; 2) se houvesse sido efetivamente gasto, o montante teria superado o auxílio financeiro pago pela União a estados, Distrito Federal e municípios (R\$ 63,15 bilhões), que estão em fevereiro e março de 2021 em busca de apoio financeiro no Congresso; 3) Os R\$ 75,91 bilhões anulados teriam sido suficientes ainda para cobrir mais de dois meses do auxílio emergencial pago a trabalhadores informais, autônomos e desempregados em janeiro e

fevereiro de 2021. O programa consumiu, em média, R\$ 33,6 bilhões por mês entre abril e dezembro.

A vigência desses créditos se esgota com o exercício financeiro em que foram abertos. Contudo, é permitida a reabertura dos saldos para o exercício seguinte, desde que autorizados em um dos últimos quatro meses do exercício financeiro, caso em que serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. Para efeito dessa permissão, considera-se a data de edição da respectiva Medida Provisória. Essa informação simples está no Manual Técnico do Orçamento do Ministério do Planejamento.⁹

Essas informações evidenciam a estratégia política do governo Bolsonaro de se omitir em resolver problemas sanitários e econômicos decorrentes da pandemia, apesar de ter recursos disponíveis para tomar as providências práticas.

A PEC Emergencial foi alvo de negociações sem transparência durante um “estado de calamidade”, em que os procedimentos constitucionais foram desrespeitados. A “tramitação especial” na Câmara dos Deputados, em que o texto vindo do Senado foi encaminhado diretamente para negociações no plenário, em dois turnos de votação, viola a Constituição de 1988. A proposta de mudança da Constituição deve obrigatoriamente ser apreciada em duas comissões: a de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e a Comissão Especial, com observância dos prazos previstos. A mudança constitucional às pressas é indicativa da deterioração institucional pactuada na construção de um regime político autoritário.

DE VOLTA AO RIO

Em março, obedecendo o isolamento social, dou aulas remotas. No curso sobre Cidadania e Direitos Sociais monitoramos a política sanitária na pandemia. Há também nossa percepção e reconhecimento do problema coletivo que verificamos ao nosso redor. Conversamos, de maneira estruturada, sobre a adesão, ou não, de todos nós às regras básicas de prevenção ao contágio – como usar máscaras e evitar aglomerações – se percebemos mudanças de opinião e comportamento nas várias redes sociais que mantemos vínculos estáveis com familiares, amigos e colegas. Busco recomendações sobre como efetivar restrições individuais que trazem o bem comum.

Escuto nos diálogos que as crenças e opiniões de pessoas a quem temos afeto e vínculos estáveis não vão mudar com o agravamento da pandemia. É inútil tentar

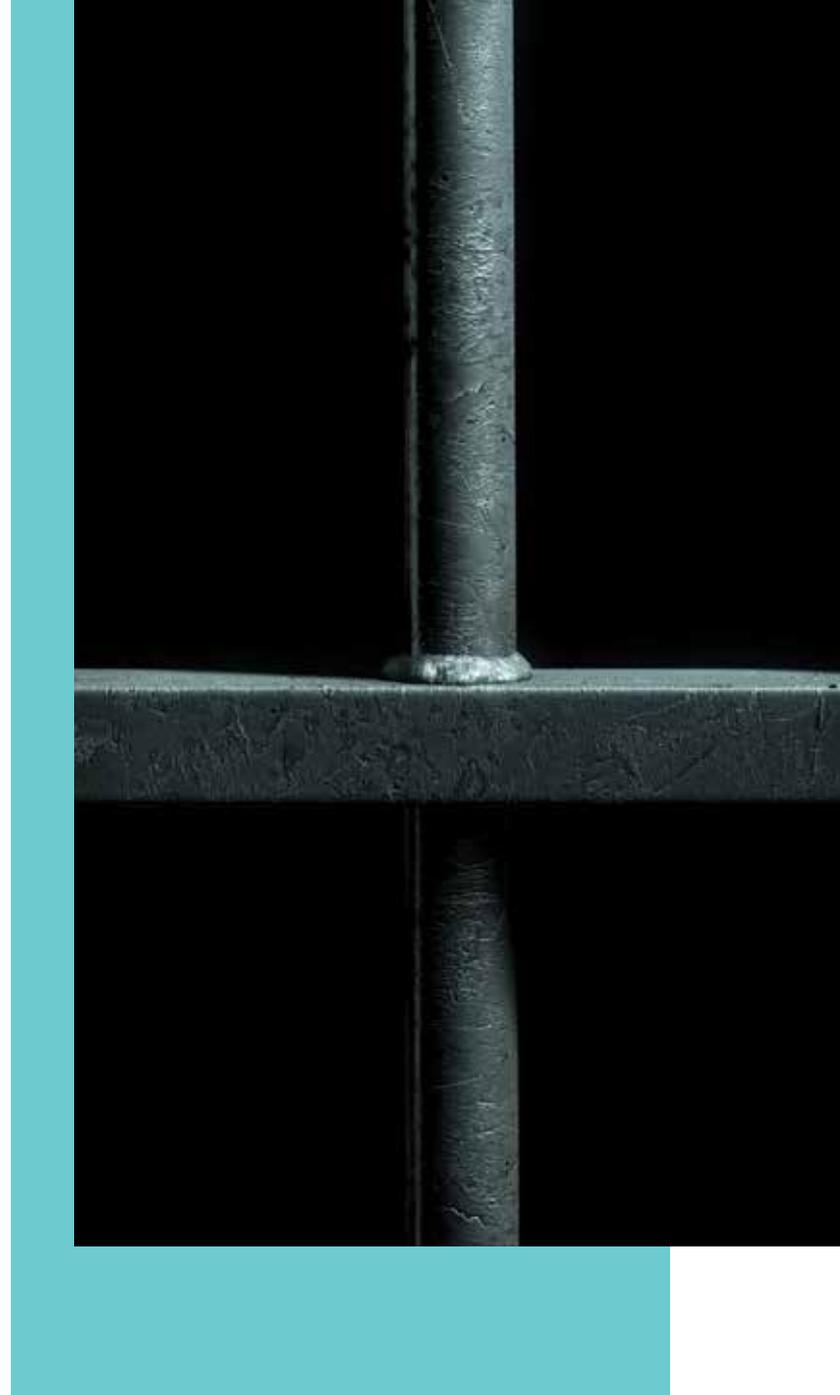
convencê-las, dependendo do caso, a usar máscaras, evitar aglomerações ou tomar a vacina que ainda não temos. Gostaria que essa constatação fosse mais um pesadelo do qual pudesse acordar sobressaltado. Mas estou bem acordado quando ouço estas avaliações sinceras.

O diálogo sobre o valor constitucional da solidariedade – fundamental para efetivar direitos sociais como a saúde – nos leva a caminhos muito além da prosperidade material individual. A construção de uma sociedade democrática, livre, justa e solidária (art. 3º, I da CF) é muito mais que a volta urgente de um plano emergencial de cerca de 250 reais por quatro meses para acolher “trabalhadores informais”.

Quando vi o promotor de justiça em Manaus aflito com a falta de oxigênio no hospital e indignado com a omissão das autoridades públicas, compartilhei sua expectativa de que processo decisório institucional poderia responsabilizar efetivamente os agentes envolvidos no colapso hospitalar antecipado e anunciado. Segui seu roteiro sobre freios institucionais ao exercício omissivo ou abusivo do poder. Constatei que desde Manaus as instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública tomaram com a devida urgência as providências judiciais cabíveis. O STF respondeu às ações com decisões. Até o dia 12 de março de 2021, o STF teve 7.590 processos e tomou 9.225 decisões sobre controvérsias da pandemia de Covid-19.¹⁰

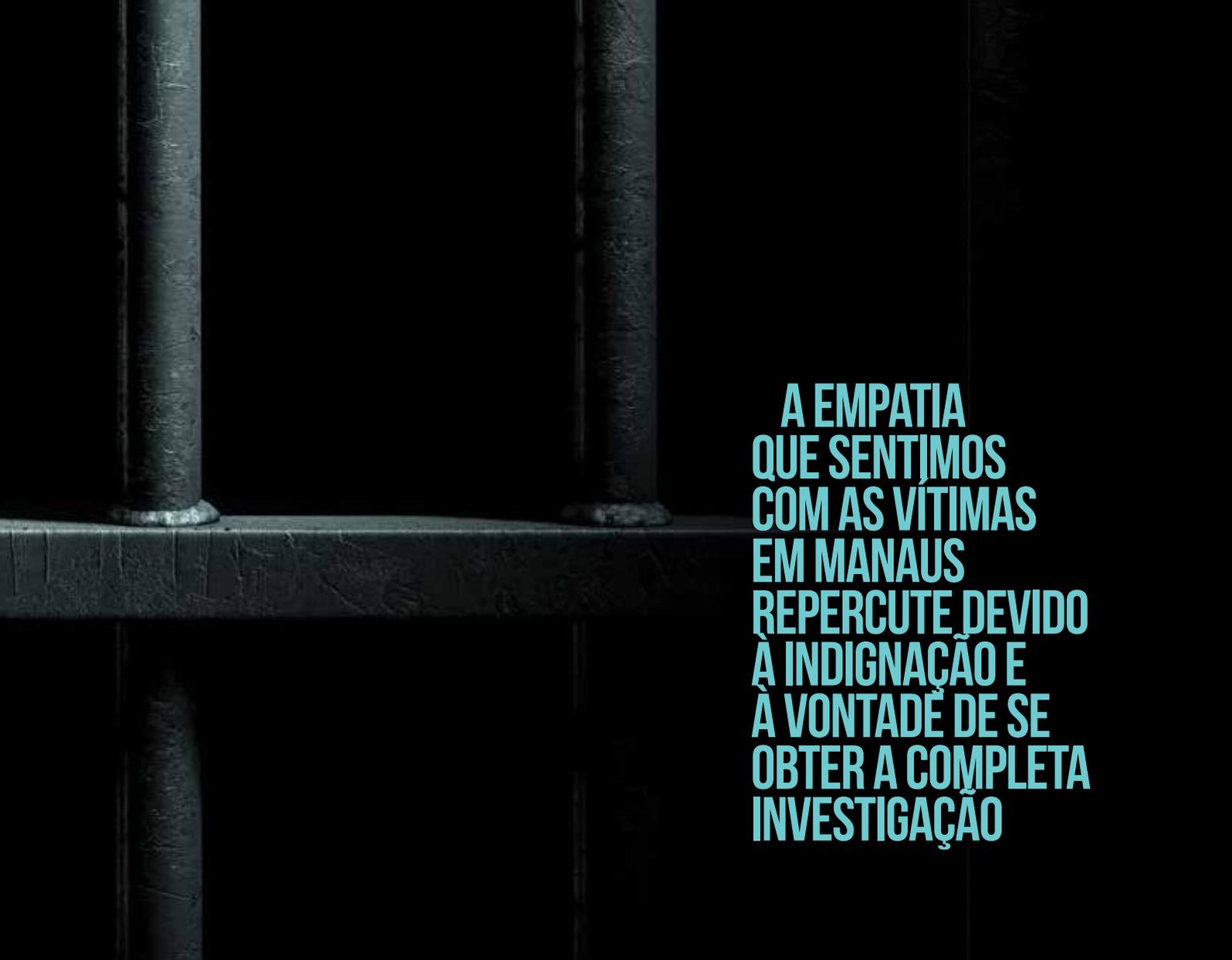
Há vários limites constitucionais e legais que norteiam as instituições jurídicas. Estamos expondo uma jurisprudência criada durante este “estado de calamidade” para trazer lei à sua aplicação concreta. Porém, essa perspectiva precisa ser complementada pela dimensão expressamente política vinda da atuação do Congresso. Desde as manifestações antidemocráticas de 2020 que provocaram a reação do STF – ilustrada com o caso do deputado bolsonarista Daniel Silveira – a composição da “coligação bolsonarista” adquiriu o apoio institucional dos “políticos de negócios”. O objetivo compartilhado está no desmanche institucional das operações contra a corrupção e lavagem de dinheiro, principalmente em Curitiba e no Rio de Janeiro. Daí a pertinência da reavaliação da liderança de Lula como ator político elegível e a abrangência de uma “coligação lulista”.

O temor que ronda aqueles que acreditam que as normas jurídicas precisam de adesão da sociedade está na perda de legitimidade das instituições. A construção de uma sociedade democrática pode ser abandonada, na



prática, com perda de confiança nas instituições. E a crescente desconfiança recíproca entre as pessoas e grupos. Esse desregramento normativo social está sendo deliberadamente impulsionado por notícias falsas e campanhas de desinformação.

Por isso, se chegou a ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPIM) ativa sobre “fake news” em setembro de 2019.¹¹ Atualmente a deputada Bia Kicis (PSL-DF), investigada no “inquérito dos atos antidemocráticos” autorizado pelo STF, passou a presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por acordo de lideranças partidárias e sem a devida eleição prevista no regimento.



A EMPATIA QUE SENTIMOS COM AS VÍTIMAS EM MANAUS REPERCUTE DEVIDO À INDIGNAÇÃO E À VONTADE DE SE OBTER A COMPLETA INVESTIGAÇÃO

No início de fevereiro de 2021, havia 68 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro, sendo mais de 20 sobre assuntos relacionados à pandemia. O primeiro passo na trajetória da responsabilização política-jurídica cabe ao presidente da Câmara, Arthur Lira, que deve verificar se a denúncia é válida, ou seja, se cumpre os requisitos previstos em lei. Atualmente, aliado do presidente, não há expectativa realista que Lira tome esta providência.

Por outro lado, a Polícia Federal investiga a atuação de Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde, em processo autorizado no STF, sobre sua atuação em Manaus. Desde fevereiro, senadores tentam a abertura de uma CPI sobre a Saúde, mas encontram resistência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que defende prioridade da compra de vacinas e o entendimento com o Executivo. O senador Pacheco conseguiu aprovar projeto de sua autoria em uma semana nas duas casas do Congresso e a sanção

do presidente no dia 10 de março. A lei permite que a iniciativa privada adquira vacinas.

A CPI sobre a Saúde seria um instrumento crucial para a fiscalização do Legislativo sobre o Executivo, a avaliação da política sanitária e propositura de legislação sobre a pandemia. Além disso, com poderes próprios das autoridades judiciais, a CPI poderia coletar provas e, se for o caso, encaminhar na conclusão dos trabalhos o relatório ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.¹²

A empatia que sentimos com as vítimas em Manaus repercute devido à indignação e à vontade de se obter a completa investigação e, se for o caso, a responsabilização dos participantes do suposto esquema de corrupção no estado do Rio de Janeiro. Esse esquema envolve práticas reveladas na Operação Placebo, desde agosto de 2020, sobre a articulação do empresário partidário Pastor Everar-

do – dono da legenda PSC – e o candidato a governador Wilson Witzel, eleito com apoio do clã Bolsonaro.

Sua prisão, e afastamento inicial por 180 dias, autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) constitui um marco na história fluminense. Em 11 de fevereiro de 2021, o STJ aprovou, por unanimidade, a denúncia contra Witzel por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O réu teve seu afastamento prorrogado por mais um ano. As provas obtidas decorrem da apuração de irregularidades na contratação dos hospitais de campanha, respiradores e medicamentos para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Otro preso na elite dirigente do Rio no dia 22 de dezembro de 2020, o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) foi investigado por supostamente integrar organização criminoso voltada para as práticas de corrupção, peculato, fraudes a licitações e lavagem de dinheiro. Liderança política da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Crivella, de acordo com as apurações do MP-RJ, integrava um esquema criminoso chamado de “QG da Propina”: empresários pagavam para ter acesso a contratos e para receber valores que eram devidos pela gestão municipal.

Em 11 de fevereiro de 2021 o ministro Gilmar Mendes concedeu por iniciativa própria (de ofício) a revogação da prisão domiciliar do ex-prefeito. Esse ato de política judiciária do ministro Mendes talvez nos ajude a contextualizar sua ira contra as investigações dos Ministérios Públicos – do Estado e Federal – exibida em seu voto no caso da suspeição do ex-juiz Sergio Moro. A variante garantista do ministro terá oportunidade de se revelar em julgamentos próximos porque seu voto no julgamento da suspeição do juiz Moro pode ter efeitos extremamente amplos, alcançando outros réus da Lava-Jato.

Ao contrário do bordão do presidente Bolsonaro, essas reflexões não têm “ponto final”. Persistem como um

convite ao diálogo sobre como construir uma sociedade democrática e solidária hoje, no pico da pandemia de coronavírus, sem vacinas suficientes e nem planejamento e gestão transparente. ●

O autor é professor universitário
cesarcaldeira@globo.com

NOTAS DE RODAPÉ

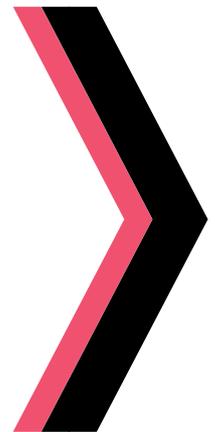
1. Hospitais de Manaus sofrem com falta de oxigênio para pacientes com Covid-19. Exibição em 14/01/2021. Link: <https://globoplay.globo.com/v/9179852/>
2. Hospitais de Manaus sofrem com falta de oxigênio para pacientes com Covid-19. Exibição em 14/01/2021. Link: <https://globoplay.globo.com/v/9179852/>
3. Hospitais de Manaus sofrem com falta de oxigênio para pacientes com Covid-19. Exibição em 14/01/2021. Link: <https://globoplay.globo.com/v/9179852/>
4. Hospitais de Manaus sofrem com falta de oxigênio para pacientes com Covid-19. Exibição em 14/01/2021. Link: <https://globoplay.globo.com/v/9179852/>
5. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/11/30/pf-cumpre-etapa-de-operacao-sangria-que-apura-superfaturamento-de-respiradores-no-am.ghtml>
6. Hospitais de Manaus sofrem com falta de oxigênio para pacientes com Covid-19. Exibição em 14/01/2021. Link: <https://globoplay.globo.com/v/9179852/>
7. <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,remessas-de-oxigenio-que-governo-federal-enviou-daria-para-abastecer-manaus-por-poucas-horas,70003584345>
8. EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 193.726 PARANÁ
9. <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2019:cap7>
10. Painel de Ações Covid-19. https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html
11. Desde 20 de março de 2020 suas atividades estão suspensas.
12. Art. 58, § 3º da CF.

Pense antes.
Pense estrategicamente.
Decida melhor.

ASSINE
INSIGHT PROSPECTIVA —

O mais completo relatório
analítico da conjuntura nacional.

www.insightnet.com.com/prospectiva



INSIGHT
PROSPECTIVA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

“ A experiência dos estados de sítio entre nós está feita. É uma arma temerosa e fatal, que pode ser útil em contingências extremas, para os governos educados nos deveres da vida pública, mas que, nas raças apaixonadas e ardentes como a nossa, entregue a mãos inexperientes e ocasionada à prudência, ao excesso de nossas lutas políticas, não serve senão para criar dificuldades ao governo e perigos às instituições ”

Rui Barbosa, discurso no Senado Federal, 22/9/1898

**Você está
preparado**
para conversar
com o seu
futuro?

Rodrigo Santoro
45 anos

Rodrigo Santoro
75 anos

A SulAmérica está. Evoluímos para oferecer a você Saúde Integral em todos os momentos.

A SulAmérica está pronta para ajudar você a cuidar da sua saúde física, emocional e financeira, com planos de saúde, odontológicos, de previdência, seguros de vida e plataforma de investimentos. **Isso é Saúde Integral. Para você viver melhor, por inteiro.**



Para saber mais, acesse
sulamericasaudeintegral.com.br
ou o código ao lado.

SulAmérica

125 ANOS

Sul América Companhia de Seguro Saúde – CNPJ: 01.685.053/0013-90. Sul América Serviços de Saúde S.A. – CNPJ: 02.866.602/0001-51. Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. – CNPJ: 01.704.513/0001-46. Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 32.206.435/0001-83. Ouvidoria: 0800-725-3374. Horário de atendimento: de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30.

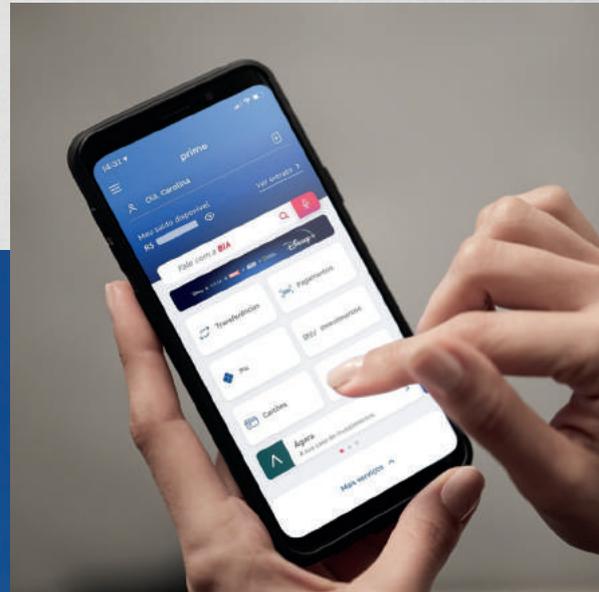
ANS - Nº 416428

ANS - Nº 000246

dentsumb.



Leo Burnett TM



BANCO +
CORRETORA
EM UM SÓ LUGAR.
O PRIME CONECTA VOCÊ.

Fone Fácil Prime: 4002 0022 / 0800 570 0022. SAC - Alô Bradesco: 0800 704 8383. SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099. Ouvidoria: 0800 727 9933.